

GUSTAVO BRUNO PEREIRA DE SOUZA

**FUNCIONAMENTO E ALCANCES DO PROGRAMA JOVEM DE FUTURO,
VIÇOSA/MG: INTERFACES ENTRE CENÁRIO, REPRESENTAÇÕES E
PROJETOS DE VIDA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Maria das Dores S. de Loreto

Coorientadora: Edna Lopes Miranda

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2022**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

S729f
2022 Souza, Gustavo Bruno Pereira de, 1996-
Funcionamento e alcances do Programa Jovem de Futuro,
Viçosa/MG: Interfaces entre cenário, representações e projetos
de vida / Gustavo Bruno Pereira de Souza. – Viçosa, MG, 2022.
1 dissertação eletrônica (134 f.): il. (algumas color.).

Inclui apêndices.

Orientador: Maria das Dores Saraiva de Loreto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Economia Doméstica, 2022.

Inclui bibliografia.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2022.360>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Programa Jovem de Futuro. 2. Juventude - Educação -
Viçosa (MG). 3. Ensino médio - Viçosa (MG). 4. Educação e
Estado - Viçosa (MG). I. Loreto, Maria das Dores Saraiva de,
1952-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de
Economia Doméstica. Programa de Pós-Graduação em
Economia Doméstica. III. Título.

CDD 22. ed. 373.8151

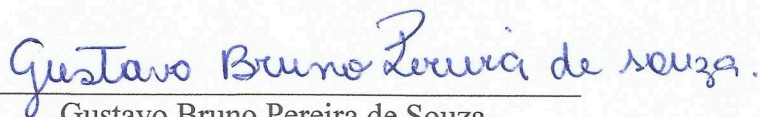
GUSTAVO BRUNO PEREIRA DE SOUZA

**FUNCIONAMENTO E ALCANCES DO PROGRAMA JOVEM DE FUTURO,
VIÇOSA/MG: INTERFACES ENTRE CENÁRIO, REPRESENTAÇÕES E
PROJETOS DE VIDA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 03 de março de 2022.

Assentimento:



Gustavo Bruno Pereira de Souza
Autor



Maria das Dores Saraiva de Loreto
Orientadora

Aos meus pais, Maria da Penha e Pedro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

A Deus.

A minha mãe Maria da Penha e ao meu pai Pedro, que nunca mediram esforços para financiar e viver comigo os meus sonhos. Sou eternamente grato pela dedicação, pelo carinho, pelos ensinamentos e pelas lições que recorrentemente me transmitem.

Ao meu irmão Guilherme e a minha cunhada Juvânia, pelo companheirismo e o apoio tão necessários.

A minha orientadora, a Professora Maria das Dores Saraiva de Loreto, sou grato por ter à conhecido e agradeço especialmente por ter acreditado no meu trabalho. Agradeço sua atenção para com toda a direção durante o curso dessa pesquisa, através das suas orientações tão assertivas, assim como as suas maravilhosas aulas, suas sugestões e nosso convívio harmonioso e por todas as oportunidades, conselhos, ensinamentos e aprendizados.

A minha coorientadora, Edna Lopes Miranda, pela disposição em aceitar integrar a equipe de orientação e, por conseguinte, pelas contribuições advindas das suas leituras.

Aos professores Bianca Aparecida Lima Costa (Departamento de Economia Rural/UFV), Lilian Perdigão Caixêta Reis (Departamento de Educação/UFV), Alair Ferreira de Freitas (Departamento de Administração e Contabilidade/UFV), Simone Caldas Tavares Mafra (Departamento de Economia Doméstica/UFV), Fernanda Cristina da Silva (Departamento de Administração e Contabilidade/UFV) e Vinícius de Souza Moreira (Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UFLA), por prontamente terem atendido as minhas solicitações para participarem das bancas de defesa, contribuindo com as discussões e possibilitando a troca de conhecimentos fundamentais para o aperfeiçoamento deste trabalho.

Aos meus professores da graduação, Ana Cláudia da Silva, Jansen Pereira Cardoso e Daiane Miranda de Freitas e, em especial, a Professora Kerla Fabiana Dias Cabral, sou grato por seus sábios conselhos e intervenções para com meu crescimento.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – CAPES, pela concessão da bolsa de estudos.

A todos os membros que participaram da pesquisa, aos quais se disponibilizaram e contribuíram para com este trabalho. Essa colaboração foi imprescindível.

Aos meus colegas de mestrado pelo convívio, sobretudo agradeço a Rosária, Maria José, Celina e o Fabiano pelas horas de alegria, preocupação e vitórias divididas comigo, pelas amizades construídas e principalmente pelos momentos felizes que vivenciamos. Agradeço também aos funcionários e colegas do PPGED/UFV, aos quais dividimos seminários, discussões de trabalhos e artigos, assim como inúmeras aulas e tantos outros momentos construtivos.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica (DED), em Administração (PPGAD/UFV), em Economia e Economia Rural, pelos ensinamentos.

Enfim, agradeço a todos os que fizeram parte desse percurso, estando próximo nesses momentos tão importantes. Muito obrigado!

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota”.

(Madre Teresa de Calcutá)

RESUMO

SOUZA, Gustavo Bruno Pereira de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2022. **Funcionamento e Alcances do Programa Jovem de Futuro, Viçosa/MG: Interfaces entre Cenário, Representações e Projetos de Vida.** Orientador: Maria das Dores Saraiva de Loreto. Coorientadora: Edna Lopes Miranda.

O tema desta dissertação circunda as questões, que permeiam o segmento juvenil, ao buscar examinar o Programa Jovem de Futuro. Objetiva especificamente, contextualizar a experiência do programa em Viçosa/MG, descrevendo as práticas desenvolvidas e verificando se essas ações de veiculação de informações e conteúdos constituíram um fator de mudanças no contexto de vida dos aprendizes. Ou seja, se possibilita a transformação e/ou a construção de projetos de vida mais prósperos e, conseqüentemente, possibilidades de desenvolvimento humano mais promissoras. A perquirição teve como premissa basilar compreender como os nexos dessas experiências se estabeleceram, relacionando-as com as características de operacionalização dessas mesmas práticas, identificando a visão dos experimentadores (egressos), assim como dos agentes executores. De natureza qualitativa, o percurso da pesquisa se pautou na construção de uma abordagem caracterizada em torno da tentativa de trabalhar os significados e as características situacionais apresentadas pelos entrevistados, acentuando as narrativas que as pessoas atribuem ao cenário abarcado. Priorizou-se a entrevista como instrumento para a produção de dados e a análise de conteúdo, como método para a organização dos mesmos. Os resultados revelaram que as ações empreendidas pelo programa propiciaram aos jovens viçosenses possibilidades de formação multidisciplinar, com o foco no seu desenvolvimento e na sua inserção cultural e econômica. Evidenciou-se, pelas falas dos egressos, que as práticas adotadas contribuíram para que os jovens interpelados participantes da pesquisa estabelecessem novos circuitos de participação e atuação na cidade, ampliando as esferas de sociabilidade dos mesmos. Ao mesmo tempo, foram observadas mudanças atitudinais que influenciaram nas escolhas profissionais, renovando e potencializando perspectivas que influenciaram as possibilidades de ação desses jovens, em especial a construção de novas concepções, com reverberações em seus projetos de vida, suas relações frente às suas famílias e seu campo de possibilidades e preparação para a vida futura.

Palavras-chave: Juventude. Políticas Públicas. Educação. Projetos de Vida.

ABSTRACT

SOUZA, Gustavo Bruno Pereira de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, March, 2022. **Functioning and Scope of the Young of Future Program, Viçosa/MG: Interfaces between Scenario, Representations and Life Projects.** Adviser: Maria das Dores Saraiva de Loreto. Co-advisor: Edna Lopes Miranda.

The theme of this dissertation surrounds the issues, which permeate the youth segment, when seeking to examine the Jovem de Futuro Program. It specifically aims to contextualize the experience of the program in Viçosa/MG, describing the practices developed and verifying if these actions of dissemination of information and contents constituted a factor of changes in the context of the apprentices' life. In other words, it makes possible the transformation and/or construction of more prosperous life projects and, consequently, more promising possibilities for human development. The investigation had as a basic premise to understand how the nexuses of these experiences were established, relating them to the operationalization characteristics of these same practices, identifying the vision of the experimenters (graduates), as well as the executing agents. Of a qualitative nature, the course of the research was based on the construction of an approach characterized around the attempt to work on the meanings and situational characteristics presented by the interviewees, emphasizing the narratives that people attribute to the scenario encompassed. Interviews were prioritized as an instrument for data production and content analysis as a method for their organization. The results revealed that the actions undertaken by the program provided young people from Viçosa with possibilities of multidisciplinary training, with a focus on their development and their cultural and economic insertion. It was evidenced, by the speeches of the graduates, that the practices adopted contributed to the young people interviewed participating in the research to establish new circuits of participation and action in the city, expanding their spheres of sociability. At the same time, attitudinal changes were observed that influenced professional choices, renewing and enhancing perspectives that influenced the possibilities of action of these young people, especially the construction of new conceptions, with reverberations in their life projects, their relationships with their families and its field of possibilities and preparation for the future life.

Keywords: Youth. Education. Public Policy. Life Projects.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de Minas Gerais com destaque para a cidade de Viçosa23

ARTIGO 1

Figura 1 – Espacialização da renda média do emprego formal, das pessoas de 15 a 29 anos de idade, em Minas Gerais, 2010 a 2019.....45

Figura 2 – Tempo de permanência no emprego formal, das pessoas de 15 a 29 anos de idade, em Minas Gerais, de 2010 a 2019.....46

Figura 3 – Espacialização do fluxo de admissão do emprego formal nas mesorregiões de Minas Gerais, 2010 a 2019.....46

ARTIGO 2

Figura 1 – Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente dos comentários sobre os jovens.....60

Figura 2 – Análise de Similitude dos Comentários.....66

ARTIGO 3

Figura 1 – TAG do Futuro Miniempresa.....83

Figura 2 – Scoobydo-Chá Miniempresa.....84

LISTA DE TABELAS

ARTIGO 1

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico das pessoas em idade de trabalho admitidas e desligadas das empresas das mesorregiões de Minas Gerais. 2010-2019.....	39
Tabela 2 – Distribuição das pessoas em idade de trabalho admitidas e desligadas das empresas das mesorregiões de Minas Gerais, ano a ano. 2010-2019.....	41
Tabela 3 – Análise da Anova entre a faixa etária e a admissão nas empresas das mesorregiões de Minas Gerais. 2010-2019.....	42
Tabela 4 – Análise de Turkey HSD entre faixa etária e admissão nas empresas das mesorregiões de Minas Gerais. 2010-2019.....	43
Tabela 5 – Diferença da quantidade de pessoas admitidas entre as faixas etárias das pessoas que trabalham nas empresas das mesorregiões de Minas Gerais, 2010-2019.....	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Matriz Metodológica da Pesquisa.....25

ARTIGO 3

Quadro 1 – Mapeamento dos Programas Municipais da Juventude, Viçosa/MG.....87

ARTIGO 4

Quadro 1 – Aspectos positivos e negativos do PJF, na percepção dos egressos do Programa Jovem de Futuro, Viçosa/MG.....103

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CAGEG	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.
CNPJ	Cadastro Nacional de Empresa Jurídica.
IrAMuTeQ	Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Testes et Questionnaires.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
MG	Minas Gerais.
ONU	Organização das Nações Unidas.
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
UFV	Universidade Federal de Viçosa.

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO – APRESENTAÇÃO SOBRE A TEMÁTICA DO ESTUDO E SUA ABORDAGEM	16
1.1 Contextualização do problema e sua justificativa	16
1.2. Objetivos.....	19
1.2.1 Objetivo Geral.....	19
1.2.2 Objetivos Específicos	19
1.3. Estrutura da Dissertação	20
1.4. Procedimentos Metodológicos.....	21
1.4.1 Local e População do Estudo.....	23
1.4.2 Matriz Metodológica	24
1.4.3 Procedimentos de Análise dos Dados	25
1.5. Aspectos Éticos da Pesquisa	26
1.6. Referências Bibliográficas.....	26
II. RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
ARTIGO 1	31
ANÁLISE DA JUVENTUDE NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL MINEIRO: CARACTERÍSTICAS E ESPALIZAÇÃO.....	31
1. Introdução	31
2. Referencial Analítico	35
2.2.1 O Jovem e a Inserção Laboral	35
3. Metodologia.....	38
4. Resultados e Discussão.....	39
5. Considerações Finais	48
6. Referências Bibliográficas.....	49
ARTIGO 2	52
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS MUDIÁTICAS ACERCA DOS JOVENS NO CONTEXTO DO NOVO CORONAVÍRUS	52
1. Introdução.....	52
2. Referencial Analítico	55
2.1 Comunicação Social, Mídia e Representações Sociais	55
3. Metodologia.....	57
4. Resultados e Discussão.....	59
5. Considerações Finais	67

6. Referências Bibliográficas.....	68
ARTIGO 3	71
TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA JUVENIL EM VIÇOSA/MG, DE 2015 A 2020: RELATOS DO GESTOR LOCAL	71
1. Introdução.....	71
2. Referencial Analítico.....	73
2.1 Ações e programas sociais: as políticas públicas de juventude em <i>flashes</i>	73
3. Metodologia.....	78
4. Resultados e Discussão.....	80
4.1 O processo de estruturação do programa jovem de futuro em Viçosa/MG.....	80
4.2 A estrutura institucional disponibilizada aos jovens que ingressaram no programa jovem de futuro e as formas de seleção dos beneficiários.....	81
4.3 Dificuldades vivenciadas e o processo de evasão dos alunos admitidos no programa jovem de futuro.....	86
5. Considerações Finais	88
6. Referências Bibliográficas.....	89
ARTIGO 4	91
SIGNIFICADOS DO PROGRAMA JOVEM DE FUTURO POR PARTE DOS JOVENS EGRESSOS APRENDIZES.....	91
1. Introdução.....	92
2. Referencial Analítico.....	93
2.1 Juventude, Participação Social e Políticas Públicas	93
3. Metodologia.....	95
4. Resultados e Discussão.....	98
4.1 Caracterização dos participantes e as principais formas de conhecimento do programa por parte dos egressos	98
4.2 Percepção dos participantes acerca das mudanças vivenciadas trazidas para sua vida considerando as experiências no programa jovem de futuro, Viçosa/MG.....	100
4.3 Percepções dos egressos sobre os pontos fortes e fracos do programa jovem de futuro, após implementação do programa	102
5. Considerações Finais	104
6. Referências Bibliográficas.....	104
ARTIGO 5	107

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO PROJETOS DE VIDA ENTRE JOVENS EGRESSOS DE PROGRAMAS EDUCATIVOS	107
1. Introdução.....	108
2. Referencial Analítico.....	109
2.1 Juventude, contemporeidade e projetos de vida	109
2.2 Representações sociais e educação: complementariedades.....	110
3. Metodologia.....	111
4. Resultados e Discussão.....	114
4.1 Relação trabalho/futuro	114
4.2 As relações familiares.....	116
5. Considerações Finais	117
6. Referências Bibliográficas.....	117
III. CONCLUSÕES GERAIS.....	120
IV. APÊNDICES.....	122
<i>APÊNDICE 1 (ADAPTADO):</i> Roteiro de entrevista da pesquisa intitulada “Trajetória da política de assistência juvenil em Viçosa/MG, de 2015 a 2020: Relatos do gestor local (PARTICIPANTES: AGENTES EXECUTORES DO PJF)	122
<i>APÊNDICE 2 (ADAPTADO):</i> Roteiro de entrevista da pesquisa intitulada “Significados Do programa jovem de futuro por parte dos jovens egressos aprendizes”. (PARTICIPANTES: EGRESSOS DO PJF).....	124
<i>APÊNDICE 3 (ADAPTADO):</i> Roteiro de entrevista da pesquisa intitulada “Representações sociais do projeto de vida entre jovens egressos de programas educativos”. (PARTICIPANTES: EGRESSOS DO PJF).	126
<i>APÊNDICE 4:</i> TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS BENEFICIÁRIOS EGRESSOS DO PROGRAMA JOVEM DE FUTURO PARA A REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA	127
<i>APÊNDICE 5:</i> TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA A ENTREVISTA COM OS PROFISSIONAIS (AGENTES EXECUTORES) DO PROGRAMA JOVEM DE FUTURO	131

I. INTRODUÇÃO: APRESENTAÇÃO SOBRE A TEMÁTICA DO ESTUDO E SUA ABORDAGEM

1.1. Contextualização do problema e sua Justificativa

As percepções e proposições acerca da juventude têm sofrido mudanças no Brasil no decorrer dos últimos anos. De uma relativa invisibilidade, assiste-se, nos últimos quarenta anos, um maior investimento em políticas para as juventudes no Brasil. O advento de condições que, de certa forma, atravancam a inserção social dos jovens (sobretudo daqueles pertencentes aos grupos ou segmentos sociais historicamente afetados pelos padrões de desigualdade, como as jovens mulheres, os jovens pobres e os negros), não lhes oferecendo expectativas e colocando fronteiras que, em geral, limitam suas potencialidades, interesses e o alcance de suas necessidades, estabeleceu uma série de novos requisitos para com esses segmentos, que engendraram reconhecida visibilidade, induzindo à definição de uma agenda política acerca da temática.

Como afirma Carrano (2012), desde do início, as preocupações com a juventude se orientaram, em grande medida, pela percepção de que a sociedade contemporânea se vê atravessada por dinamismos societários decorrentes de mutações de natureza global, que ocorrem nas mais distintas esferas da produção e reprodução da vida social. Dada a importância do construto jovem no campo das relações sociais e nos grupos sociais que compõem a sociedade, os jovens interagem com essas transformações, vezes como beneficiários dessas mudanças e, por outras vezes, sofrendo os prejuízos desses processos de modernização, produtores de novas contradições e desigualdades sociais (CARRANO, 2012, CASSAB et al., 2016).

É por esse ângulo que políticas públicas que visam instituir projetos que objetivam mitigar problemas específicos enfrentados por parcelas fragilizadas da população jovem, que contam com menos meios e margens de manobra, que as questões que perpassam o tema das juventudes têm ganhado muita visibilidade e vem ocupando um espaço cada vez mais significativo e relevante no contexto das grandes inquietações, expressas tanto em preocupações mais gerais relacionadas com a inserção dos jovens fragilizados na vida adulta, quanto em âmbitos específicos que relacionam os jovens com a família, a educação, o mundo do trabalho, a sexualidade, as novas tecnologias, as drogas e a violência (CARRANO, 2012, KURNAZ, 2019).

Dessa forma, o objetivo do trabalho aqui proposto é contextualizar uma política assistencial voltada para esse público, investigando seu funcionamento, alcances e as

singularidades da construção dos projetos de vida de jovens, que participaram de programas e/ou projetos públicos direcionados a essa fase da vida, identificando suas experiências formativas e apreendendo suas representações sobre as experiências junto à essas políticas.

Para subsidiar empiricamente a discussão sobre as proposições ligadas a projetos que se pontuaram com esse debate, foi estudado o caso do Programa Jovem de Futuro, desenvolvido no município mineiro, com pouco mais de 70.000 mil habitantes, situado na porção Sudeste do Brasil, na Zona da Mata Mineira, Viçosa. O Programa Jovem de Futuro, criado em 2015, pela Prefeitura Municipal de Viçosa – MG, por meio da Secretaria de Assistência Social, atende jovens em situação de vulnerabilidade. O projeto visa contribuir com a formação profissional e promover a inclusão de jovens no mercado de trabalho, mediante o oferecimento de cursos de aprendizagem que envolvem, especialmente, a cultura digital e o empreendedorismo (informática, técnicas de venda e de administração, liderança e desenvolvimento pessoal).

De maneira geral, o que se almeja alcançar, enquanto formação de uma base de conhecimento, é se a participação dos jovens egressos no Programa Jovem de Futuro constitui um fator propiciador de mudanças em suas vidas ou possibilitador de novos conhecimentos, aprendizados e saberes, que oferecem, garantem ou conferem meios que, de alguma forma, possam imprimir a transformação e a construção de projetos de vida prósperos e, portanto, possibilidades de desenvolvimento humano mais promissoras.

No âmbito das dimensões apresentadas, essas desagregações foram mensuradas tendo como fundamento as narrativas expressas por meio dos significados atribuídos por esses mesmos indivíduos (beneficiários egressos), tendo esses aspectos como fios condutores dessa investigação. Entende-se como projetos de vida, planos que os jovens constroem a fim de realizar em alguma dimensão de sua vida e/ou em algum momento do futuro (DAYRELL, 2013).

No caso do Programa Jovem de Futuro, essas idiosincrasias oferecem análises passíveis de engendrar discussões que podem contribuir para verificar ocorrências, com seus possíveis dilemas e horizontes, no que refere especialmente ao cotidiano de jovens participantes de ações desenvolvidas voltadas à temática das juventudes.

Em relação à delimitação do público-alvo da pesquisa optou-se pelos beneficiários egressos, maiores de idade, que foram assistidos pelo programa objeto da pesquisa e que já concluíram a formação conferida pelo programa. Outras questões decisivas e fundamentais para a pesquisa, levadas em consideração para a escolha desse grupo em específico foram, a saber: i) o interesse em abordar os problemas que os filhos de indivíduos pertencentes a classe

trabalhadora assalariada, público possivelmente desfavorecido em relação aos valores sociais da riqueza, enfrentam nos seus primeiros esforços para se adentrarem e/ou inserirem na fase adulta. Não à toa, Pochmann (2004) argumenta que são os filhos das classes trabalhadoras que vivem essa tensão de forma mais dramática.

Além disso, essa fase etária compõe uma fatia peculiar do processo de desenvolvimento. É nesta idade que os jovens tendem a concluir o ensino médio. Desta forma, estão, aparentemente, prontos para se lançarem em novas etapas de suas jornadas profissionais, seja pela opção de continuar suas formações educacionais, ingressando no ensino superior, ou por meio de suas buscas por mobilidade social pela inserção no mercado de trabalho. Nascimento (2002) interpreta essa fase da vida como um momento de crise e transformação, que culmina, de acordo com a autora, num processo de construção da identidade, diferenciado dos processos vivenciados em outras fases da vida, como ocorrido na infância, por exemplo. Neste processo, segundo a autora, novas buscas, novos papéis, novas escolhas e relações se estruturam (NASCIMENTO, 2002).

Da mesma forma, Dayrell (2013) explica que essa é uma etapa crucial nos caminhos da vida, no qual esses sujeitos tendem a definir a natureza dos rumos e ritmos a seguir, que, de alguma maneira, direta ou indiretamente, impactarão no processo de transição vivido por estes indivíduos rumo ao mundo adulto (DAYRELL, 2013). Constituindo-se, portanto, num “momento delicado de escolhas, de definições no qual o jovem tende a se defrontar com perguntas como: “Para onde vou?” e “Qual rumo devo dar à minha vida?”. Questões cruciais que remetem ao projeto de vida, que tem de ser compreendido sempre no contexto da condição juvenil na qual se constroem” (DAYRELL, 2013, p. 66).

Além disso, questões concernentes a essas discussões ocupam lugar proeminente em debates da comunidade científica, de órgãos públicos e governamentais, com preocupações crescentes voltadas para as trajetórias, dilemas e extemporaneidades enfrentadas pelos jovens nos espaços de sociabilidade.

Dessa forma, mesmo a depender de uma série de relações causais, a pesquisa em questão poderá trazer informações relevantes para a construção de saber relativo às multivariadas facetas que envolvem experiências de aprendizagem como condicionantes na possibilidade de invenção de novas perspectivas e possibilidades de ação e atuação social, pressupostos básicos e aspectos importantes para políticas de juventudes que pretendam ser transformadoras, desencadeadoras da promoção e da transformação social.

Dessa forma, o problema delimita-se na busca de resposta para a seguinte inquietação: *Quais tem sido os efeitos apontados por jovens egressos do Programa Jovem de Futuro de Viçosa decorrentes da sua participação no programa?*

Pressupõe-se que a produção desse novo conhecimento possa fortalecer o campo da literatura brasileira sobre a área, mesmo sendo desafiador produzir algo com conteúdo inédito ou inovador. Ainda assim, quando se investiga o referido questionamento, é possível verificar grandes tendências, sinalizar desvelamentos de situações poucos visualizadas, auxiliar no conhecimento de práticas sociais e levantar indagações, que poderão ser melhor investigadas futuramente. É o que se procura resgatar com esse trabalho, como subsídio para o debate e instauração de cada vez mais espaços de escuta, que acolham a necessária discussão sobre as mais variadas temáticas relativas às juventudes do país.

1.2. Objetivos

1.2.1- Objetivo Geral

Contextualizar o Programa Jovem de Futuro de Viçosa (MG), evidenciando os significados atribuídos por egressos às repercussões das experiências formativas oportunizadas, visando examinar seu funcionamento e alcances nos projetos de vida desses sujeitos, considerando o cenário laboral e a configuração da rede de apoio juvenil de Viçosa.

1.2.2- Objetivos Específicos

- ✓ Espacializar o mercado de trabalho formal mineiro, concatenando-o com variáveis socioeconômicas e ponderando a situação do jovem nesse cenário;
- ✓ Apreender, a partir dos conteúdos simbólicos e midiáticos, as representações acerca da juventude;
- ✓ Caracterizar a agenda governamental relacionada à juventude em Viçosa/MG, enfatizando as intervenções em execução e examinando a forma de funcionamento e alcances do Programa Jovem de Futuro, sob a ótica dos seus executores, considerando, inclusive, os efeitos da crise pandêmica do novo coronavírus;
- ✓ Identificar o perfil pessoal do beneficiário egresso, bem como o grau de apoio que receberam e as mudanças atitudinais apontadas pelos jovens decorrentes da participação no programa;
- ✓ Analisar, na percepção dos egressos beneficiários do programa, as implicações do programa nos projetos de vida desses sujeitos.

1.3- Estrutura da Dissertação

Este texto é composto por seis partes/artigos que refletem as etapas do processo de investigação. A parte I intitulada “**Análise da Juventude no Mercado de Trabalho Formal Mineiro: Características e Espacialização**” analisa o panorama da população que esteve formalmente empregada nos municípios do Estado de Minas Gerais, Brasil. O foco desse primeiro objetivo foi realizar uma análise descritiva e espacial do fluxo de movimentações do emprego formal (admissões e desligamentos), contextualizando atributos individuais dos admitidos e desligados no Estado, considerando as seguintes variáveis: rendimentos e tempo de emprego. O recorte temporal compreendeu o período de 2010-2019. Em termos de base de dados elegida, as informações utilizadas para construção do objetivo apresentado foram provenientes do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do Ministério da Economia do Brasil, que fornece um retrato do mercado de trabalho formal brasileiro.

A parte II intitulada “**Representações Sociais Midiáticas acerca dos Jovens no Contexto do Novo Coronavírus**” discutiu diferentes concepções da juventude, numa perspectiva midiática e simbólica, apreendendo, a partir de um evento específico e por meio de uma breve revisão bibliográfica, a maneira como esses sujeitos são tematizados nos discursos midiáticos, políticos e sociais. Num âmbito “investigativo”, num primeiro momento, procurou-se concatenar os juízos disseminados acerca do público jovem, numa ocasião em que discussões relativas a estes sujeitos eram extremamente massificadas através dos veículos de disseminação de informação, por decorrência da pandemia da COVID-19, no qual observou-se um intenso número de notícias que tematizavam sobre estes sujeitos. Para construção desse segundo objetivo, foi realizado mapeamento de mídia social, analisando conteúdos propagados pelos usuários do *Instagram*, para chegar às representações difundidas.

A parte III intitulada “**Trajetória da Política de Assistência Juvenil em Viçosa/MG, de 2015 a 2020: Relatos do Gestor Local**” propôs apreender, a partir de narrativas dos agentes executores do programa objeto da intervenção, questões próximas às percepções do público executor da política, objetivando conhecer, paralelamente, como se deu e/ou tem se dado o processo de gestão e funcionamento do Programa Jovem de Futuro e das demais ações assistenciais de intervenção voltadas para esse público no município, enfatizando o processo de constituição dessa agenda política na cidade, assim como as maiores dificuldades enfrentadas no processo de concretização dessas intervenções.

A parte IV intitulada “**Significados do Programa Jovem de Futuro por parte dos Jovens Egressos Aprendizes**” analisa as percepções dos jovens egressos do Programa Jovem de Futuro no que tange a assistência recebida, assim como contextualiza os reflexos que os egressos atribuíram ao programa decorrentes da sua participação.

A parte V intitulada “**Representações Sociais do Projetos de Vida entre Jovens Egressos de Programas Educativos**” objetivou perceber de que forma as experiências educacionais oportunizadas se engendra no interior da relação que esses indivíduos estabelecem com a idealização de projetos futuros.

1.4. Procedimentos Metodológicos - Tipo de pesquisa

Para alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa do tipo qualitativa, com delineamento descritivo e explicativo. A realização da pesquisa descritiva se fez necessária, pois pretendeu-se realizar a descrição das ações de intervenção social direcionadas às juventudes viçosenses, que inclui o Programa Jovem de Futuro. Além disso, para Gil (2002), pesquisas descritivas vão além da simples descrição das características de determinada população ou fenômeno, sendo empreendidas também em outras pesquisas desse tipo, como, por exemplo, naquelas que se propõem a estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade (GIL, 2002).

Sob esse mesmo enfoque, almejando a identificação dos fatores que explicitam o fenômeno, propôs-se também, desempenhar uma pesquisa explicativa, visando tornar mais claro os episódios estudados, aprofundando o conhecimento da realidade, suas razões e relação de causa (GIL, 2002).

No que tange à natureza do processo investigativo seguido, optou-se pelo viés qualitativo pela condição da pesquisa, que abarca o processo de verificação tendo o significado como principal foco de abordagem. Em função do anseio de trabalhar de maneira mais aprofundada os sentidos do programa ora proposto, salientando os posicionamentos de agentes executores e experimentadores, acentuando significados e convicções que as pessoas atribuem a esse cenário, os preceitos da pesquisa qualitativa se mostraram consistentes com os pontos norteadores da pesquisa, ao ponto que essa abordagem pode ser “caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados” (RICHARDSON, 1999, p. 91).

Esses instrumentos quando foram conjugados, foram úteis para a construção de um arcabouço de conhecimento capaz de demonstrar e significar o fenômeno da realidade social

aqui estudado, contribuindo efetivamente para realizar interpretações mais apuradas que reverberaram diretamente na construção do estudo aqui apresentado, a partir dos quais foi possível ainda espriar os sentidos atribuídos pelos sujeitos ao objeto analisado, bem como seus pontos de vista e perspectivas, que assim levaram à construção do objetivo geral proposto.

A instrumentalização da pesquisa perpassou várias etapas, todas explicadas adiante. Basicamente, o primeiro momento, compreendeu a coleta e análise dos dados que permitiram a observância de grandes tendências relacionadas a singularidades laborais do público juvenil. Já, em um segundo momento, foi iniciada a pesquisa de campo, com aplicação de roteiros de entrevista semiestruturado aos gestores (Apêndice 1) que mais tinham conhecimento do problema e que estiveram a mais tempo à frente de secretarias, na época da gestão da política juvenil abarcada, dada sua representatividade no objeto do estudo, em decorrência da função que desempenhavam, ao ponto que podem expor não somente os resultados de seu trabalho, mas também os procedimentos que utilizavam.

Nesse sentido, elaborou-se um roteiro de entrevista a partir de um modelo anteriormente elaborado e aplicado por Carmo (2019). As primeiras perguntas para os executores objetivaram apreender questões relacionadas às atividades ligadas ao planejamento, preparação e execução das atividades do PJF no seu cotidiano. Já as perguntas finais foram orientadas para apreender as percepções do público executor da política, em relação aos seus resultados, alcances e maiores dificuldades.

Em seguida, foram aplicadas as entrevistas aos interlocutores que a pesquisa diz diretamente a respeito: os jovens egressos do PJF (Apêndices 2 e 3), que se dispuserem a participar da pesquisa, buscando analisar suas representações, simbolismos e percepções, considerando suas experiências para com o programa. O conteúdo dos roteiros, da mesma forma ao caso anterior, se deram a partir de modelos modificados, que já foram aplicados em campo por Bastos (2017) e Carmo (2019).

Optou-se pela estratégia de intervenção baseada em adoção de procedimentos que envolveram contato através de meio virtual ou telefônico, em função do momento vivido, comprometido pela pandemia da COVID-19. Essa limitação impossibilitou viagens para a realização da pesquisa de campo de maneira tradicional. Considerando isso, as técnicas e instrumentos de coletas de dados que envolveram roteiro de entrevistas, que foram desenhadas no sentido de poderem ocorrerem virtualmente, podendo utilizar-se de ligações telefônicas ou pelo aplicativo WhatsApp ou pela plataforma do Google Meet, a depender da

escolha do (a) participante. Nesse caso, foram adotadas as normas preconizadas pela Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS.

1.4.1 Local e população do estudo

O advento de condições que, de certa forma, inviabilizam a inserção social dos jovens, não lhes oferecendo expectativas e colocando fronteiras que, em geral, limitam suas potencialidades, interesses e o alcance de suas necessidades, estabeleceram uma série de novos requisitos municipais, especialmente no caso de Viçosa, para com os segmentos juvenis, que engendraram reconhecida estima, induzindo à definição de uma agenda política acerca da temática, no âmbito municipal. Sob este prisma, foi criado o Programa Jovem de Futuro, sendo a Prefeitura de Viçosa seu agente proponente, o que justifica a escolha em desenvolver o estudo nessa cidade, cuja localização pode ser observada na Figura 1, a seguir apresentada.

Figura 1 – Mapa de Minas Gerais com destaque para a cidade de Viçosa.



Fonte: Wikipédia (2021).

Conforme figura 1, o Município de Viçosa está localizado na porção leste do estado de Minas Gerais, distante 230 quilômetros da capital do estado, sendo pertencente à mesorregião da Zona da Mata Mineira, região sudeste do Brasil. Tem uma população aproximada de 79.388 habitantes, em 2021, segundo estimativas do IBGE.

A unidade empírica, de estrutura da própria Administração Municipal, que compreenderá fonte de boa parte dos meios de captação de informações para a pesquisa, foi a

Secretaria Municipal de Assistência Social, dada a sua representatividade, importância e predominância subsidiária no âmbito da gestão local do programa.

O universo da investigação abarca os beneficiários egressos desse programa, bem como envolve pessoas em posição de direção do projeto social desenvolvido. Os beneficiários egressos desse programa público que compreenderam os indivíduos a serem entrevistados, são sujeitos capazes, maiores de 18 anos, de ambos os sexos, que já tinham participado das ações e recebido a formação conferida pelo Programa Jovem de Futuro.

1.4.2 Matriz Metodológica

Conforme Quadro 1, foi estruturada a matriz metodológica, que apresenta o desenho da pesquisa, considerando sua questão-problema, relevância, justificativa, abordagem teórico-metodológica, público de interesse, variáveis e técnicas de coleta de dados, em função dos objetivos específicos propostos.

Quadro 1- Matriz metodológica da pesquisa

TEMA DE PESQUISA:	Política Pública e Juventude.
TÍTULO DA PROPOSTA:	Funcionamento e Alcances do Programa Jovem do Futuro, Viçosa/MG: Interfaces entre Cenário, Representações e Projetos de Vida.
ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLOGICA	Pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e explicativa, tendo como fundamentação teórica e conceitual: Políticas públicas de juventude, seus arranjos, descontinuidades e suas tendências atuais; projetos de vida, trabalho e contemporaneidade. Dentre as técnicas de coleta de dados, foi feito uso da pesquisa em bases de dados, entrevistas semiestruturadas realizadas de maneira virtual. Os dados foram analisados pela técnica de Análise de Conteúdo da Bardin (2011).
PÚBLICO DE INTERESSE DA PESQUISA:	Os gestores (as) das equipes multidisciplinares do Programa Jovem de Futuro e os beneficiários egressos do programa.
QUESTÃO PROBLEMA:	<i>Quais têm sido os efeitos apontados por jovens egressos do Programa Jovem de Futuro de Viçosa decorrentes da sua participação no programa?</i>
A RELEVÂNCIA E JUSTIFICATIVA:	Juventude pobre imersa num contexto de inferiorização que exigiu a estruturação de políticas públicas, como é o caso do Programa Jovem de Futuro. Entretanto, novos fatos se apresentaram no cenário público (mudança do contexto político, aumento do desemprego, dentre outros), que contribuíram para criação de um cenário instável que gerou uma oportunidade de problematizar sobre essa questão. Portanto, uma pesquisa empírica com sujeitos que tiveram experiências junto a essas políticas públicas de juventude, mais recentemente, pode trazer informações relevantes para demonstrar se estas ações estão de fato contribuindo para a autonomia dos jovens, com reflexos nos seus projetos de vida, contribuindo efetivamente para o bem-estar daqueles indivíduos, que vivenciam as dificuldades impostas pelas desigualdades sociais, ainda mais presentes no cenário atual. Procura-se que esse trabalho se some a outros debates, para assim fortalecer e instaurar de cada vez mais espaços de escuta que acolham a necessária discussão sobre as mais variadas temáticas relativas às juventudes de nosso país.
PRINCIPAIS VARIÁVEIS DE ANÁLISE:	Percepções do público alvo e executor; Funcionamento e alcances do programa; Redes de parceiros.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	VARIÁVEIS A SEREM IDENTIFICADAS	INSTRUMENTOS E ESTRATÉGIAS PARA A COLETA DOS DADOS
Espacializar o mercado de trabalho formal juvenil mineiro, concatenando-o com variáveis socioeconômicas.	Fluxo de admissão do emprego formal; Renda; Tempo de emprego.	Pesquisa em bases de dados do governo federal Os dados foram lançados no software livre QGIS 3.2.1 e no SPSS, no intuito de projetar mapa de georeferenciamento e a realização de testes de média.
Aprender, a partir dos conteúdos simbólicos e midiáticos, as representações disponíveis acerca da juventude.	Representações difundidas.	Mapeamento de comentários advindos de rede social, cujos dados foram analisados com o auxílio do IrAMuTeQ.
Caracterizar a agenda governamental relacionada à juventude em Viçosa/MG, enfatizando as intervenções em execução e examinando a forma de funcionamento e alcances do Programa Jovem de Futuro sob a ótica dos seus executores, considerando, inclusive, os efeitos da crise pandêmica do novo coronavírus.	Forma de definição dos cursos Forma de identificação dos interessados nos cursos; Rede de parceiros; Percepções do público executor sobre o funcionamento e alcances do programa; Pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades do programa.	Entrevistas por meio virtual e/ou telefônico com os gestores e os idealizadores da política pública, almejando conhecer sua concepção e alcances. Além disso, realizou-se pesquisa documental, considerando folders e materiais de divulgação aos quais foi possível o acesso, sejam os materiais divulgados de maneira eletrônica e/ou impressa. Os dados foram analisados com auxílio da Análise de Conteúdo.
Identificar o perfil pessoal do beneficiário dos egressos, bem como o grau de apoio que receberam e as mudanças atitudinais apontadas pelos jovens decorrentes da participação no programa.	Perfil dos jovens egressos do programa, por meio das seguintes variáveis: idade, gênero e <i>status</i> laboral e estudantil; Formas de acesso ao programa; Sugestões de melhorias; Significados da formação; Aspectos positivos e negativos do processo de aprendizagem;	Coleta dos dados por meio de entrevista semiestruturada por meio virtual e/ou telefônico. Os dados foram analisados com auxílio da Análise de Conteúdo.
Analisar, na percepção dos egressos beneficiários do programa, as implicações do programa nos seus projetos de vida.	Projetos de vida; Representações ao tempo futuro;	Entrevista semiestruturada por meio virtual e/ou telefônico, aplicada junto aos jovens egressos do programa, considerando as situações vivenciadas depois e após a formação, com auto relato sobre o bem-estar em termos das emoções (afetos positivos e negativos) e satisfação como um todo. Os dados serão analisados pela análise de conteúdo.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

1.4.3 Procedimentos de análise dos dados

No que diz respeito a análise dos dados empíricos da investigação, visando alcançar uma compreensão mais profunda do problema delineado e agrupar um maior número de

informações, que possibilitem entender mais detalhadamente o assunto, a análise dos dados foi orientada pela técnica de Análise de Conteúdo, baseando-se nos preceitos e técnicas metodológicas desenvolvidos por Bardin (2011). Objetiva-se, dessa forma, vislumbrar melhor compreensão do contexto e aprofundamento investigativo das informações, que permitam a realização da discussão sobre o tema e, conseqüentemente, mais literalidade e detalhes das questões, que envolvem os fatos inquietantes desse trabalho.

Por outro lado, os dados quantitativos foram analisados pela estatística descritiva e de associação (SPSS), complementada pela análise temática, por meio do software livre QGIS 3.2.1, visando projetar mapas de georeferenciamento.

1.5 Aspectos Éticos da Pesquisa

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa, como preconiza a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), sendo aprovado sob o registro CAAE 47107321.1.0000.5153. Além disso, todo o processo de coleta de dados foi viabilizado mediante anuência, por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), apresentado nos Apêndices 4 e 5, cedidos por cada um dos participantes da pesquisa, que garante a integridade preservada e a confiabilidade dos dados.

1.6 . Referências Bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel. Identidades Juvenis: Estudo, trabalho e conjugalidade em trajetórias reversíveis. In: NOVAIS, Regina; VENTURI, Gustavo; RIBEIRO, Eliane; PINHEIRO, Diógenes (Organizadores). **Agenda Juventude Brasil: Leituras sobre uma década de mudanças**. Editora Unirio, Rio de Janeiro, p. 19-61, 2016.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, v.31, n. 89, p. 51-60, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890006>. Acesso em: 21 out. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Editora Almedina. São Paulo, 2011.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **Tutorial para uso do software Iramuteq**. 32p. Disponível em: http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/Tutorial%20IRaMuTeQ%20em%20portugues_17.03.2016.pdf. Acesso em: 14 abril 2021.

CARBONARI, Paulo Cesar. Sujeito de direitos humanos: questões abertas em construção. In: Silveira, R.M. et. al. **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

CARVALHO, Flávia Xavier de; NOMA, Amélia Kimiko. Políticas Públicas para a Juventude na Perspectiva Neoliberal: A Centralidade na Educação. **Roteiro**, Joaçaba, vol. 36, nº 1, p. 167-186, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3519/351961815009.pdf> . Acesso em: 11 jan. 2021.

CARMO, Nilva Celestino do. **Programa Mulheres Mil: Uma Análise Multidimensional**. Viçosa, 2019. 173f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica), Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **O Social em Questão** - Ano XV - nº 27, p. 83-100, 2012.

CORROCHANO, Maria Carla; FREITAS, Maria Virgínia. Trabalho e condição juvenil: Permanências, mudanças e desafios. In: NOVAIS, Regina; VENTURI, Gustavo; RIBEIRO, Eliane; PINHEIRO, Diógenes (Organizadores). **Agenda Juventude Brasil: Leituras sobre uma década de mudanças**. Editora Unirio, Rio de Janeiro, p. 155-175, 2016.

CORROCHANO, Maria Carla; ABRAMO, Helena Wendel; ABRAMO, Laís Wendel. O trabalho juvenil na agenda pública brasileira: avanços, tensões, limites. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**. p. 135-169, 2017. Disponível em: <http://alast.info/relet/index.php/relet/article/view/289>.

CORSEUIL, Carlos Henrique Leite; POLOPONSKY, Katcha; FRANCA, Maria Penna. **Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2020.

D'AGOSTINI, Adriana; TITTON, Mauro. Youth in the context of chronic unemployment in Spain and Brazil. **International Journal of Lifelong Education**. v. 18, n. 3, p. 18-30, 2019.

DAYRELL, Juarez. A juventude e suas escolhas: as relações entre projeto de vida e escola. In: VIEIRA, Maria Manuel; RESENDE, José; NOGUEIRA, Maria Alice; DAYRELL, Juarez; MARTINS, Alexandre; CALHA, António (Organizadores). **Habitar a escola e suas margens: geografias plurais em confronto**. Instituto Politécnico de Porto Alegre - Escola Superior de Educação, Porto Alegre, p. 65-73, 2013.

DUARTE, Bruno Monteiro; DOULA, Sheila Maria; SILVA, Douglas Mansur da. Do vermelho ao arcoíris: as representações sobre o movimento LGBT nas mídias do MST. **Revista Antropolítica**, Niterói, n. 49, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/42043>. Acesso em: 16 nov. 2020.

FERNADES, Baltazar. **Representação Social do Coronavírus**. Universidade do Minho. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/63445729/Covid20200527-113080-1jtin4n.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, Trabalho e Educação no Brasil: Perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Organizadores). **Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, p. 180-216, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Editora Atlas: São Paulo, 2002.

JANUZZI, Paulo de Martina. **Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: Uma Introdução aos Conceitos e Técnicas**. Editora Alínea, São Paulo, 2015.

KURNAZ, Işıl Baltacı. Youth Unemployment and Challenging Labor Market Conditions Reaching to the future: The Case of Diyarbakır, Sur Region. **Amme İdaresi Dergisi**. vol. 53 Issue 1, p. 119-152, 2020.

LEITE, Kelen Christina. A inesperada pandemia e suas implicações para o mundo do trabalho. **Psicologia & Sociedade**, 32, e020009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240215>.

MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. O jovem no mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Educação**, edição especial, nº 6, p 96-110, 1997.

MARCONI, Maria de Andrada; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MIRANDA, Ricardo José Pinto. **Qual a relação entre o pensamento crítico e a aprendizagem de conteúdos de ciências por via experimental: um estudo no 1º Ciclo**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2009.

MAIA, Ana Augusta Ravasco Moreira; MANCEBO, Deise. Juventude, Trabalho e Projetos de Vida: Ninguém Pode Ficar Parado. **Psicologia Ciência e Profissão**, v.30, n.2, p. 376- 389, 2010.

NASCIMENTO, Ivany Pinto. Representações sociais do projeto de vida dos adolescentes: Um estudo psicossocial. **Psi. da Ed.**, São Paulo, 14/15, p. 265 – 283, 1º e 2º sem. de 2002.

NÓBREGA, S. M; COUTINHO, M. da P. L. O Teste de Associação Livre de Palavras. In: COUTINHO, M. da P. L. (Org.) **Representações Sociais: Abordagem interdisciplinar**. Editora Universitária, UFPB, João Pessoa, 2003.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Global Employment Trends for Youth 2017: Paths to a better working future**. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/lang--en/index.htm> . OIT, 2017.

OLIVEIRA, Salvador Domingues; BATISTA, Sueli Soares dos Santos. Empregabilidade e inserção social dos jovens como desafios para a educação profissional e tecnológica.

Impulso, v.27, n. 70, p.55-66, 2017.

POCHMANN, Marcio. Juventude em Busca de novos Caminhos no Brasil. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Organizadores). **Juventude e Sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação social. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, p. 217-241, 2004.

RIBEIRO, Eliane; MACEDO, Severine. Notas sobre políticas públicas de juventude no Brasil: Conquistas e desafios. **Revista de Ciências Sociais**, DS-FCS, v. 31, n. 42, p. 107-126, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26489/rvs.v31i42.5> . Acesso em: 22 fev. 2021.

RESENDE, José Walter Rego; ESPÍNDULA, Daniel Henrique Pereira. Juventude em Foco: Representações Sociais da Juventude na Folha de São Paulo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, e190523, p. 1-15, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003190523> . Acesso em: 01 dez. 2020.

RODRIGUES, Hila Bernadette Silva. Políticas para a juventude no Brasil: da inserção na agenda política aos processos de construção, p. 131-169. In: **Políticas públicas para a juventude e gestão local no Brasil: agenda, desenho e implementação**. Belo Horizonte, 2009. 328f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontífca Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

BASTOS, Rosária Cal. **Avaliação da efetividade do projeto de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar no município de Coimbra, MG**. Viçosa, 2017. 187f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica), Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; ANDRADE, Carla Coelho de. A política nacional de juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni; ANDRADE, Carla Coelho de (Organizadores). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Brasília, 2009.

SILVA, Carla Regina; LOPES, Roseli Esquerdo. Adolescência e Juventude: Entre conceitos e políticas públicas. **Caderno de Terapia Ocupacional da UFScar São Carlos**, v.17, n. 2, p. 87-106, 2009.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. **Rev. Bras. Educ.** [online], n. 24, p. 16-39, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300003>. Acesso em: 03 jan. 2021.

SOUZA, Rafael Cripiano de; COSTA, Maria Aparecida Tenório Salvador da. Monitoramento e avaliação da assistência ao estudante universitário: o caso do Programa de Residência

Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco. **Avaliação de Políticas Públicas em Educação**, v.28, n. 107, p. 362-385, 2020.

TRIOLA, Mario F. **Introdução à estatística: atualização da tecnologia**. 11^a edição, Rio de Janeiro: LTC, 2013.

TOMMASI, Livia; CORROCHANO, Maria Carla. Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 34, n.99, p. 353-371, 2020. Disponível em: 10.1590/s0103-4014.2020.3499.021. Acesso em: 03 jan. 2021 às 15:47.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Módulo Educação (2019)**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf. Acesso em: 03 jan. 2021 às 11:37.

VELHO, G. Memória, identidade e Projeto. In: **Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. p.97-105

WELLER, Vivian. Jovens no Ensino Médio: projetos de vida e perspectivas de futuro. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (Organizadores). **Juventude e ensino médio**. Editora UFMG, Belo Horizonte, p. 135-000, 2014.

WERNECK, lana Eleá S. Quando os jovens viram notícia de jornal? Uma análise das representações sociais na mídia. **Revista Iberoamericana De Educación**, v. 36, n. 12, p. 1-9, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.35362/rie36122737>. Acesso em: 03 dez. 2020.

ARTIGO 1

ANÁLISE DA JUVENTUDE NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL MINEIRO: CARACTERÍSTICAS E ESPACIALIZAÇÃO

RESUMO: Este estudo dimensiona o mercado de trabalho formal mineiro, identificando sua estrutura e algumas características do perfil dos trabalhadores nele inseridos, considerando as seguintes variáveis: tempo de permanência, rendimentos e fluxo de movimentação do emprego formal (admissões e desligamentos). Para tanto utilizou-se, como principal base de informações, dados provenientes do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, compreendendo o recorte temporal de 2010 a 2019. Tratou-se de uma pesquisa quantitativa e o software SPSS e o QGis também foram utilizados. Estimou-se que 2011 foi o ano que apresentou o maior número de admissões formais em Minas Gerais e que o mercado de trabalho do estado é marcado, em geral, por uma presença representativamente maior de homens, no grupo de idade de pessoas com 18 a 39 anos de idade. Verificou-se ainda que os grupos populacionais de maior e menor idade, por sua vez, são mais estagnados, em função da evidente diminuição da participação desse público no mercado de trabalho formal, no local contextualizado. As maiores admissões de pessoas assim como os maiores rendimentos foram registradas na mesorregião metropolitana de Belo Horizonte. Além disso, os índices analisados não se apresentaram de forma homogênea, com a prevalência de uma certa discrepância, ao demonstrar, espacialmente, que as maiores escores ficaram isoladas em algumas poucas regiões.

Palavras chaves: Juventude, Mercado de Trabalho, Mercado de Trabalho Formal.

ABSTRACT: This study scales the formal labor market in Minas, identifying its structure and some characteristics of the workers' profile, considering the following variables: length of stay, income and flow of formal employment (admissions and dismissals). For this purpose, data from the General Register of Employed and Unemployed - CAGED was used as the main information base, comprising the time frame from 2010 to 2019. It was a quantitative research and the SPSS and QGis software were also used. It was estimated that 2011 was the year with the highest number of formal admissions in Minas Gerais and that the state's job market is generally marked by a significantly greater presence of men, in the age group of people aged 18 to 39 years old. It was also verified that the older and younger population groups, in turn, are more stagnant, due to the evident decrease in the participation of this public in the formal job market, in the contextualized place. The highest admissions of people as well as the highest incomes were recorded in the metropolitan mesoregion of Belo Horizonte. In addition, the analyzed indices were not presented in a homogeneous way, with the prevalence of a certain discrepancy, showing, spatially, that the highest scores were isolated in a few regions.

Keywords: Youth, Labor Market, Formal Labor Market.

1. INTRODUÇÃO

De uma relativa invisibilidade, as questões da e sobre a juventude vêm adquirindo, nos últimos quarenta anos, um novo status no marco social e institucional no Brasil (RIBEIRO, 2011). Ou seja, as inquições acerca das juventudes vêm ocupando um espaço cada vez mais proeminente em debates da comunidade científica, de órgãos públicos e governamentais, com preocupações crescentes voltadas para as trajetórias, dilemas e extemporaneidades enfrentadas pelos jovens nesse eminente movimento de transformações experienciadas, tanto no espaço laboral, com o ensejo das recentes reviravoltas no mundo do trabalho, fato progenitor da motivação para uma análise do panorama dos jovens nesse ambiente, quanto, em função dos desafios inerentes à educação, às novas tecnologias e mudanças familiares (SPOSITO; SOUZA; SILVA, 2018).

As transformações que o Brasil vem passando a partir de 2013 reforçam a constatação de que o país está percorrendo uma nova trajetória histórica precisando enfrentar uma conjuntura de grave desaceleração econômica, marcada por um desvigoroso dinamismo, redução gradual da capacidade de investimento, instituições fracas e insegurança jurídica (MAGALHÃES; CARDOSO, 2020). Tal cenário, invariavelmente, pressiona a circunspeção entre a oferta e a demanda, afetando negativamente a relação estabelecida entre o Estado, o sistema econômico e a sociedade.

Tais prerrogativas favorecem, sob diferentes conotações, as condições de precarização das relações de troca, sobretudo do público jovem, respeitadas as particularidades, sendo parcela da população apontada como sendo a mais impactada da relação negativa entre a disponibilidade dos recursos materiais e simbólicos, insumos fundamentais para o desenvolvimento de uma vida digna e plena, e o acesso às estruturas de oportunidades de alcance aos bens e serviços de consumo, que provêm do contexto social (SILVA; GALETO; BATISTA, 2020).

Quando se analisa cronologicamente a trajetória do mercado de trabalho brasileiro, nos últimos anos (2012-2019), observa-se que o aumento percentual de não ocupados se deu mais acentuadamente e, em muitos recortes socioeconômicos, para o conjunto da população mais jovem, no qual registrou-se, no período informado anteriormente, uma incorporação suficientemente substantiva de indivíduos premidos por fenômenos que levam à exclusão laboral, como apresentaram Corseuil, Poloponsky e Franca (2020). De acordo com os dados sistematizados pelos mesmos, o período que marca os anos de 2012 a 2019, tem destacado,

segundo os autores, um expressivo aumento na proporção de jovens que enfrentam dificuldades relacionadas à instabilidade empregatícia (CORSEUIL; POLOPONSKY; FRANCA, 2020).

Seguindo análise dos referidos autores, os dados apresentados demonstram que, no primeiro trimestre de 2017, registrou-se o maior valor da taxa de desemprego juvenil em todas as desagregações investigadas, sublinhando que esse percentual alcançou níveis históricos no período em questão, chegando ao seu maior índice na série analisada.

Na desagregação por faixa etária, como demonstrado pelos autores, o grupo dos adolescentes (15-17 anos de idade) foi a parcela populacional mais afetada pela supressão laboral. O crescimento da taxa de desemprego para esse grupo seguiu uma trajetória de crescimento elevado, com variação de 20,2 pontos percentuais entre os primeiros trimestres de 2013 e 2019, fazendo com que o índice de desemprego desse grupo passasse de 25,2%, no primeiro trimestre de 2013, para 45,4%, no mesmo trimestre de 2019. Já na faixa etária compreendida de jovens com 18 a 24 anos de idade, o aumento do desemprego, em toda a série analisada, teve variação de 10,8 pontos percentuais, passando de 16,4% em 2013 e chegando a 27,3% em 2019 (CORSEUIL; POLOPONSKY; FRANCA, 2020).

Tendências semelhantes são observadas nas análises realizadas por Corseuil, Poloponsky e Franca (2020), com outras desagregações investigadas, como gênero e nível de escolaridade, solidificando a afirmação dos autores de que o cenário no mercado de trabalho, na segunda década do século XXI, foi afetada por uma escassez de oportunidades laborais, sobretudo para grupos populacionais de menor idade.

Dessa forma, salienta-se a excrecência que essa tônica tem alcançado no Brasil contemporaneamente, engendrando diferentes fenômenos e distintas suscetibilidades – ademais que o engajamento em atividades laborais ainda é dimensão relevante na vida de jovens que contam com menos escolhas e margens de manobra (POCHMANN, 2004) – que se reverberam em muitas outras instâncias, se atenuando e se incrementando a outras problemáticas mais atuais, desequilibrando a harmonia do todo, especialmente quando se leva em consideração as novas alterações nas condições macroeconômicas, que contribuíram no sentido de introduzir novos cenários em torno desse debate sobre idiosincrasias relacionadas com a juventude, como demonstraram Sposito, Silva e Souza (2018).

Dessa forma, é verossímil discorrer, à vista disso, detrás destas considerações, que existe uma desconformidade, visível e manifesta. São esses fatos que constituem num dos principais eixos inquietantes desse texto. Pelo caráter múltiplo e heterogêneo da questão, definiu-se aqui uma região, como unidade de análise, a partir das quais foi possível estabele-

cer uma apreciação. Assim, foi estudado o caso do Estado brasileiro de Minas Gerais, localizado na porção sudeste do Brasil. Questões fundamentais para o estudo, levadas em consideração para a escolha dessa região, se deu por esse local apresentar grande heterogeneidade, reflexo do elevado desmembramento de municípios, proporcionando, dessa forma, dados que abrangem muitos níveis sociais e populacionais, apresentando aspectos diferenciados, o que enriquece o debate.

Dado tais pressupostos, o objetivo aqui é apresentar o panorama e observar propensões recentes do mercado de trabalho formal mineiro. Especificamente, objetivou-se realizar uma análise descritiva e espacial do fluxo de movimentações do emprego formal (admissões e desligamentos), dos rendimentos auferidos e do tempo de emprego, considerando, inclusive, a população de jovens situados na faixa etária de até 29 anos de idade, que estiveram formalmente empregados nos municípios do Estado de Minas Gerais, compreendendo o recorte temporal entre 2010-2019, com informações provenientes do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), que fornece um retrato do mercado de trabalho formal brasileiro.

De acordo com Almeida et al. (2018), o CAGED é uma averbação que foi criada em 1965, pela lei nº 4.923, como instrumento de acompanhamento e de fiscalização do processo de admissão e de dispensa dos trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, dentre outros objetivos paralelos, que inclui acompanhar índices de inatividade e criar medidas para melhorá-los. Trata-se de um registro administrativo alimentado mensalmente com informações declaratórias enviadas por estabelecimentos formais. A movimentação deve ser notificada até o dia 7 do mês subsequente ao ato de admissão e/ou de desligamento de cada trabalhador. São cerca de 900 mil estabelecimentos declarantes por mês, segundo informações do Governo Federal (BRASIL, 2021).

Alguns aspectos relativos ao CAGED tornaram o uso dessa base de dados favorável à proposição apresentada. Primeiramente, tem-se que a característica de divulgação dos dados possibilita informações mensais desagregadas até o nível municipal, setorial e ocupacional para todo o país, proporcionando registros recentes e contínuos dos vínculos empregatícios, da força de trabalho alocada, dos estabelecimentos empregadores e informações dos próprios trabalhadores (idade, sexo, nível de instrução e avaliação das ocupações em diferentes intervalos de tempo ao longo do ano e/ou anos, dentre outras possibilidades). Outro motivo determinante para a escolha de utilização de dados do CAGED é a de que essa base permite acompanhar flutuações acerca dos nexos trabalhistas, sobretudo das variáveis que se propõe a observar, trazendo decorrências importantes para a discussão da temática do texto em questão.

Mesmo com limitações metodológicas, em função das características de captação das informações do CAGED e do âmbito populacional compreendido por essa base de dados, ademais por se tratar de uma região extensa, cuja análise se processará em um grande recorte temporal, acredita-se que os resultados poderão permitir verificar grandes tendências, levantar questões e/ou prognósticos que poderão ser melhor investigados futuramente ou, até mesmo, sinalizar desvelamentos de situações poucos visualizadas, ainda que seja difícil produzir algo com conteúdo inédito ou inovador.

No que tange à escolha do recorte temporal, este foi definido considerando as mudanças pelas quais tem passado o cenário socioeconômico e político brasileiro. A conjunção desses fatores levou ao aumento da situação daqueles que permaneceram formalmente desempregados e ao movimento de dessalariamento, evidenciando deterioração nas condições gerais do mercado de trabalho, cuja conjuntura foi mudando radicalmente até o limite, em 2015, com a taxa de desemprego saltando de 7,9% para 13,7%, entre os primeiros trimestres de 2015 e 2017 (CORSEUIL; POLOPONSKY; FRANCA, 2020), com a situação agravada diante do jogo de forças presente entre os poderes, após o limiar do processo de impeachment de Dilma Rousseff.

Esse contexto salientou a eclosão de múltiplos conflitos, intensos debates e críticas, atravessados por distintas concepções. Isto é, este ambiente adverso contribuiu para a ampliação expressiva e acelerada da percepção de incerteza empresarial, no âmbito da economia brasileira, turvando e comprometendo a confiança no sentido macro, retardando decisões de consumo das famílias e de investimentos das empresas, gerando incertezas e reprimindo a demanda por trabalho. Acredita-se, que refletir sobre estas facetas, nesse período, no âmbito das dimensões apresentadas, enriqueceria a discussão e o debate em torno da temática proposta.

2. REFERENCIAL ANALÍTICO

2.1 O jovem e a inserção laboral

Esse tópico centrou-se em realizar uma discussão de nível introdutório acerca de dimensões concernentes à inserção dos jovens no mercado de trabalho, com vistas a melhor compreender seus desdobramentos e suas perspectivas. A existência de alterações na relação estabelecida pelos indivíduos para com o trabalho está atrelada ao reconhecimento da questão, enquanto parte inerente ao modo de produção capitalista, que se fundamenta na relação de exploração do capital sobre o trabalho.

Ao abordar sobre essas facetas, autores, como Martins (1997), Corrochano e Freitas (2016), Oliveira e Batista (2017) e D'agostini e Titton (2019), parecem partir do princípio de que o acometimento do mercado de trabalho, seja no nível local ou transnacional, tem como origem, tal como ressaltado acima, as recentes modificações na estrutura ocupacional e no perfil setorial do emprego, por sua vez decorrentes de transformações econômicas, nomeadamente, a modernização das estruturas produtivas, manifestamente visíveis em meados da década de 1960 e 1970.

Nos estudos supracitados, os autores indicam que, a partir da década de 1970, intensificaram-se condições, tanto políticas quanto econômicas, para que o modelo de produção neoliberal germinasse, no momento em que a economia mundial apresentava claros sinais de estagnação. Os preceitos Tayloristas e Fordistas, que, até então, vigoravam no mundo do trabalho, principalmente como modelo de organização da produção a ser seguido, declinaram-se gradativamente, num momento de vigorização de novos sistemas de organização do trabalho e das relações produtivas (JINKINGS, 2003, SOUZA; LORETO; REIS, 2021).

Nessa perspectiva, como apontam Oliveira e Batista (2017), esses fortes efeitos no contexto macroeconômico afetaram a vida de muitas pessoas, que se viram cada vez mais atingidas na sua forma de socialização e nos seus modos de vida. Frente a esse cenário imergido, o jovem, enquanto grupo social, tende a ter maior sensibilidade a esse cenário. Como comenta Kurnaz (2020), além de sofrer mais com situações de crises e com outras dificuldades, esse público está em situação de desvantagem por ter, em geral, menos acúmulo de capital humano e menos proteção contra demissões.

Dessa forma, quando se pensa em singularidades da condição juvenil que se vivem na contemporaneidade, como registrado por Martins (1997), trata-se, portanto, de um movimento, influenciado por um longo contexto histórico, caracterizado por um intenso processo de definições, escolhas e arranjos, que cada vez mais se multiplicam e se diversificam, fazendo com que os jovens, em especial, os pertencentes de grupos ou segmentos historicamente afetados pelos padrões de desigualdade, tenham de compor uma equação cada vez mais complexa, carregada com inúmeros elementos, para ter condições de viver a vida presente e preparar a vida futura; ademais, no Brasil, cuja questão tem características específicas, variando intensamente de acordo com diferentes momentos históricos, contextos sociais e modos de inserção dos sujeitos na estrutura social (CORROCHANO; FREITAS, 2016, ABRAMO, 2016, TOMASI; CORROCHANO, 2020).

Tal como Corrochano e Freitas (2016), esse texto não tem como foco a análise de todas as nuances e transições relacionadas ao processo de reorganização do capital, ademais esclarecer o aumento da complexidade do mesmo nos últimos tempos. Contudo, há o consenso de que esse debate traz decorrências importantes para a análise da relação dos jovens com o trabalho no Brasil (CORROCHANO; FREITAS, 2016), especialmente quando se pensa que grande contingente dos mais de 52 milhões de jovens de 15 a 29 anos (IBGE, 2017), tem experimentando de forma radical os efeitos dessas mudanças, gerando ou reforçando situações de desequilíbrios sociais.

Sob este prisma, esse fenômeno, que é global, tem contornos mais expressivos no Brasil, cuja população já vive imersa numa crise aguda que reflete muitas especificidades da sociedade capitalista historicamente construída, intensificada com o aumento da complexidade do ambiente político e econômico brasileiro nos últimos tempos, causando intensos reflexos que desencadearam uma série de outros tantos problemas correlatos, visibilizando muitas disparidades no meio social (LEITE, 2020).

Quando se pensa nos últimos dez anos (2011-2021), por exemplo, é inegável que nesse período percorrido pelo Brasil houve uma diminuição maciça da oferta e da demanda agregada; ou seja, imergiu no cenário público um ambiente adverso que contribuiu para uma rápida ampliação da percepção de incertezas, que turvou e comprometeu o ambiente no sentido macro.

Apesar dos muitos questionamentos, em termos de profundidade e efetividade, até mesmo as transformações verificadas no cenário macroeconômico brasileiro de 2003 a 2010, expressas em maiores taxas de crescimento, diminuição do desemprego, expansão das oportunidades formais de trabalho, maior acesso a população aos bens de consumo e a políticas sociais, mesmo diante do cenário de crise internacional, não se mantiveram (BARBOSA FILHO, 2017).

Se naquele momento as chances de encontrar trabalho se ampliaram para toda a população e também para os jovens brasileiros, as tendências atuais demonstram claros sinais de retração nessas dimensões no período mais recente, em função da turvacidade da expectativa quanto à capacidade de o Brasil dar continuidade ao movimento de redução da desigualdade de renda e estabelecer igual tendência para os demais indicadores de desigualdade de natureza socioeconômica (DEDECCA, 2015). O impacto nas atividades geradoras de renda é especialmente mais severo para os trabalhadores desprotegidos e para os grupos mais vulneráveis e que estão na economia informal, situação vivenciada por muitos jovens brasileiros.

Posto isso, pressupõe-se que a relação entre os jovens, as instituições e a sociedade vem sendo objeto de intensa mobilização. A complexidade desse cenário, principalmente quando se considera essas novas alterações, aliada à desigualdade no acesso aos meios para lidar com a esta nova semântica, impede o avanço da construção da cidadania e de um quadro de inclusão marcado pela sustentabilidade, principalmente para os jovens pertencentes às classes populares, que tende a sofrer um processo de adultização mais precoce, com tendência de ingressar muito cedo no mercado de trabalho, geralmente, com baixa escolarização e quase sempre ocupando as vagas de menor remuneração disponíveis (POCHMANN, 2004, FRIGOTTO, 2004, CORSEUIL; POLOPONSKY; FRANCA, 2020, KWADO, 2020, KURNAZ, 2020).

Esse contexto, portanto, necessita ser melhor conhecido e analisado, apontando para a importância do debate social com relação ao acesso dessa população aos espaços públicos e as suas possibilidades de participação, considerando a já precária estruturação do mercado de trabalho brasileiro, que prejudica, sobretudo, aos trabalhadores já precarizados, como é o caso do segmento juvenil.

3. METODOLOGIA

Uma vez situada as características da perquirição, quanto à natureza, a pesquisa quantitativa foi a que mais se alinhou a esta investigação. A quantificação justifica-se pela necessidade de utilização de técnicas para análise estruturada das informações e seu posterior tratamento por meio de ferramentas estatísticas (RICHARDSON, 1999). Os preceitos da revisão descritiva, da mesma forma, se mostraram consistentes com a questão norteadora e a pesquisa, pois ajudam a promover interpretações mais acuradas para a construção do estudo, ao ponto que possibilitam a descrição das características de determinada população ou fenômeno (GIL, 2002). A instrumentalização da pesquisa perpassou por duas etapas, quais sejam: (i) o levantamento e a sistematização da base de dados; e (ii) a síntese, a análise e a apresentação dos resultados, todas explicadas adiante.

Num primeiro momento, procedeu-se com a coleta das informações constantes na base de dados elegida para essa investigação. Essa primeira etapa da pesquisa foi conduzida respeitando dois momentos: (i) a organização; e (ii) o processamento do material coletado. Preliminarmente, realizou-se a organização do material encontrado junto aos dados oficiais do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), concatenando as informações laborais declaratórias dos municípios Mineiros inerentes às variáveis que propiciaram a

construção do objetivo proposto, que foram: rendimentos, tempo de emprego e fluxo de movimentação do emprego formal, considerando o intervalo temporal específico, já apresentado¹. Os dados foram baixados seguindo a distribuição das mesorregiões de Minas Gerais, para facilitar o processo de análise.

Ulteriormente, estes mesmos dados foram organizados e processados por meio de tabelas. O software empregado nessa parte da pesquisa para realizar a exposição dos fatores em explanação foi o Microsoft Excel®. Para a transformação dos dados em informações, os registros foram exportados precedentemente para o *Statistical Packages for the Social Sciences* (SPSS), no qual procedeu-se com a Análise Exploratória dos Dados, bem como com o Teste Anova e o Teste Turkey (post-hoc), no que diz respeito às variáveis faixa etária e o fluxo de movimentação do emprego formal, sendo adotado como nível de significância estatística o valor de $p \leq 0,05$.

Equitativamente, foi feito uso do Sistema de Informações Geográficas (SIG), empregando o software QGIS© versão 3.16, para a produção de mapas temáticos quantitativos coropléticos. Trata-se de um software gratuito que possibilita a realização de mapeamento geoespacial. Os mapas temáticos coropléticos, por sua vez, mostram-se eficazes para análise das características da região averiguada.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Iniciando análise das informações concatenadas, empreendeu-se, primeiramente, conforme Tabela 1, com uma análise estatística descritiva, a fim de fornecer um panorama geral dos dados compreendidos. A partir dessa análise, algumas observações foram feitas, a fim de formar uma impressão sobre as características descritivas iniciais dos respectivos dados, como parte de uma análise estatística mais extensa, que se procedeu, conforme apresentado adiante.

Tabela 1 - Perfil sociodemográfico das pessoas em idade de trabalho admitidas e desligadas das empresas das mesorregiões de Minas Gerais, 2010-2019.

Variáveis	Movimentação			
	Admitido		Desligado	
	N	%	N	%
Sexo				
Masculino	606214	62,6	476778	63,4

¹ De 2010 a novembro de 2019. Os dados de dezembro de 2019 não estavam disponíveis no banco de dados.

Feminino	362215	37,4	275528	36,6
Grau de Instrução				
Analfabeto	8216	0,8	5134	0,7
Até 5ª Incompleto	61317	6,3	47120	6,3
5ª Completo Fundamental	61973	6,4	49745	6,6
6ª a 9ª Fundamental	100056	10,3	81718	10,9
Fundamental Completo	138211	14,3	107863	14,3
Médio Incompleto	105654	10,9	77486	10,3
Médio Completo	416390	43,0	323100	42,9
Superior Incompleto	24520	2,5	20090	2,7
Superior Completo	52092	5,4	40050	5,3
Faixa etária				
Até 17	30313	3,1	10458	1,4
18 a 24	285935	29,5	204700	27,2
25 a 29	176618	18,2	142521	18,9
30 a 39	254640	26,3	208203	27,7
40 a 49	141103	14,6	114526	15,2
50 a 64	76113	7,9	67399	9,0
65 ou mais	3707	0,4	4499	0,6

Fonte: Resultados da pesquisa (2021), gerados pelo SPSS, com dados do CAGED.

As primeiras impressões que se podem tirar, quando se observa os números, é a presença ligeiramente maior de homens, no mercado de trabalho formal mineiro, nos anos abarcados pela inquirição. Em síntese, percebe-se que a ocupação masculina é ligeiramente maior (62,6%) que a feminina (37,4%), ao ponto que o percentual da taxa admissional da população masculina foi quase duas vezes da verificada no sexo feminino. Seguindo a ordem dos dados, as mesmas informações também demonstram que entre as pessoas admitidas e desligadas, as mulheres têm menores percentuais de participação.

As disparidades do fluxo de admissão do emprego formal, entre os grupos de idade, são também bastante acentuadas. Considerando a série investigada, ainda seguindo informações da Tabela 1, os percentuais dos níveis de admissão são maiores para a população que tem entre 18 e 39 anos de idade. O somatório dos percentuais dos níveis de admissão entre esses três grupos (18 a 24, 25 a 29 e 30 a 39 anos de idade) representou mais de 74% das declarações de admissões notificadas. Frente ao mesmo período, quando se analisa os mesmos dados antagonicamente, percebe-se que, o maior percentual de desligamento foi computado à parcela da população pertencente a faixa etária de pessoas entre 30 a 39 anos (27,7%), seguido por aqueles com 18 a 24 anos (27,2%) e 25 a 29 anos de idade (18,9%). No que se refere ao grau de instrução, pessoas com ensino médio completo se destacam como sendo as mais admitidas.

Já no que tange as informações das pessoas em idade de trabalho, os percentuais de admitidos e desligados, em Minas Gerais, no que se refere aos escores que vieram à luz no processo de análise, as informações demonstram um cenário no qual os dados seguem, cronologicamente, uma trajetória ziguezagueante, conforme dados da Tabela 2.

Tabela 2 - Distribuição das pessoas em idade de trabalho admitidas e desligadas das empresas das mesorregiões de Minas Gerais ano a ano de 2010-2019.

Ano	Movimentação			
	Admitido		Desligado	
	N	%	N	%
2010	131004	13,5%	88321	11,7%
2011	159445	16,5%	112068	14,9%
2012	145698	15,0%	105769	14,1%
2013	122400	12,6%	99490	13,2%
2014	106922	11,0%	84153	11,2%
2015	83096	8,6%	76126	10,1%
2016	58842	6,1%	53090	7,1%
2017	61443	6,3%	53497	7,1%
2018	57482	5,9%	45292	6,0%
2019	42097	4,3%	34500	4,6%

Fonte: Resultados da pesquisa (2021), gerados pelo SPSS, com dados do CAGED.

Conforme Tabela 2, a partir de 2010, os percentuais dos níveis de admissão seguiram, em linhas gerais, uma trajetória labiríntica decrescente, com o percentual passando de 13,5% e 16,5%, nos primeiros anos da série, 2010 e 2011, para 5,9% e 4,3%, nos anos finais investigados. Após 2010, o contingente concernente ao nível de admissão da população mineira em idade de trabalho apresentou um substantivo aumento (16,5%), frente ao mesmo dado, referente ao ano de 2010. Um ano depois, os contingentes desaceleraram. Após cair, no ano de 2012, os percentuais de admissões mantiveram um percurso sinuoso até o último ano da série, com quedas nos percentuais em praticamente todos os anos, frente a 2011, maior valor da série.

Dessa forma, uma queda de 9,2 pontos percentuais dos valores de admissão nesse período. A piora dessa constância pode ser um sinal de um mercado de trabalho que apresenta uma dinâmica muito fraca. Portanto, pode-se inferir, por meio dos dados, que em Minas Gerais, há um maior número de indivíduos desalentados devido à baixa capacidade de geração de postos de trabalho formais na economia, os indivíduos estão vivendo uma procura de emprego por um período mais longo de tempo.

Considerando os fluxos de movimentação (admissão versus desligamentos), as demissões foram mais acentuadas a partir de 2015, com as taxas de desligamento superando as de admissão, o que denota um cenário em que as pessoas têm tido cada vez menos oportunidades, no qual, aqueles que já estão engajados, estão mantendo mais o trabalho nos últimos anos.

Acerca do cenário econômico brasileiro, Barbosa Filho (2017) e Magalhães e Cardoso (2020), explicam que o cenário brasileiro já apresentava uma lenta recuperação econômica. Na década atual, de 2011 a 2019, a média anual de crescimento do PIB foi de apenas 0,6% ao ano, abaixo do período de 2001 a 2010, no qual, o Brasil cresceu, em média, 3,7% ao ano, contribuindo dessa forma, para a redução das compras por parte das famílias.

Complementariamente, como parte do processo de investigação, procedeu-se, além disso, com uma Análise de Variância, a fim de verificar se havia discrepâncias e/ou desvelamentos aparentes entre as médias de admissão, objetivando verificar se existia diferença estatística significativa entre as médias do fluxo de movimentação do emprego formal (admissões e desligamentos), entre os grupos compreendidos pelo banco de dados, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Análise da Anova entre faixa etária e admissão nas empresas das mesorregiões de Minas Gerais. 2010-2019.

	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	p-valor*
Entre Grupos	32616152,816	6	5436025,469	91,047	0,0001
Nos grupos	902329395,081	15113	59705,511		
Total	934945547,897	15119			

Fonte: Resultados da pesquisa (2021), gerados com dados do CAGED.

Constatou-se, no que se refere a movimentação de admitidos no período considerado, que o sig foi menor do que 5%, o que denota a existência de diferença média (p-valor<0,05) entre a quantidade de admitidos por faixas etárias, conforme dados do SPSS (Tabela 3), acima apresentados, que mostra o Teste Anova, evidenciando que há diferenças estatísticas significativas e uma ausência de homogeneidade nos dados tratados. Ou seja, há pelo menos um grupo e/ou faixa etária que possui médias de admissão laboral diferente de outros.

Com base nesse resultado, para identificar essas diferenças entre as médias de admissão, em função da idade para os diferentes grupos populacionais, foi utilizado o Teste Turkey, procedendo com comparações múltiplas, conforme Tabela 4, seguinte.

Tabela 4 – Análise de Turkey HSD entre faixa etária e admissão nas empresas das mesorregiões de Minas Gerais. 2010-2019.

(I) Faixas Etárias		Diferença média (IJ)	Erro	Sig.	Intervalo de Confi- ança 95%	
					Limite inferior	Limite superior
Até 17	18 a 24	-118,344*	7,435	0,000	-140,27	-96,42
	25 a 29	-67,734*	7,435	0,000	-89,66	-45,81
	30 a 39	-103,855*	7,435	0,000	-125,78	-81,93
	40 a 49	-51,292*	7,435	0,000	-73,22	-29,37
	50 a 64	-21,204	7,435	0,066	-43,13	0,72
	65 ou mais	12,318	7,435	0,645	-9,61	34,24
18 a 24	Até 17	118,344*	7,435	0,000	96,42	140,27
	25 a 29	50,610*	7,435	0,000	28,69	72,53
	30 a 39	14,488	7,435	0,448	-7,44	36,41
	40 a 49	67,052*	7,435	0,000	45,13	88,98
	50 a 64	97,140*	7,435	0,000	75,22	119,06
	65 ou mais	130,661*	7,435	0,000	108,74	152,59
25 a 29	Até 17	67,734*	7,435	0,000	45,81	89,66
	18 a 24	-50,610*	7,435	0,000	-72,53	-28,69
	30 a 39	-36,121*	7,435	0,000	-58,05	-14,20
	40 a 49	16,442	7,435	0,289	-5,48	38,37
	50 a 64	46,530*	7,435	0,000	24,61	68,45
	65 ou mais	80,051*	7,435	0,000	58,13	101,98
30 a 39	Até 17	103,855*	7,435	0,000	81,93	125,78
	18 a 24	-14,488	7,435	0,448	-36,41	7,44
	25 a 29	36,121*	7,435	0,000	14,20	58,05
	40 a 49	52,563*	7,435	0,000	30,64	74,49
	50 a 64	82,651*	7,435	0,000	60,73	104,58
	65 ou mais	116,173*	7,435	0,000	94,25	138,10
40 a 49	Até 17	51,292*	7,435	0,000	29,37	73,22
	18 a 24	-67,052*	7,435	0,000	-88,98	-45,13
	25 a 29	-16,442	7,435	0,289	-38,37	5,48
	30 a 39	-52,563*	7,435	0,000	-74,49	-30,64
	50 a 64	30,088*	7,435	0,001	8,16	52,01
	65 ou mais	63,609*	7,435	0,000	41,68	85,53
50 a 64	Até 17	21,204	7,435	0,066	-0,72	43,13
	18 a 24	-97,140*	7,435	0,000	-119,06	-75,22
	25 a 29	-46,530*	7,435	0,000	-68,45	-24,61
	30 a 39	-82,651*	7,435	0,000	-104,58	-60,73
	40 a 49	-30,088*	7,435	0,001	-52,01	-8,16
	65 ou mais	33,521*	7,435	0,000	11,60	55,45
65 ou mais	Até 17	-12,318	7,435	0,645	-34,24	9,61
	18 a 24	-130,661*	7,435	0,000	-152,59	-108,74
	25 a 29	-80,051*	7,435	0,000	-101,98	-58,13
	30 a 39	-116,173*	7,435	0,000	-138,10	-94,25
	40 a 49	-63,609*	7,435	0,000	-85,53	-41,68

50 a 64 -33,521* 7,435 0,000 -55,45 -11,60

*. A diferença média é significativa no nível 0.05.

a. Movimentacao = Admitido

Fonte: Resultados da pesquisa(2021), gerados pelo SPSS, com dados do CAGED.

Observando os sigmas, percebe-se que as pessoas de até 17 anos e com 65 anos ou mais de idade são as que menos foram admitidas em média, por decorrência dos números de admissão laboral concernentes a esses dois grupos serem diferentes, significativamente, em relação as outras faixas etárias, conforme Tabela 4.

A Tabela 5, a seguir, apresenta, mais resumidamente, essas grandes discrepâncias entre as médias auferidas, cujos dados demonstram visíveis assimetrias, que variam de acordo com as características do ciclo de vida das pessoas.

Consoante com a Tabela 5, a síntese das informações demonstra que entre a população de 30 a 39 anos e de 18 a 24 anos de idade, as médias de admissões desses dois públicos foram maiores em relação as demais idades. Corseuil, Poloponsky e Franca (2020) reforçam esse ponto assinalando que, em muitos casos, a falta de experiência e de qualificação tornam os jovens menos competitivos em cenários marcados por um mercado com maior escassez de vagas. Esse público, de acordo com os autores, é potencialmente mais prejudicado pelo agravamento da sensibilidade do desemprego ao ciclo econômico, o que torna mais fácil a demissão de trabalhadores jovens, dada a maior seletividade dos empregadores em momentos recessivos.

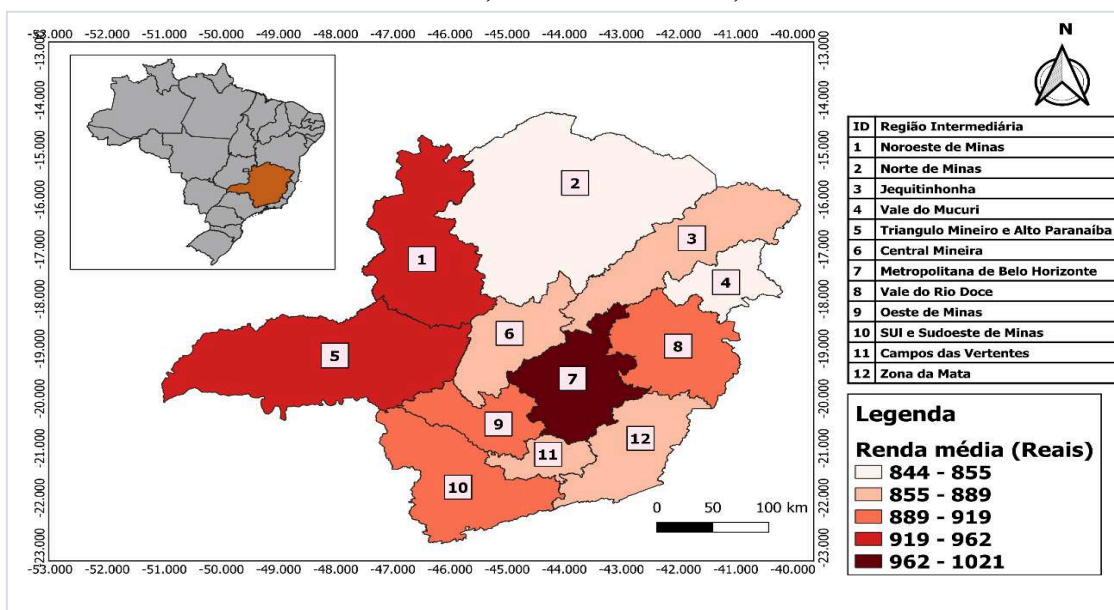
Tabela 5 - Diferença da quantidade de pessoas admitidas entre as faixas etárias das pessoas que trabalham nas empresas das mesorregiões de Minas Gerais. 2010-2019.

Faixa etária	1	2	3	4
65 ou mais	1,72			
Até 17	14,03	14,03		
50 a 64		35,24		
40 a 49			65,33	
25 a 29			81,77	
30 a 39				117,89
18 a 24				132,38

Fonte: Resultados da pesquisa (2021), gerados pelo SPSS, com dados do CAGED.

Quando se analisa o rendimento do trabalho, outro indicador importante da qualidade da ocupação do trabalhador, haja vista sua alta correlação com outros indicadores de qualidade do posto de trabalho. Essa variável apresenta os rendimentos médios da população mineira com 15 a 29 anos de idade, conforme Figura 1, abaixo.

Figura 1 – Espacialização da renda média do emprego formal, das pessoas de 15 a 29 anos de idade, em Minas Gerais, 2010 a 2019.

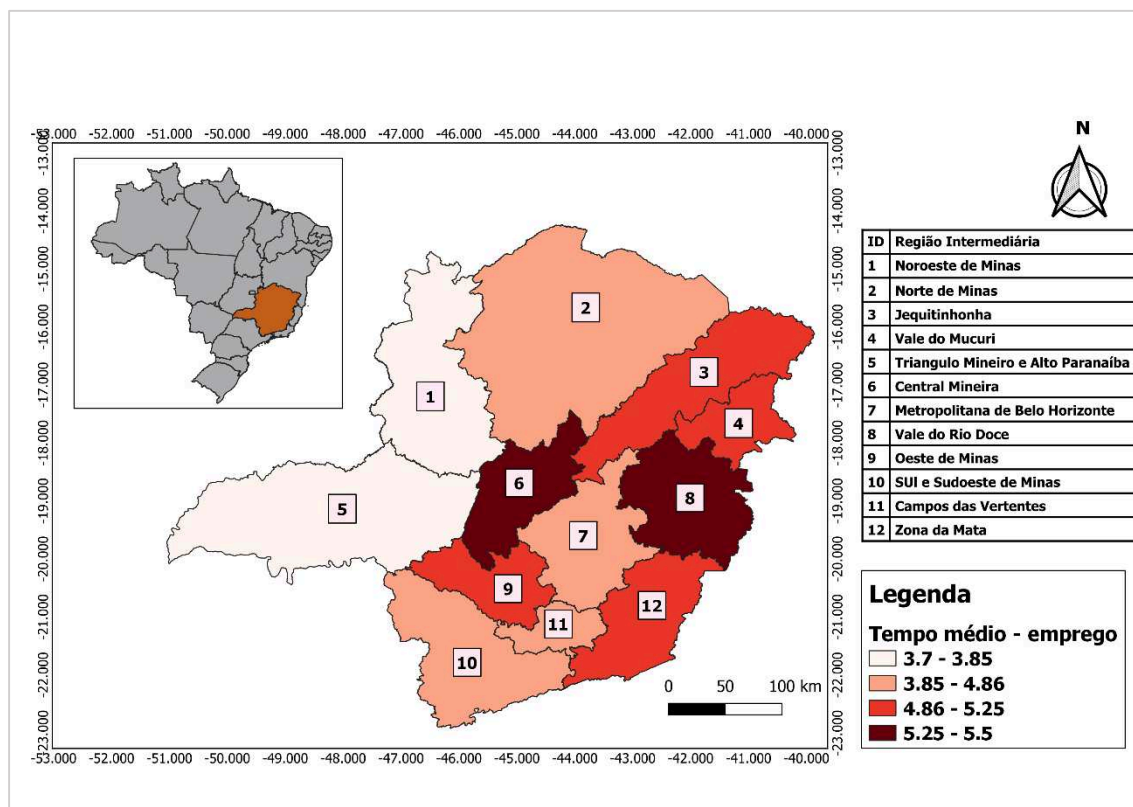


Fonte: Dados da pesquisa (2021), gerados pelo QGis, com dados do CAGED.

No que diz respeito ao comportamento espacial, é possível inferir tendo por base as informações da Figura 02, que, quanto maior for a produção econômica, a renda média tende a ser maior também, mesmo que essas desagregações dependam de muitas relações causais. Os dados apresentados na Figura 02 contribuem para o entendimento de alguns pontos desse debate, apresentando grandes coeficientes de variação em seus fatores. Nota-se, a partir da análise, que os maiores rendimentos ficaram isolados, concentrando-se nas regiões intermediárias de Belo Horizonte (R\$ 962 - 1021), Noroeste de Minas e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (R\$ 919 - 962), as três regiões com maiores médias. No mapa predominam as médias enquadradas dentro dessa faixa de renda entre R\$ 855 – 889 e R\$ 889 – 919.

Para complementar as análises deste texto, foram concatenados os dados de tempo de permanência no emprego dos jovens que se encontravam formalmente empregados na força de trabalho. A Figura 2, representada abaixo, demonstra essas informações.

Figura 2 – Tempo de permanência no emprego formal, das pessoas de 15 a 29 anos de idade, em Minas Gerais, 2010 a 2019.

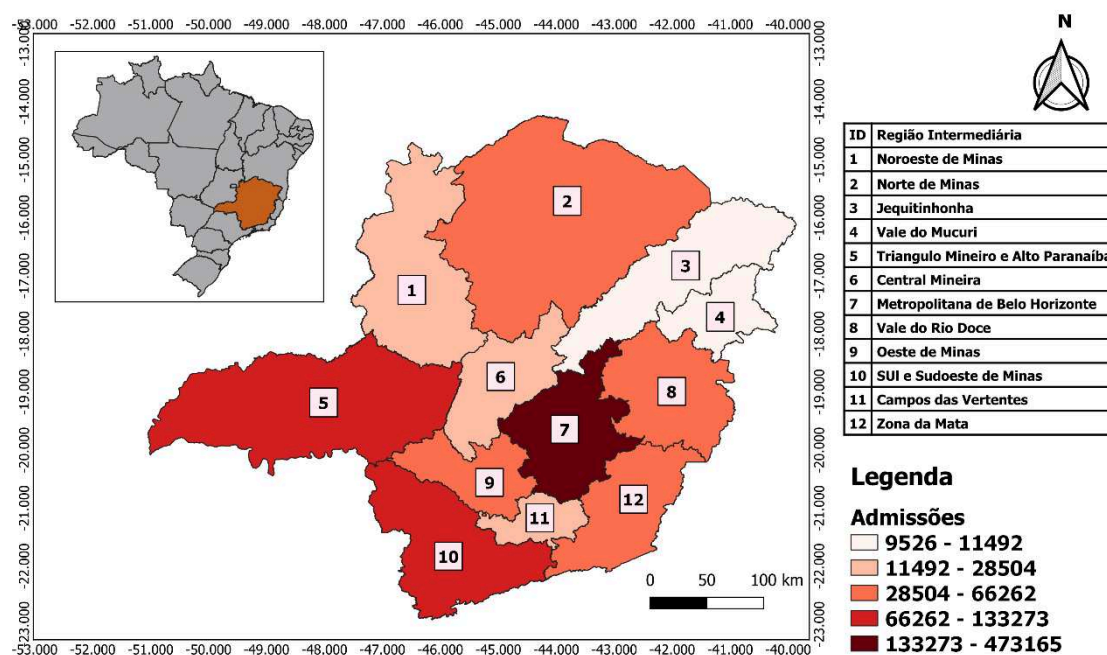


Fonte: Dados da pesquisa, gerados pelo QGis com dados do CAGED.

Os dados demonstram um predomínio de maiores percentuais em algumas poucas regiões (Central Mineira e Vale do Rio Doce). Do ponto de vista espacial, os piores escores foram obtidos pelas regiões Noroeste de Minas e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, o que tende a indicar perspectivas menos favoráveis de progressão desses jovens no setor formal.

A fim de perceber a coerência existente entre esses elementos, foi elaborado um mapa, que apresentou o número de admissões geradas em Minas Gerais. Esses dados foram concatenados e os dados correspondentes à essa variável foram divididos e categorizados em cinco distintas classes: Classe 1, com valores entre 9526 e 11492, Classe 2, de 11492 a 28504, Classe 3, de 28504 a 66262, a Classe 4, de 66262 a 133273, e, a classe 5, de 133273 a 473165, conforme Figura 3.

Figura 3 – Espacialização do fluxo de admissão do emprego formal nas mesorregiões de Minas Gerais, 2010 a 2019.



Fonte: Resultados da pesquisa (2021), gerados pelo QGIS, com dados do CAGED.

Seguindo análise da Figura 3, a grande maioria dos admitidos, são pessoas pertencentes, de alguma forma, a metropolitana de Belo Horizonte. A região do Triângulo Mineiro e do Sul e Sudoeste de Minas Gerais, apresentam, da mesma forma, certo protagonismo no que se refere a essa variável. Essas três regiões foram as que mais admitiram pessoas no estado, em função da maior intensidade da cor, considerando o período contextualizado. No extremo oposto, apareceram Vale do Mucuri, a região do Jequitinhonha, Campo das Vertentes, Noroeste de Minas e Central Mineira.

Mesmo a depender de muitas relações causais, o que parece é que, quanto maior for a produção econômica gerada por determinada região, as admissões tendem a ser maiores também. Os dados, apresentados na Figura 3, contribuem para o entendimento de alguns pontos desse debate, apresentando grandes coeficientes de variação em seus fatores. Os dados apresentam um certo grau de diferenças, ao demonstrar, especialmente, que as maiores admissões ficaram isoladas em algumas diferentes regiões.

A Figura 3 ainda mostra, em relação a distribuição geográfica dos agrupamentos componentes das regiões, que dois grandes blocos apresentam alguma proximidade percentual: a classe 3 e a classe 4. De modo geral, a variável analisada expõe que existem certas barreiras para o processo de equidade de oportunidades laborais nas diferentes áreas do estado, conforme constatado. Esse fato progenitor inspira atenção, devido às condições

desiguais que se encontram algumas localidades, pois, enquanto algumas mostraram resultados demasiados, outros apresentaram oscilações nos resultados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, os dados apresentados permitiram uma visão ampla da realidade estabelecida em Minas Gerais, no que se refere ao fluxo de movimentação do emprego formal. Pela leitura evidenciou-se uma certa heterogeneidade, especialmente no que se refere aos aspectos característicos do ciclo de vidas das pessoas. Os dados do CAGED também demonstraram uma certa desestabilização, sobretudo em algumas desagregações que foram analisadas.

As admissões no emprego formal, em Minas Gerais, por exemplo, considerando o âmbito compreendido, foi mais presente em alguns grupos populacionais, mais acentuadamente na agremiação de homens e no grupo das pessoas com 18 a 39 anos de idade. Já nos grupos populacionais de maior e menor idade, os níveis de admissões, por sua vez, são mais estagnados, no qual, há uma evidente diminuição da participação desse público no mercado de trabalho formal. Obviamente, os mais prejudicados por esse cenário são os adolescentes até porque, em geral, não possuem nem escolaridade nem experiência suficientes para alcançar postos de trabalho.

Foi constatado que os primeiros anos da série foram os que mais houveram admissões, com o maior valor da série sendo o ano de 2011 (16,5%). Depois desse período, foram registradas quedas nos percentuais em praticamente todos os anos, cenário que acompanhou o desfecho negativo da economia brasileira, como demonstrou Barbosa Filho (2017) e Magalhães e Cardoso (2020). As maiores admissões de pessoas foram registradas na mesorregião metropolitana de Belo Horizonte, na região do Triângulo Mineiro e do Sul e Sudoeste de Minas Gerais.

Os principais resultados deste texto indicam que os índices analisados não se apresentaram de forma homogênea, levando em consideração os anos analisados e os grupos de idade. Ficou evidente a presença de certos desequilíbrios espaciais, com áreas que carecem e demandam maior atenção, dado que são, possivelmente, pressupostos inibidores da promoção social e que podem impedir o avanço da construção da cidadania, já que o trabalho dignifica o “homem”, como a constituição Brasileira de 1988 aduz.

Talvez esse texto seja um sinalizador de uma situação problemática, que atinge de formas distintas amplos segmentos da sociedade. Por fim, vale ressaltar que este trabalho não

teve como objetivo esclarecer todas as dúvidas que cercam esse tema, mas sim reforçar a discussão sobre o mesmo que é tão importante, uma vez que afeta a vida de grande parte da população.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. Identidades Juvenis: Estudo, trabalho e conjugalidade em trajetórias reversíveis. In: NOVAIS, Regina; VENTURI, Gustavo; RIBEIRO, Eliane; PINHEIRO, Diógenes (Organizadores). **Agenda Juventude Brasil: Leituras sobre uma década de mudanças**. Editora Unirio, Rio de Janeiro, p. 19-61, 2016.

ALMEIDA, Mariana Eugênio et. al. Comparando Bases de Dados: O Caso do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua). Nota Técnica. **Boletim Mercado de Trabalho**, nº 65, p. 57-70, 2018.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, v.31, n. 89, p. 51-60, 2017.

CORSEUIL, Carlos Henrique Leite; POLOPONSKY, Katcha; FRANCA, Maria Penna. **Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020.

CORROCHANO, Maria Carla; FREITAS, Maria Virgínia. Trabalho e condição juvenil: Permanências, mudanças e desafios. In: NOVAIS, Regina; VENTURI, Gustavo; RIBEIRO, Eliane; PINHEIRO, Diógenes (Organizadores). **Agenda Juventude Brasil: Leituras sobre uma década de mudanças**. Editora Unirio, Rio de Janeiro, p. 155-175, 2016.

CAMPELO JÚNIOR, Aloísio; BITTENCOURT, Viviane Seda. **Expectativas de empresários e consumidores: acomodação da confiança em níveis muito baixos**. Rio de Janeiro: Boletim Macro FGV/IBRE, maio de 2020.

D'AGOSTINI, Adriana; TITTON, Mauro. Youth in the context of chronic unemployment in Spain and Brazil. **International Journal of Lifelong Education**. v. 18, n. 3, p. 18-30, 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, Trabalho e Educação no Brasil: Perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Organizadores). **Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, p. 180-216, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

JINKINGS, Isabela. Reestruturação produtiva e mercado de trabalho na indústria têxtil catari-nense. **Revista de Ciências Humanas EDUFSC**, Florianópolis, n. 33, p. 71-94, 2003.

KURNAZ BALTAÇI, Işıl. Youth Unemployment and Challenging Labor Market Conditions Reaching to the Future: The Case of Diyarbakır, Sur Region. **Amme İdaresi Dergisi**. v. 53 Issue 1, p119-152, Mar 2020.

KWAIDO, Amina Ahmad. Impact of entrepreneurship education on youth unemployment: a case of ummaru ali shinkafi polytechnic sokoto, nigeria. Proceedings of Economics and Finance Conferences. **International Institute of Social and Economic Sciences**, 2020.

LEITE, Kelen Christina. A inesperada pandemia e suas implicações para o mundo do trabalho. **Psicologia & Sociedade**, 32, e020009, 2020.

MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. O jovem no mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Educação**, edição especial, nº 6, p 96-110, 1997.

MAGALHÃES, Graziella; CARDOSO, Leonardo Chaves Borges. Efeitos econômicos e distributivos da pandemia de coronavírus no Brasil. **Revista de Economia e Agronegócio**. v. 18, n. 1, p. 1-12, 2020.

MINISTÉRIO DO TRABALHO (BRASIL). **Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho**. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/o-que-e-caged>. Acesso em: 13 ago. 2021.

OLIVEIRA, Salvador Domingues; BATISTA, Sueli Soares dos Santos. Empregabilidade e inserção social dos jovens como desafios para a educação profissional e tecnológica. **Impulso**, v.27, n. 70, p.55-66, 2017.

POCHMANN, Marcio. Juventude em Busca de novos Caminhos no Brasil. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Organizadores). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação social**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 217-241, 2004.

RIBEIRO, Elaine. Políticas públicas de educação e juventude: avanços, desafios e perspectivas. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de (Organizadores). **Juventude em pauta: Políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Editora Peirópolis, 1º edição, p. 25-44, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

SILVA, Silmara Carneiro e; GALETO, Pedro Henrique; BATISTA, Rafaela Karoline. Juventude, Mundo do Trabalho e Vulnerabilidade Social: O Desemprego Juvenil no Brasil como uma Expressão da Condição de Subalternidade da Classe Trabalhadora. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 20 (especial), e2014836, p. 1-11, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5212/Emancipacao.v.20.2014836.002>. Acesso em: 13 ago. 2021.

SILVA, Mauro Santos. **Política econômica emergencial orientada para a redução dos impactos da pandemia da Covid-19 no Brasil: medidas fiscais, de provisão de liquidez e de liberação de capital.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, julho de 2020.

SPOSITO, Marília Pontes; SOUZA, Raquel; SILVA, Fernanda Arantes e. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, e170308, p. 1-24, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-4634201712170308>. Acesso em: 05 ago. 2021.

SOUZA, Gustavo Bruno Pereira de; LORETO, Maria das Dores Saraiva de; REIS, Lilian Perdigão Caixêta. Crise dentro da crise: a inserção laboral juvenil e sua configuração no contexto do novo coronavírus. **OIKOS: Família e Sociedade em Debate**, v. 32, n. 1, p. 90-108, 2021.

TOMMASI, Livia; CORROCHANO, Maria Carla. Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 34, n.99, p. 353-371, 2020.

ARTIGO 2

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS MIDIÁTICAS ACERCA DOS JOVENS NO CON- TEXTO DO NOVO CORONAVÍRUS²

RESUMO: A juventude esteve muito presente nas notícias veiculadas a respeito do novo coronavírus. Nesse sentido, o artigo se propôs a analisar as representações sociais dos juízos divulgados pela mídia a respeito dos jovens, tendo como objeto 1.167 comentários gerados por usuários da rede social *Instagram*, a partir de uma notícia, sobre o tema em questão, do Jornal *O Globo*. Tratou-se de um estudo documental, cujos dados foram analisados pelo software IRAMUTEQ. Os resultados obtidos apontaram a prevalência de muitas representações, mesmo que os argumentos digam respeito a uma mesma realidade social.

Palavras-chaves: Representações Sociais, Jovens, Mídias.

MEDIA SOCIAL REPRESENTATIONS ABOUT YOUTH IN THE CONTEXT OF THE NEW CORONAVÍRUS

ABSTRACT: The youth was very present in the news published about the new coronavirus. In this sense, the article aims to analyze the social representations of the judgments disseminated by the media about young people, having as object 1,167 comments generated by users of the social network *Instagram*, based on a news item on the topic in question from *Jornal O Globo*. This was a documental study, whose data were analyzed using the IRAMUTEQ software. The results obtained indicated the prevalence of many representations, even if the arguments relate to the same social reality.

Keywords: Social Representations, Youth, Media.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história foram registradas significativas pandemias (Peste Bubônica, Gripe Espanhola, Cólera, dentre outras), vistas como doenças infecciosas, caracterizadas pela ampla disseminação, em grandes regiões e em diversos países. Antecedendo duas outras, só neste século, a Síndrome Respiratória Aguda (SARS-CoV), em 2002, e a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS-CoV), em 2012, na hordiernidade, o mundo vivencia uma nova pandemia, iniciada em dezembro de 2019, em Wuhan, cidade chinesa localizada na

²Trabalho submetido no periódico *Aceno – Revista de Antropologia do Centro Oeste* e se encontra em processo de análise.

província de Hubei, dessa vez tendo como agente etiológico um novo coronavírus, do tipo SARS-COV-2, nomeada COVID-19, responsável por ocasionar uma Síndrome Respiratória Aguda Grave, com potencial de mortalidade relacionada a danos maciços e insuficiência pulmonar (CALVACANTE et al., 2020, MOREIRA et al., 2020).

No Brasil, registrou-se o primeiro caso confirmado da COVID-19, importado da Itália, em 26 de fevereiro de 2020. Apesar da implantação de uma série de medidas, esforços e estratégias de intervenção a fim de refrear e de mitigar o avanço da doença, na tentativa de reprimir a disseminação do vírus e possível colapso dos serviços de saúde, o Brasil ostentou uma das maiores expansões de casos entre os países mais afetados, assim como registrou um aumento progressivo e preocupante do número de ocorrências e de mortes, como demonstram os dados do Boletim Epidemiológico nº 90, divulgado no final de outubro de 2021, pelo Ministério da Saúde, no qual, no Brasil, foram confirmados mais de 21 milhões de casos (BRASIL, 2021, CAVALCANTE et al., 2020, MOREIRA et al., 2020).

Dado ao momento percorrido e considerando, além disso, o período de isolamento social, que restringiu a circulação dos indivíduos, os jornais, bem como as mídias sociais, que, com o advento da globalização e do desenvolvimento acelerado das tecnologias de informação e disseminação de conhecimento, tornaram-se capazes de transmitir notícias em tempo real e em grande escala geográfica, se configuraram, ainda mais, como intermediários de grande relevância nesse cenário de buscas e compartilhamento de conteúdo, relacionados ou não à pandemia, dada a sua natureza interativa e por muitos usuários se apropriarem dessas ferramentas para comunicação (ANDRADE; DOULA, 2020, DÚ BO et al., 2020).

Dessa forma, durante este tempo, esses mecanismos de informação atuaram como replicadores e/ou disseminadores de informações que noticiavam o modus operandi a ser seguido durante a pandemia de COVID-19; sendo comum, ademais, notícias que reforçavam a ideia de estrito controle social sobre o movimento populacional e restrição às aglomerações.

Como ressaltado por Dú Bo et al., (2020), o SARS-CoV-2 e a doença que ele provoca (COVID-19), tornaram-se objeto de estudo das mais diversas áreas do conhecimento, como Epidemiologia, Infectologia, Saúde Pública, Psicologia, Ciências Sociais, dentre muitas outras. Mais do que uma questão de saúde, essa pandemia aventou, dentre as muitas inquietações, uma discussão – ao que parece pelo fato da transmissão ocorrer principalmente de pessoa para pessoa de forma rápida e seu controle representar um grande desafio – acerca da maneira como os seres humanos se relacionam com os diferentes meios que o cercam.

Sob este prisma, os jovens, especialmente no momento em que se convencionou chamar de segunda onda de contágio do vírus, foram apontados como sendo protagonistas na

pandemia, em função da participação destes nas festas e nos bailes lotados, estando os mesmos sempre presentes nas discussões e notícias relativas à COVID-19.

Ao falar em jovens, verifica-se que o termo não se apresenta como uma maneira simples. Como ressaltado por Resende e Espíndula (2020), o enfoque conferido a esse tema está pautado em óticas distintas que se ancoram em aspectos sociais, biológicos, culturais, morais, dentre outros. Existe uma ampla forma como os jovens são tematizados e a construção de um conceito, seja ele científico ou socialmente compartilhado, pode se configurar numa arena tortuosa. Portanto, o termo “jovem” empregado neste artigo segue o modelo referendado por Werneck (2005), referindo-se ao momento posterior à infância, que envolve a adolescência e a juventude propriamente dita, adotada aqui, como o período entre os 16 e os 24 anos.

Independentemente da grande dimensão conferida às questões que perpassam, direta ou indiretamente esse tema, é inegável a tamanha importância do construto jovem no campo das relações sociais e nos grupos sociais que compõem a sociedade. Assim sendo, este artigo se propõe a discutir a forma como tem sido representada a imagem do jovem e conhecer as representações sociais dos juízos divulgados pela mídia, tendo como objeto comentários feitos a partir de uma reportagem sobre o tema em destaque do Jornal *O Globo*, divulgada na rede social *Instagram*, espaço virtual no qual grupos de pessoas e até empresas se relacionam por meio do envio de mensagens e compartilhamento de conteúdo.

Como corroborado por Sousa, Santos e Aléssio (2018), Vitalli et al. (2019), Dú Bo et al. (2020) e Duarte, Doula e Silva (2020), nesse processo de construção de teorias socialmente elaboradas e compartilhadas, a internet, sendo um meio de comunicação de massa, desempenha uma importante função na organização e difusão dos discursos produzidos. Além disso, por ser um local aberto à grande maioria da população, a análise dos conteúdos provenientes desses diálogos possibilita e até oportuniza a identificação do imaginário da população sobre um determinado tema que esteja no momento em debate.

Jodelet (2001: p. 17) endossa esse ponto de vista ao afirmar:

A observação das representações sociais é, de fato, facilitada em muitas ocasiões. Elas circulam nos discursos, são carregadas pelas palavras, veiculadas nas mensagens e imagens mediáticas, cristalizadas nas condutas e agenciamentos materiais ou espaciais.

Nesse sentido, este estudo se alicerça na Teoria das Representações Sociais, considerada adequada para analisar o modo como os atores sociais exprimem suas representações, opiniões e crenças acerca dos objetos, sejam eles do mundo concreto ou abstrato, dentre os muitos, os acima mencionados (RESENDE; ESPÍNDULA, 2020).

2. REFERENCIAL ANALÍTICO

2.1- Comunicação Social, Mídia e Representações Sociais

A mídia, por lidar com a divulgação de informações, é um dos mais importantes equipamentos sociais no sentido de produzir esquemas de significação e interpretação do mundo. Para Coimbra (2001), esse equipamento da comunicação não nos indica somente sobre o que pensar, o que sentir e como agir, mas, principalmente, orienta-nos sobre o que pensar, sobre o que sentir. Assim, essa concentração de informações, característica do mundo globalizado, na visão da supracitada autora, produz poderosos processos de subjetivação que nos indicam a maneira de relacionar, ser e viver dentro de um permanente processo de modelização (COIMBRA, 2001).

Apresentado tais pressupostos, como elucida Jodelet (2001), a comunicação é um objeto próprio da Psicologia Social, que contribui para a abordagem dos fenômenos cognitivos. Ainda conforme a autora, a comunicação tem papel fundamental nas trocas e interações que contribuem para a instituição do universo consensual, desempenhando, ademais, nesse processo de formação do pensamento e do conhecimento social, uma importante função de elo entre os indivíduos e a sociedade, sobretudo nas ditas sociedades contemporâneas, nas quais o acesso à informação tornou-se componente decisivo na vida das pessoas (ARRUDA, 2002, PAVARINO, 2003).

Tal interpretação permite dizer que as trocas comunicacionais são fundamentais no aspecto conceitual para a dinâmica das representações sociais, conformação referendada por Jodelet (2001: p. 28), quando salienta que “a comunicação social, sob seus aspectos interindividuais, institucionais e mediáticos aparece como condição de possibilidade e de determinação das representações e do pensamento social”.

Assim sendo, pode-se inferir que a representação sobre algo sempre se desenvolve a partir da relação com o outro, sendo uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado que se constitui como ideia socializada, manifestando-se na forma de imagens, conceitos, categorias, teorias e experiências, que concorrem entre si para a construção de uma realidade comum a um conjunto social (JODELET, 2001, REZENDE; ESPÍNDULA, 2020).

Contudo, apesar da função cognitiva ser importante no processo representacional, o conceito de “Representação Social” da sociologia de Émile Durkheim só começou a trabalhar com o pensamento social, em sua dinâmica e diversidade, a partir de 1961, quando Serge Moscovici desenvolveu uma proposta de psicossociologia do conhecimento que propõe a

investigação da construção social a partir da consciência coletiva (SÊGA, 2000, ARRUDA, 2002).

Os autores que se referem à crise dos paradigmas (PESAVENTO, 1995; ARRUDA, 2002) defendem que ocorreu uma inflexão nos domínios das ciências humanas face ao declínio dos esquemas teóricos explicativos sobre os quais a história se apoiava e que perduravam, enquanto forma de interpretação da realidade, até cerca da metade do século XX. Desta forma, o imaginário alcançou um realce enquanto objeto de preocupação temática, justamente no momento em que as certezas do processo científico não se apresentavam como capazes de dar conta da complexidade do real (PESAVENTO, 1995, JODELET, 2001).

Para alguns autores, como Pesavento (1995) e Jodelet (2001), essa inflexão teve como resultado a pesquisa voltada para os fenômenos marcados pelo subjetivo, direcionada para as questões do domínio simbólico. Com outras contribuições importantes, Arruda (2002) pontua que se via florescer, na história social, um suporte teórico e metodológico substitutivo, que se preocupava com a explicação para os fenômenos que recorrem às noções da consciência e do imaginário.

Em outras palavras, como ressaltado por Wachelke e Segala (2005), essa perspectiva propôs que seria feito o estudo científico do senso comum, como forma de conhecimento, tanto o da sua estrutura, quanto de seu funcionamento e conteúdo. Nesta sistematização, ocorreu a reabilitação do saber popular e do conhecimento do cotidiano, saber antes considerado confuso, inconsistente e equivocado.

É importante também enfatizar que:

No percurso da transformação do fenômeno social neste final de século, os meios de comunicação de massa se tornam instrumentos fundamentais na produção da nova coesão social, exatamente porque lidam com a fabricação, reprodução e disseminação de representações sociais que fundamentam a própria compreensão que os grupos sociais têm de si mesmos e dos outros, isto é, a visão social e a auto-imagem (ALEXANDRE, 2001: p. 116).

Portanto, nesse processo de construção do universo consensual e do senso comum, onde as representações frequentemente se constroem, mais recentemente, enfatiza-se que as redes sociais, como meios de comunicação, têm um papel essencial para a dinâmica das representações sociais, dado que possuem capacidade de influenciar o senso comum em grande extensão.

Jodelet (2001: p. 20) endossa esse ponto de vista, ao afirmar que:

As instâncias e ligações institucionais, as redes de comunicação mediáticas ou informais intervêm em sua elaboração, abrindo a via dos processos de influência, às vezes de

manipulação social [...]. Essas representações formam um sistema e dão lugar a “teorias” espontâneas, versões da realidade que encarnam as imagens ou condensam as palavras, ambas carregadas de significações [...] se trata de estados que o estudo científico das representações sociais apreende. [...] através dessas diversas significações, as representações exprimem aqueles (indivíduos ou grupos) que os forjam e dão do objeto que representam uma definição específica. Essas definições partilhadas pelos membros de um mesmo grupo constroem, para esse grupo, uma visão consensual da realidade. Esta visão, que pode entrar em conflito com a de outros grupos, é um guia para as ações e trocas cotidianas [...] que se trata das funções e da dinâmica social das representações.

Em se tratando a respeito, Jodelet (2001) ainda explica que a comunicação intercede os aspectos estruturais e formais do pensamento social e é a transmissora da linguagem e, portanto, portadora das representações. Por esta razão, as pesquisas em representação social prontamente reconhecem isso, recorrendo frequentemente a mapeamentos da mídia, analisando esses conteúdos propagados para chegar às representações difundidas (WACHELKE; SEGALA, 2005, VITALLI et al., 2019, RESENSE; ESPÍNDULA, 2020, DUARTE; DOULA; SILVA, 2020).

De forma complementar, Sêga (2000, p. 132) salienta, a partir dos preceitos conceituais sistematizados por Moscovici, que “não só as nossas imagens do mundo social são um reflexo dos eventos do mundo social, mas os próprios eventos do mundo social podem ser reflexos e produtos de nossas imagens do mundo social”. Esse entendimento permite dizer, segundo o autor, que as representações são produzidas a partir de variadas metamorfoses que geram novos conteúdos. As coisas do mundo a nossa volta, tanto quanto as suas causas, são efeitos de nossas representações.

Assim sendo, adotar o paradigma teórico das representações sociais na comunicação social, como reportado por Wachelke e Segala (2005), significa assumir que a mídia é um veículo poderoso de comunicação de pontos de vista para a população, podendo, além disso, transformar os fenômenos sociais, influenciando, mediando e/ou moldando o modo de pensar das pessoas, difundindo para a população informações com vistas à produção de coesão social (VITALLI et al., 2019). Posto isso, entender como se admitem as representações nos meios de comunicação constitui objeto de investigação que merece ser aprofundado.

3. METODOLOGIA

Uma vez situada as características da perquirição, tratou-se de uma pesquisa documental com características descritivas, técnica de pesquisa com peculiaridades metodológicas para dirimir conteúdo manifesto da comunicação, seja de forma oral ou escrita, estando as classificações do estudo em consonância com as definições apresentadas por

Richardson (1999) e Gil (2002), quando as descrevem, como abordagens úteis para aprimoramento de ideias e concepções. Esse tipo de pesquisa é mais útil dado ao objetivo proposto, em função de ser mais adequada para demonstrar fenômenos da realidade social: representações, pontos de vista, percepções, visões e significados.

A instrumentalização da pesquisa perpassou por duas etapas, quais sejam: (i) o levantamento e a sistematização de informações referentes ao objeto de estudo aqui apresentado; e (ii) a síntese, a análise e a apresentação dos resultados. Dessa forma, preliminarmente, procedeu-se com a coleta de ideias, noções, averiguações a fim de apreender qual era a imagem veiculada pela imprensa a respeito dos jovens, no âmbito das dimensões apresentadas. Para isso, realizou-se leitura e análise das publicações jornalísticas de veículos de informação do Brasil (*Veja, O Globo, Rede CBN, Folha de São Paulo*, dentre outras).

Foram coletadas sete notícias que apresentavam características de postagens relacionadas à COVID-19 em que os jovens eram retratados, sendo examinadas as matérias publicadas num período de quatro meses (de 23 de agosto a 23 novembro de 2020), período conhecido como sendo o da segunda onda de contágio do vírus, no qual observou-se um intenso número de notícias que tematizavam sobre estes sujeitos. Foram desconsideradas apenas as publicações com o mesmo conteúdo que foram replicadas. Alguns materiais, como, por exemplo, podcasts e lives, que são programas de áudio e vídeo disponíveis na internet, também foram assistidos, como parte da primeira etapa da pesquisa, atentando ao processo de análise.

Numa segunda etapa, foi realizada análise dos comentários da rede social *Instagram*, mídia social online de compartilhamento de fotos, vídeos e textos, gerados pelos seus usuários a partir de uma reportagem³, divulgada na conta do jornal *O Globo*, que retratava os jovens como disseminadores do vírus da SARS-COV-2, disponibilizada de forma online no dia 23 de novembro de 2020, por meio do site do jornal, sendo também publicada na página oficial do jornal na citada rede social, de maneira que fosse possível identificar o rebatimento da imagem reportada pela imprensa e compreender as representações sociais das imagens construídas relativas aos jovens. A notícia foi acompanhada durante uma semana e 1.167 comentários⁴ foram gerados pelos leitores até o dia 30 de novembro do mesmo ano. Procedeu-se com o *download* das informações, que foram armazenadas em dispositivo próprio.

³Recuperado em 23 novembro às 15:43, 2020, de: <https://oglobo.globo.com/rio/jovens-se-tornam-disseminadores-do-virus-diz-infectologista-sobre-festas-lotadas-no-rio-24760771>.

⁴Disponível em: https://www.instagram.com/p/CH8Pi08LYbg/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 30 nov. 2020 às 11:14.

Alguns aspectos relativos à essa notícia do jornal *O Globo* tornaram o uso da mesma favorável à proposição apresentada. Antes de tudo, a escolha dessa matéria, em específico, deve-se ao fato da sua pertinência para a finalidade do estudo, já imergindo nessa perspectiva de vislumbrar as representações em relação ao objeto estudado. Também foi um critério para a escolha dessa notícia, o conteúdo abordado na matéria, dentro do enfoque do trabalho. Atrelado a isso, está o fato desse veículo de comunicação se apresentar como um jornal de grande circulação no país, aumentando, assim, a possibilidade de maior visibilidade da matéria, e, conseqüentemente, maior interação e geração de conteúdo, um outro aspecto decisivo para o estudo.

Ulteriormente, os comentários provenientes da matéria já argumentada foram organizados e processados. O software empregado nessa parte da pesquisa para realizar a exposição dos fatores em explanação foi o Microsoft Word®. Esse momento da pesquisa, que compreendeu na operacionalização dos comentários gerados pelos usuários foi conduzido respeitando dois momentos: (i) a organização; e (ii) o processamento do material coletado. Foi realizado o arranjo e uma primeira pré-análise do conteúdo reunido. Para alcançar uma compreensão mais profunda do problema delineado, a análise dos dados foi orientada pela técnica de Análise de Conteúdo da Bardin (2011).

No que tange às últimas etapas do processo de transformação dos dados em informações, complementarmente, visando o refinamento desse material, com o intuito de prepará-lo para ser explorado quantitativamente, foi feito uso de técnicas do Software IRAMUTEQ 0.7 Alpha 2, no qual procedeu-se com uma análise exploratória, que, por sua vez, mostrou-se eficaz para uma análise mais robusta dos resultados, ajudando a tornar o conteúdo mais explícito e, conseqüentemente, possibilitando a compreensão e a estrutura de possíveis representações sociais (DUARTE; DOULA; SILVA, 2020).

Vale ressaltar que, por se tratar de um estudo documental, a partir de textos de livre acesso à população através da internet, foi dispensada a necessidade de apreciação ética, por não se tratar de estudo com participação de seres humanos e animais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tal como Fernandes (2020), para analisar as representações sociais sobre os jovens expressas na mídia foi feito uso de técnicas de lexicometria, particularmente, a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), seguindo o método proposto por Reinert (1983), por meio

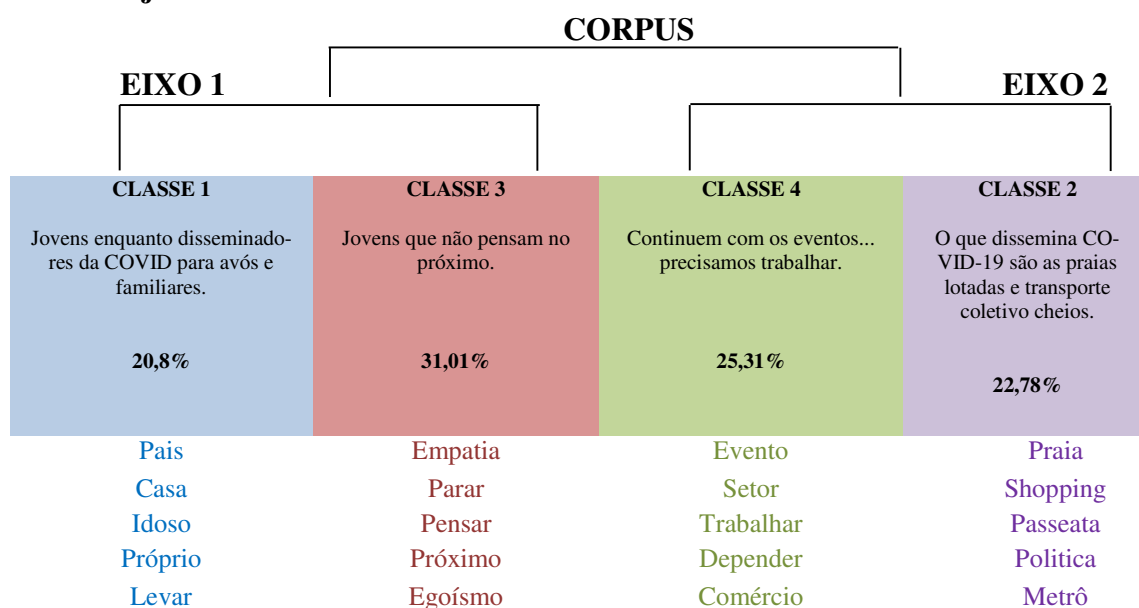
do software IRAMUTEQ, que analisou o corpus, reagrupando as evocações associadas em diferentes classes.

O corpus foi dividido pelo software em 221 segmentos de textos (STs), dos quais 158 STs foram aproveitados (71,49%). Assim, conforme a Figura 01, que pode ser visualizada abaixo, o dendrograma foi categorizado em quatro distintas classes de segmentos de texto: Classe 1, com 33 STs (20,8%); Classe 2, com 36 STs (22,78%); Classe 3, com 49 STs (31,01%); e Classe 4, com 40 STs (25,31%).

O dendrograma, apresentado na Figura 1, ilustra que o corpus foi dividido inicialmente em dois subconjuntos (de um lado as classes 1 e 3 em oposição às demais; e, no segundo momento, foram geradas as classes 4 e 2), possibilitando, como ressalta Du Bo et al., (2020), a construção de eixos de significados acerca das representações sociais dos objetos supramencionados, por meio de classes de vocábulos inter-relacionados, cujos conteúdos se configuram como material para a análise da presente pesquisa.

Nesta figura as palavras encontram-se ranqueadas pelo software, de acordo com sua classe temática e peso (χ^2), que traduz a importância que os sujeitos atribuíram a um determinado termo enunciado, incorporando os que são mais frequentemente evocados (FERNANDES, 2020). As palavras mais representativas que sobressaíram em cada uma das classes foram agrupadas e seus resultados foram discutidos individualmente. Essas classes se apresentam em dois diferentes eixos. O primeiro eixo (classe 1 e 3) foi intitulado “*pandemia e o meio familiar*”, enquanto o segundo (classe 4 e 2) “*pandemia e o meio social*”.

Figura 1 – Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente dos Comentários sobre os jovens.



Matar
Irresponsável

Divertir
Acabar
Irresponsabilidade
Respeito

Continuar
Viver
Protocolo
Hipocrisia

Samba
Ônibus

Fonte: Dados da Pesquisa (2021), gerados pelo Software IRAMUTEQ 0.7 Alpha 2.

Considerando os dois eixos temáticos, procurou-se discutir as quatro classes derivada da análise lexical.

4.1- CLASSE 1: “*Jovens enquanto disseminadores da COVID para avós e familiares*”.

Correspondendo a 20,8% do corpus, o conteúdo encontrado na classe 1 apresentou uma relação direta com o conteúdo abordado na matéria jornalística objeto do trabalho (jornal *O Globo*), bem como na visão disseminada por outras reportagens de outros veículos de comunicação que foram previamente analisadas.

A juventude foi situada como um possível agente disseminador do vírus. Como é possível observar no dendrograma, a presença de palavras, como pais ($\chi^2 = 9,93$), casa ($\chi^2 = 7,96$), idoso ($\chi^2 = 7,08$), próprio ($\chi^2 = 5,38$), levar ($\chi^2 = 4,4$), matar ($\chi^2 = 3,14$), denota uma narrativa onde se associam esses jovens a esses episódios. O que se observou nesta classe, foram discursos que destacavam a situação desponderada desses sujeitos para com seus familiares, dado o fato destes se arriscarem em festas aglomeradas. Alguns desses discursos são exemplificados a seguir:

“Tem que ter consciência será que os caras não pensam no problema que isso causa para suas próprias famílias e a outras pessoas que não tem nada a ver com a irresponsabilidade desses caras” (CLASSE 1).

“Mesmo sendo jovem, eu e vc tbm pagamos o pato por ter outros semelhantes que não estão se importando com o difícil momento que passamos e vamos passar” (CLASSE 1).

“Até entendo que se sintam mais seguros em relação a si mesmo, mas esses infelizes não tem mãe e pai? Não tem avós ou pessoas idosas e mais veneráveis que tenham contato direto com esses irresponsáveis? E a polícia não pode ser acionada para conter esse absurdo que acontece não só no Rio mas no Brasil inteiro por parte desses seres irresponsáveis? E o cúmulo do absurdo” (CLASSE 1).

“Infelizmente quem paga com o sofrimento são o pais, os jovens não pensa nos pais que são vulneráveis ao covid” (CLASSE 1).

Confirma-se, portanto, a reflexão de Coimbra (2001) e Jodelet (2001), quando aduzem a centralidade que os discursos propagados pela mídia ocupam na organização, construção, compreensão da realidade social nos diferentes indivíduos e grupos, por meio da transmissão de códigos normativos e de conduta (DÚ BO et al., 2020).

Preceitos semelhantes aos apresentados por Alexandre (2001: p. 113), ao pontuar que “diariamente somos bombardeados e envolvidos por informações, através de imagens e sons que, de uma forma ou de outra, tentam criar, mudar ou cristalizar atitudes ou opiniões nos indivíduos”. São modos de exposição que naturalizam certos vieses e que podem instaurar padrões normais e modelos que influenciam as percepções sobre as coisas do mundo. Ademais que, notícias de disseminação do coronavírus são um tema novo, que diariamente e continuamente é divulgado e massificado por todos os meios de disseminação de conhecimento (FERNANDES, 2020).

Nesse sentido, a comunicação arquitetaria condutas e reforçaria estereótipos que repercutiriam nos processos estruturais e formais do universo consensual (JODELET, 2001). Pavarino (2003), quando parece fazer alusão a esse processo de constituição do pensamento social, no que diz respeito ao papel da mídia, parece afirmar que o que varia nesse processo é a influência recebida; quanto menor o contato direto que público receptor tiver com o tema, mais influência ele receberá.

4.2- CLASSE 3: “*Jovens que não pensam no próximo*”.

Junto à classe 1, a classe 3, que correspondeu por 31,01% do corpus, também aborda os jovens, como sem amor ao próximo. Entre as palavras mais características, encontravam-se, novamente, termos que remetem aos mesmos vocábulos anteriores, como: empatia ($\chi^2 = 23,96$), parar ($\chi^2 = 16,4$), pensar ($\chi^2 = 9,79$), próximo ($\chi^2 = 9,17$), egoísmo ($\chi^2 = 8,03$), respeito ($\chi^2 = 4,97$). Por outro lado, os trechos dessa classe não se relacionavam a conteúdo específico, como, por exemplo, elencando os jovens enquanto disseminadores do vírus para família ou parentes próximos.

O discurso aqui se ancora num espectro geral e mais amplo, versando, sobretudo, a juventude na perspectiva da socialização. Discursos atrelados, mesmo que de maneira indireta, na maneira como os jovens ignoravam a pandemia, estando estes associados a ocorrências e situações que envolvem, especialmente, diversão, aglomerações e encontros múltiplos de pessoas sem qualquer tipo de proteção, festas e falta de reciprocidade em relação à dinâmica coletiva, conforme os trechos seguintes:

“Falta de Empatia e egoísmos é meio que padrão em grande parte dos jovens de hoje” (CLASSE 3).

“Ou seja, estamos vendo de forma empírica que mesmo em um intervalo de poucos meses o brasileiro é incapaz de aprender nada e repetir os erros” (CLASSE 3).

“Apesar de tudo de ruim que o vírus faz com as pessoas. O pior são as pessoas que não acreditam nele [...]” (CLASSE 3).

“Geração que não conhece limites, não aceita regras e só se interessam em ter prazer [...]” (CLASSE 3).

4.3- CLASSE 4: “*Continuem com os eventos... Precisamos trabalhar*”.

Esta classe correspondeu a 25,31% do corpus. Foi possível notar, a partir das palavras que foram agrupadas, que essa é uma classe bastante homogênea em termos de seus conteúdos. Foram observadas muitas palavras associadas ao trabalho do meio artístico e cultural, sobretudo. Os discursos presentes nessa classe concentraram-se principalmente, em torno do tema da criação de protocolos sanitários para permitir a continuação dos eventos.

No que diz respeito a essa questão citada acima, algumas afloraram no meio social causando grandes reflexos, principalmente no embate público. No resto do mundo, assim como no Brasil, foram adotadas várias estratégias, táticas e ações voltadas ao sentido de evitar os picos de elevação do número de casos e de mortes por COVID-19, bem como tentar diminuir as incidências da doença, de modo que os casos pudessem ocorrer em um volume menor e num prazo mais longo, tendo como parâmetro a capacidade instalada do Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil.

Por decorrência dessas ações necessárias – isolamento social e a paralisação de atividades que ocasionassem aglomerações sociais – a crise provocada pela pandemia, com repercussões sanitárias, econômicas e sociais, revelou muitas fragilidades da economia brasileira, evidenciando a naturalização de desigualdades estruturais da nossa sociedade.

Emergiram também muitas tensões políticas, que geraram um cenário que parecia permanecer, pelo menos no que diz respeito à pandemia, uma ausência de estratégias integradas, que culminaram em consequências sociais e econômicas (desemprego, falências de empresas, etc) e que provocaram a eclosão de múltiplos conflitos atravessados por distintas concepções, por exemplo, os conflitos que perpassam a questão da não quarentena por razões econômicas.

Atrelado a isso, com a instituição de protocolos sanitários de funcionamento, houve reabertura do comércio, volta do trabalho presencial em alguns setores e até a reabertura de alguns estabelecimentos de lazer, tendo como marcadores e indicadores de liberalização os leitos de UTI disponíveis nos hospitais e o ritmo da vacinação. Essa certa flexibilização destacou muitas disparidades no meio social. Como foi possível observar no dendrograma, entre as palavras mais representativas destacaram-se vocábulos alinhados a esses discursos:

evento ($\chi^2 = 71,22$), trabalhar ($\chi^2 = 20,4$), depender ($\chi^2 = 12,12$), continuar ($\chi^2 = 9,02$), viver ($\chi^2 = 8,18$), hipocrisia ($\chi^2 = 3,29$).

Nessa classe, foram apresentados discursos, que perpassavam por questões relacionadas aos desdobramentos envoltos ao tema trabalho. As ocorrências, conforme foi possível notar, remetiam a vocábulos conexos aos efeitos da pandemia na economia, especialmente no mercado de trabalho. Aqui a paralização em alguns setores produtivos, por decorrência do isolamento social, era relacionada a efeitos negativos, conforme os trechos seguintes:

“O setor de evento sempre pagando o pato, enquanto ônibus, praias, metrô continuam cheios!!! Até quando seremos invisíveis?? Não queremos ajuda do governo, queremos trabalhar” (CLASSE 4).

“[...] a volta dos eventos é primordial, e um setor que gera muitos empregos, muitas famílias depende de estar trabalhando em eventos pra se sustentar. De liberdade pra voltar os eventos, e quem não quiser ir fique a vontade pra fazer seu próprio isolamento. Ngm é obrigado a ir em shows, nem antes da pandemia e nem agr com ela, só vai quem quer. Todos os os setores estão funcionando. Tem gente que está entrando em desespero por não ter de onde tirar seu sustento. Eu sou a favor de voltar os eventos o mais rápido possível” (CLASSE 4).

“O Setor de evento sempre pagando o pato! Transporte público lotado não pega??? Comércio? Shopping? Praias? Supermercados? Mas eventos já faz 9 meses que não tem, por acaso o vírus acabou??? E ainda continuam nos culpando!!! Globo Lixo!!! Cada vez mais pegando nojo de vcs!!! HIPOCRISIA!” (CLASSE 4).

Sêga (2001) explica que é comum buscar informações que confirmem nosso ponto de vista e negligenciar aqueles que possam, de alguma forma, enfraquecê-lo. De acordo com o autor, sempre há alguma impermeabilidade à informação. As representações amparam-se em visões e valores anteriores e, para Sêga (2001), vive-se em um mundo fechado, que tenta reproduzir juízos que confirmem as ideias preconcebidas que fazemos. Essas informações, uma vez manifestadas, tentam, a partir da nossa experiência prévia, confirmar certas informações e se livrar de outras.

4.4- CLASSE 2: “O que dissemina COVID-19 são as praias lotadas e transportes coletivos cheios”.

Se a classe 4 se refere aos desdobramentos em torno do tema trabalho, a classe 2, que correspondeu por 22,78% do corpus, tratava, por sua vez, da representação social na dimensão política e social do objeto, especialmente. Os discursos presentes nessa classe estavam associados, principalmente, ao período eleitoral. Outra questão que emergiu dos comentários foram as sequências de feriados, a aglomeração nas praias e noutros locais que também ficaram cheios. Como é possível observar no dendrograma, entre as palavras mais

características destacam-se vocábulos alinhados nesse sentido: praia ($\chi^2 = 20,4$), shopping ($\chi^2 = 14,18$), passeata ($\chi^2 = 6,49$), política ($\chi^2 = 5,05$), metrô ($\chi^2 = 3,66$). Alguns desses discursos são exemplificados a seguir:

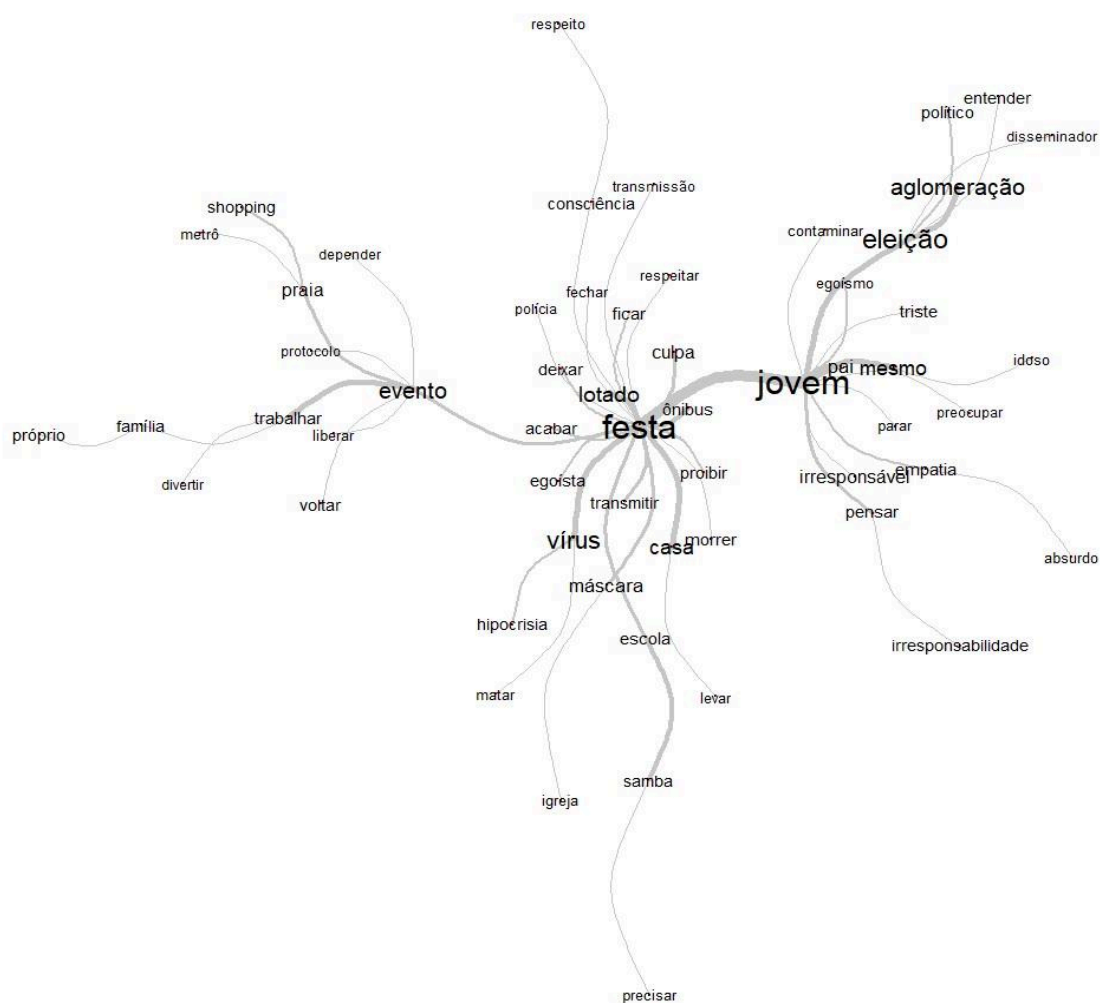
“O disseminador se chama POLITICA, tudo aberto há meses e agora que a eleição tá acabando, volta a subir? Só trouxa pra acreditar nesse jornalismo lixo de vocês” (CLASSE 2).

E a feijoada no rio, tudo certo? Lá na escola de samba. Deveria pela mídia ser criticada assim como as festas lotadas. Correto? Parcialidade nas notícias tem outro nome. (CLASSE 2).

Porque vocês não noticiaram, nas eleições? Mediram temperatura nas zonas eleitorais? Aliás vcs noticiaram os comícios lotados? Mídia porcaaaaa, vcs realmente são um lixo, hipocrisia aí e de tonelada (CLASSE 2).

Foi possível perceber a coerência e conexão existente entre os elementos citados, quando foi realizada a análise de similitude, apresentada na Figura 2. Ou seja, observou-se que os achados encontrados, a partir da Análise de Similitude, exibiam um conjunto de elementos, que expressavam os dados obtidos por meio do Dendrograma. De maneira semelhante ao diagnóstico apresentado pela Classificação Hierárquica Descendente (CHD), a análise de similitude, apresentada na Figura 2, foi capaz de ratificar a demarcação das ideias expostas. Ambas enfatizaram as semelhanças entre as diferentes palavras, apresentando possibilidades distribucionais de os discursos ocorrerem em combinação com os outro (s).

Figura 2 – Análise de Similitude dos Comentários.



Fonte: Dados da Pesquisa (2021), gerados pelo Software IRAMUTEQ 0.7 Alpha 2.

Constatou-se, portanto, conforme Figura 2, que a Análise de Similitude apresentou uma ramificação dos principais termos elencados pelo software, ficando em evidência duas palavras, “festa” e “jovem”, que se relacionavam e hierarquizavam com outros elementos, em maior e/ou menor grau, dependendo da sua localização no mapa: central ou periférica. Em referência à palavra “festa”, ancora-se nela, de forma direta e muito próxima, a palavra “jovem”, que juntas se subancoram em outros termos, como: “pai”, “mesmo”, “irresponsável” e “eleição”; ou seja, há aqui várias dimensões manifestadas, como, por exemplo, o período eleitoral, que foi conduzido e realizado em pleno período pandêmico, bem como, as consequências que a participação dos jovens em festas aglomeradas podem trazer para as famílias desses sujeitos: “idoso”, “absurdo”, “preocupar”, “parar”, “pensar”, “triste”, “egoísmo”.

O termo “evento”, outra palavra com grau significativo, na análise de similitude, tem duas fortes ligações com dois elementos que também ocuparam certo espaço de centralidade, como: “trabalhar” e “protocolo”. Esses três termos incorporaram diferentes relações, com distintas concepções: “liberar”, “voltar”, “depende”, “praia”, “shopping”, dentre outras; propagando-se nesses discursos, principalmente, uma evidente preocupação dos sujeitos com a situação econômica do país.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das produções midiáticas, dissipadas durante a pandemia, existem certos pontos conclusivos sobre a representação juvenil, quando se concatena os resultados das quatro classes de palavras imergidas na análise. Assim, a partir da apreciação das representações sociais sobre os jovens é possível concluir que há uma conexão de diversos atores, que se articulam.

Percebe-se que a representação social do objeto acima mencionado está ancorada em alguns discursos relacionados às questões socioeconômicas introduzidas no cenário brasileiro mais recentemente, que se ligam a outros pontos correlatos. Ao mesmo tempo que emergem dos discursos uma preocupação social com a prevenção e minimização do impacto da COVID-19, emergem outros que expressam inquietação com a falta de concordância coletiva no que diz respeito às estratégias de cuidado e prevenção do novo coronavírus.

Existem também representações da juventude que estão ancoradas na crença do jovem como ser despreocupado com a dinâmica coletiva, expressas em palavras que se remetem aos vocábulos relacionados com a falta de reciprocidade. As muitas tensões políticas presentes no meio social e as muitas elasticidades daí eclodidas também se viram representadas.

Por fim, os achados alcançados não parecem apontar para uma única forma de construção da consciência coletiva, mesmo diante da homogeneização presente na lógica mediática disseminada. Diversas narrativas foram expostas, articuladas e alocadas, de diferentes maneiras, com diferentes sentidos e intensidades, produzindo representações sociais diversas, mesmo que os argumentos digam respeito a uma mesma realidade social.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Marcos. O papel da mídia na difusão das representações sociais. **Comum - Rio de Janeiro**, v. 6, n.17, p. 111-125, 2001.

ANDRADE, Marco Paulo; DOULA, Sheila Maria. A mídia regional e a representação social da violência: O caso dos refugiados venezuelanos no norte do Brasil. **Pauta Geral - Estudos Em Jornalismo** (e202015365), p. 1-20, 2020. Disponível em: 10.5212/RevistaPautaGeral.v.7.15365.807. Acesso em: 01 dez. 2020.

ARRUDA, Ângela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n.117, p.127-147, 2002.

BRASIL, **Boletim Epidemiológico Especial nº 90**. Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/novembro/29/boletim_epidemiologico_covid_90-final-_26nov21.pdf. Acesso em: 09 dez. 2020.

CAMBRICOLI, Fabiana. “Jovens vão para festas como se pandemia tivesse acabado”, diz David Uip sobre novos casos de Covid. **O Estado de São Paulo**, 19 nov. 2020. Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,jovens-vaio-para-festas-como-se-pandemia-tivesse-acabado-diz-david-uip-sobre-novos-casos-de-covid,70003520153>. Acesso em: 23 nov. 2020.

CALVACANTE, José Roberto et al. COVID-19 no Brasil: Evolução da epidemia até a semana epidemiológica 20 de 2020. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 29, n.4, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/s1679-49742020000400010>. Acesso em: 07 dez. 2020 às 22:12.

COIMBRA, Cecília. “A Mídia Produzindo Subjetividades”. In: COIMBRA, C. (Org.). **Operação Rio – O Mito das Classes Perigosas**. Rio de Janeiro: Intertexto, 2001, p. 27-73.

DO BÚ, Emerson Araújo et al. Representações e ancoragens sociais do novo coronavírus e do tratamento da COVID-19 por brasileiros. **Estud. Psicol. Campinas**, v. 37, (e200073), p.1-13, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0275202037e200073> . Acesso em: 07 dez. 2020.

DUARTE, Bruno Monteiro; DOULA, Sheila Maria; SILVA, Douglas Mansur da. Do vermelho ao arcoíris: as representações sobre o movimento LGBT nas mídias do MST. **Revista Antropolítica**, n. 49, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/42043>. Acesso em: 16 nov. 2020.

FERNADES, Baltazar. **Representação Social do Coronavírus**. Universidade do Minho. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/63445729/Covid20200527-113080-1jtin4n.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2021 as 22:14.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

JODELET, Denise. “Representações Sociais: Um Domínio em Expansão”. In: JODELET, D. (Org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2001.

MOREIRA, Maria Rosilene Candido et al. Enfermagem na pandemia da covid-19: Análise de reportagens à luz da teoria do reconhecimento. **Enferm. Foco**, v.11, n.1, p. 116-123, edição especial, 2020. Disponível em: <http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/EnfermagemPandemiaCOVID19.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2020.

O GLOBO. **Jovens se tornam 'disseminadores do vírus', diz infectologista sobre festas lotadas no Rio**, 23 nov. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/jovens-se-tornam-disseminadores-do-virus-diz-infectologista-sobre-festas-lotadas-no-rio-24760771>. Acesso em: 23 nov. 2020 as 15: 43.

O DIA. **Médico alerta para o comportamento dos jovens durante a pandemia: 'Eles viram disseminadores do vírus'**, 23 nov. 2020. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2020/11/6033470-medico-alerta-para-o-comportamento-dos-jovens-durante-a-pandemia-eles-viram-disseminadores-do-virus.html>. Acesso em: 23 nov. 2020.

PAVARINO, Rosana Nantes. Teoria das representações sociais: pertinência para as pesquisas em comunicação de massa. **XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – BH/MG – 2 a 6 Set 2003**. Disponível em: http://www.academia.edu/download/36901302/PAVARINO_TRS_PERTINENCIA.pdf. Acesso em: 21 dez. 2020.

PESAVENTO, Sandra. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, 1995. Disponível em: http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=14. Acesso em: 23 nov. 2020.

RESENDE, José Walter Rego; ESPÍNDULA, Daniel Henrique Pereira. Juventude em Foco: Representações Sociais da Juventude na Folha de São Paulo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40 (190523): 1-15, 2020. DOI: 10.1590/1982-3703003190523 . Acesso em: 01 dez. 2020.

REDE GLOBO - JORNAL HOJE. **Festas irregulares na pandemia: locais descumprem medidas restritivas**, 19 nov. 2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9036766/>. Acesso em: 22 nov. 2020.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

REDE CBN. **“Os jovens simplesmente decidiram que a pandemia acabou”**, 23 nov. 2020. Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/323559/os-jovens-simplesmente-decidiram-que-pandemia-acab.htm>. Acesso em: 29 nov. 2020.

SÊGA, Rafael Augustus. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Sege Moscovici. **Anos 90**, n. 13, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6719>. Acesso em: 07 dez. 2020.

SOUSA, Yuri Sá Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALÉSSIO, Renata Lira dos Santos. Maconha e Representações Sociais em Matérias de Jornal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.34 (34420): 1-11, 2018. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772>. Acesso em: 07 dez. 2020.

TV RECORD - JORNAL FALA BRASIL. **Jovens ignoram pandemia e se arriscam em festas clandestinas sem qualquer proteção**, 22 set. 2020. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/fala-brasil/videos/jovens-ignoram-pandemia-e-se-arriscam-em-festas-clandestinas-sem-qualquer-protecao-22092020>. Acesso em: 22 nov. 2020.

VEJA. **O comportamento dos jovens e a pandemia, transmitido ao vivo no dia 19 nov. 2020**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-_ZX3bEKRNw&t=1645s. Acesso em: 25 nov. 2020.

VITALI, Marieli Mezari et al. “Homem é homem e mulher é mulher, o resto, sem-vergonhice”: representações sociais da transexualidade sobre comentários da internet. **Saúde Soc. São Paulo**, v. 28, (4): 243-254, 2019. Disponível em: 10.1590/S0104-12902019170535. Acesso em: 02 dez. 2020.

WACHELKE, João Fernando Rech; SEGALA, Mariana. Interdisciplinaridade em Psicologia Social e Comunicação Social. **XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Uerj – 5 a 9 de setembro de 2005**. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/51556134945459252319152535478227112370.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2020.

WERNECK, lana Eleá S. Quando os jovens viram notícia de jornal? Uma análise das representações sociais na mídia. **Revista Iberoamericana De Educación**, v. 36, n. 12, p.1-9, 2005. Disponível em: 10.35362/rie36122737. Acesso em: 03 dez. 2020.

ARTIGO 3

TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA JUVENIL EM VIÇOSA/MG, DE 2015 A 2020: RELATOS DO GESTOR LOCAL

RESUMO: Este artigo propôs refletir acerca da agenda governamental relacionada à juventude em Viçosa – MG, caracterizando os projetos da política de assistência social, em execução frente ao planejamento público do governo municipal; em especial, o Programa Jovem de Futuro. Para tanto, foi feito uso de uma abordagem qualitativa, com aplicação de entrevistas individuais semiestruturadas, junto a secretários e coordenadores da Juventude de Viçosa/MG. Buscou-se refletir acerca das intervenções em execução, enfatizando as maiores dificuldades enfrentadas para a perpetuação da agenda, bem como examinar as práticas e ações de resiliência dos mesmos. Os resultados evidenciaram que as ações se constituíram como espaços concebidos com o objetivo de propiciar aos jovens viçosenses possibilidades de formação multidisciplinar, com o foco no seu desenvolvimento e na sua inserção cultural e econômica. A política municipal de assistência juvenil enfrenta muitos desafios; mas, considera-se que, a partir do momento em que os problemas forem atenuados através de ações de mitigação, com readequação de suas estruturas, os projetos podem ter condições reais de modificar a vida de seu público-alvo e das comunidades.

Palavras-chaves: Juventude; Políticas Públicas; Trajetória.

ABSTRACT: This article proposes to reflect on the governmental agenda related to youth in Viçosa - MG, characterizing the projects of the social assistance policy, in execution in front of the public planning of the municipal government; in particular, the Program of Future Youth. To this end, a qualitative approach was used, with the application of individual semi-structured interviews, with youth secretaries and coordinators of Viçosa/MG. We sought to reflect on the interventions being carried out, emphasizing the greatest difficulties faced in the perpetuation of the agenda, as well as examining their resilience practices and actions. The results showed that the actions were constituted as spaces designed with the aim of providing young people from Viçosa with possibilities of multidisciplinary training, with a focus on their development and their cultural and economic insertion. The municipal youth assistance policy faces many challenges; however, it is considered that, from the moment that the problems are attenuated through mitigation actions, with the readjustment of their structures, the projects can have real conditions to change the life of their target audience and the communities.

Keywords: Youth; Public Policy; Trajectory.

1. INTRODUÇÃO

A história revela que, só há pouco mais de trinta anos, o segmento juvenil passou a fazer parte da agenda das políticas públicas no Brasil. Isso se deve à consolidação dessa agenda a nível internacional, a partir de compromissos firmados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e à crescente articulação da sociedade civil em torno dessas questões. Frente à essas características, as ações públicas desenvolvidas no Brasil, que germinaram na última década, originaram-se a partir dessa perspectiva, do reconhecimento do jovem enquanto sujeito de direito e da corroboração da necessidade de intervenção pública sobre ele. Não por acaso, a criação dessa agenda governamental específica ainda é recente no país e seu processo de conquista e efetivação é, da mesma maneira, complexo (SILVA; LOPES, 2009, SILVA; SILVA, 2011, BARREIRO; MALFITANO, 2014, SANTOS, 2015).

Com a eclosão da temática no cenário nacional, o advento de uma diversidade de fatores que contribuíram para a emergência de se discutir o tema na sociedade atual – o peso numérico da população juvenil em situação empobrecida e o contexto de deterioramento do cenário macroeconômico brasileiro, em especial no final da década de 1990 – bem como com o surgimento de uma situação que acabou engendrando um ambiente propício à promoção de mudanças, a partir do início da década de 2000, as questões voltadas para as juventudes vêm se modelando com o passar dos anos e tem ganhado espaço na agenda política e social de governos subnacionais (Estados e Municípios) e em outras instituições, desencadeando o fortalecimento da institucionalização de coordenadorias e conselhos de juventude, reforçando as práticas das demandas juvenis (SILVA; ANDRADE, 2015, ROCHA; MELO, 2015).

Por essa representatividade, a entrada na arena pública desse grupo social remeteu a instituição de projetos pautados na mitigação de problemas enfrentados por parcelas da população jovem em situação de maior vulnerabilidade social, sobretudo, no que tange à sua inserção na ordem social vigente, tais como aqueles empecilhos relacionados à educação de qualidade, à saúde e ao trabalho decente (FREZZA; MARASCHIN; SANTOS, 2009). O advento dessas condições deteriorantes que, em geral, limitam potencialidades, interesses e alcance de necessidades, foram que estabeleceram uma série de novos requisitos para com os segmentos juvenis, que engendraram reconhecida estima, induzindo à definição de uma agenda política acerca da temática, no âmbito municipal na cidade de Viçosa, em Minas Gerais, região Sudeste do Brasil.

Desse modo, procurou-se refletir acerca da agenda governamental relacionada à juventude em Viçosa/MG, caracterizando os projetos em execução (considerando período específico), ao planejamento público do governo municipal nesse contexto, que executa o

Programa Jovem de Futuro, que objetiva promover o processo educacional do jovem, mediante ações de aprendizagem visando seu desenvolvimento.

Considera-se que o acesso ao conhecimento gerado pode contribuir na divulgação, alcance e maior fortalecimento da construção de políticas institucionais ligadas à projetos públicos que se pontuaram com esse debate ao propiciar o diálogo com outras experiências brasileiras e quiçá gerar conhecimento de importância acadêmica e social, a partir de novos pontos de vista, conceitos, métodos, técnicas, instrumentos, ferramentas; enfim, tendências e perspectivas que norteiam a construção do saber de uma determinada área do conhecimento.

Tendo por base a relevância da temática da juventude e o panorama alcançado por essa pauta no âmbito brasileiro, percebe-se uma grande diversidade de propostas direcionadas a estimular a participação juvenil e a abertura de espaços para essa participação, desenhando-se o necessário desafio de problematizar essas estratégias, seus avanços e principais entraves.

2. REFERENCIAL ANALÍTICO

2.1 Ações e programas sociais: as políticas públicas de juventude em *flashes*

Esse trecho realiza uma discussão de nível introdutório e apresenta aspectos que dizem respeito da tematização das políticas públicas para jovens de segmentos populares urbanos no Brasil, bem como realiza um apanhado das condições que levaram a transformação da condição desses jovens em um problema político, que exigiu respostas por parte do Estado. Não se trata aqui de descrever todos os programas efetivados, mas sim, por meio de uma exposição, apreender as principais tendências no campo das ações públicas dirigidas aos jovens.

No Brasil, os segmentos juvenis percorreram um longo caminho até se depararem com a possibilidade de vislumbrarem, na agenda política do governo, algumas das questões que os afligiam (RODRIGUES, 2009). No cenário das políticas públicas – estratégias governamentais que mediam uma situação problemática que aflora de um determinada sociedade e/ou grupo social com o intuito de propiciar uma situação futura melhorada – durante décadas, a juventude ibero-americana ficou muito atrás na disputa travada com outros temas sociais por um lugar na agenda governamental dos países da região (SILVA; SILVA, 2011, SILVA; ANDRADE, 2015).

Segundo Sposito e Carrano (2003), num longo período de tempo, essa temática permaneceu num patamar interpretado como um *estado de coisas*, numa rica metáfora que traduz bem a ideia de como essa questão era pautada na agenda pública decisória, situação

problemática, que atinge de formas distintas amplos segmentos da sociedade sem, contudo, chegar a mobilizar as autoridades políticas (SILVA; LOPES, 2009).

Os autores que se referem a visibilidade desse grupo geracional na condição de alvos da ação pública, autores, como Sposito e Carrano (2003), Silva e Silva (2011), Silva e Andrade (2015), Corrochano, Abramo e Abramo (2017), Tomasi e Corrochano (2020), defendem que a percepção mais aguçada dos problemas presentes no universo juvenil resultaram, em grande medida, da complexificação do cenário político, econômico e sociocultural global, momento em que ocorria a depreciação do modelo de organização do trabalho até então existente, a desterritorialização dos processos produtivos com a criação de grandes conglomerados industriais e o grande ritmo das transformações tecnológicas, que aceleravam de forma vertiginosamente rápida. Além disso, observou-se o registro de acontecimentos emblemáticos envolvendo meninos e meninas de rua, na década de 1980, bem como episódios de natureza violenta, abrangendo variados e diferentes grupos de jovens, em especial, a repercussão nacional do caso do assassinato do índio Galdino, no ano de 1997, em Brasília, como defendem Silva e Andrade (2015).

Dessa forma, nesta sistematização, como argumentam Corrochano, Abramo e Abramo (2017), o imaginário social da condição juvenil – sobretudo daqueles que viviam de maneira particularmente dramática – até então construído, vinculado, muitas vezes, à episódios de violência e como ameaça à ordem social, “acaba por desencadear ações públicas centradas, num primeiro momento, no combate à violência, e, num segundo momento, já no início dos anos 2000, no desemprego” (RODRIGUES, 2009, p. 138).

Dito de outra forma, como ressaltam Ribeiro e Macedo (2017), as questões que emergiram no cenário público, citadas acima, criaram destroncamentos que permitiram a entrada, na agenda pública, de novos fatos e realidades que impactaram a representação sobre a juventude no imaginário social brasileiro, desestabilizando consensos até então pré-estabelecidos. Dessa forma, um conjunto de pendências demandantes de políticas públicas, que antes estavam silenciadas, ganharam a cena pública explicitando uma contemporânea condição juvenil (RIBEIRO; MACEDO, 2017).

A juventude emerge, portanto, como objeto de preocupação temática, como questão política e tema de políticas públicas. Preliminarmente, as políticas públicas de juventude consistiram-se em criar, basicamente, condições para que os cidadãos fragilizados proprietários da força de trabalho pudessem ser incluídos nas relações de troca. A visão defendida por Carvalho e Noma (2011, p. 168), se soma a essa perspectiva, pois, concebem as políticas públicas de juventude como “o conjunto de princípios, estratégias e ações que

estabelece os direitos e responsabilidades dos jovens, afirma suas identidades e potencialidades e cria condições para que estes sujeitos participem da vida social, econômica e cultural do país”.

Invariavelmente, a primeira onda de políticas voltadas especificamente para esse segmento, como defendem Sposito e Carrano (2003), começa na década de 1990; período, como bem lembra Corrochano, Abramo e Abramo (2017), caracterizado por um aumento expressivo do ritmo de crescimento do grupo etário de 15 a 19 anos, baixo crescimento econômico, abrupta queda do emprego industrial e grave acentuação das desigualdades socioeconômicas (MARTINS, 1997, SPOSITO; CARRANO, 2003, RODRIGUES, 2009, SILVA; LOPES, 2009, CORROCHANO; ABRAMO; ABRAMO, 2017).

Alguns dados apresentados por Martins (1997), sistematizados à luz de achados de outros autores por meio de projeções do Dieese (1996), consubstanciam essas reverberações levantadas preliminarmente, ao advertir as imensas dificuldades que passaram a constituir graves questões sociais, de toda ordem, que eram impostas aos jovens.

Também recorrendo ao contexto da década de 1990, Rodrigues (2009) e Corrochano, Abramo e Abramo (2017), ainda salientam que esses fatores citados acima, atrelados ao papel desempenhado pela mídia, que recorrentemente divulgava e massificava essas projeções econômicas de disparidades no quadro social e esses eventos de violência, são, certamente, elementos desencadeadores desse processo de ampliação, que contribuiriam para criar, no imaginário social, a representação da juventude como um problema, imergindo, além disso, nesse contexto, mudanças destinadas à valorização dos direitos e o reconhecimento de que a juventude não se limita apenas à adolescência. “É nesse sentido que projetos e ações voltados para os segmentos juvenis já não podiam se limitar aos aspectos ligados à proteção [...]” (RODRIGUES, 2009, p. 139).

O atendimento das demandas e necessidades desses sujeitos começou a incorporar um discurso onde os jovens passaram a ser reconhecidos como sujeitos com necessidades e especificidades próprias e singulares, em detrimento a outros segmentos etários.

Seguindo análise de Sposito e Carrano (2003), num estudo minucioso que apresenta as primeiras iniciativas políticas juvenis que floresceram, principalmente, nos mandados do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, os autores assinalaram que, apesar de terem se constituído em importantes iniciativas na inserção do tema juventude na agenda institucional, muitos projetos estavam sendo desenvolvidos, ligados a muitos ministérios.

Silva e Andrade (2015), que também pontuaram acerca desse debate, aduzem que as propostas que remontam a esse período eram orientadas para o controle da ociosidade dos

jovens e destinados especialmente para os moradores dos bairros pobres das grandes cidades brasileiras. Eram, quase sempre, iniciativas pontuais, de curta duração e associadas a programas esportivos e culturais, particularmente. Segundo Sposito e Carrano (2003), essas ações atuavam de maneira isolada, sem protocolos de avaliação e monitoramento das ações, apresentando fragmentação setorial e pouca consistência conceitual e programática (SPOSITO; CARRANO, 2003).

Desta forma, visando combater o paralelismo, a frágil institucionalidade e a fragmentação das ações federais dirigidas ao público jovem (SILVA; ANDRADE, 2015), esse processo foi, o que desencadeou, à luz de um novo governo, como ressaltam Corrochano, Abramo e Abramo (2017), novos marcos legais, diferentemente dos então estabelecidos, centrados na criação de instâncias de coordenação e articulação das políticas dirigidas a juventude, bem como de novos parâmetros, tanto para a formulação, quanto para a elaboração de políticas públicas (PEREGRINO; PINHEIRO; SOUZA, 2018).

Algumas instituições governamentais dedicadas à análise e solução de problemas sociais específicos foram criadas, tais como, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República; o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), órgão de caráter consultivo e encarregado de assessorar o governo a partir do desenvolvimento de estudos e pesquisas, visando promover políticas de juventude; além do Programa Nacional de Inclusão dos Jovens (PROJOVEM), ação emergencial para jovens excluídos da escola e do mercado de trabalho. Assim, projetos foram criados, quando o processo de debate e formulação de políticas inaugurou-se novamente, entre 2004 e 2005, como parte dessa tentativa de mudança no olhar para as políticas públicas direcionadas a esse segmento (RODRIGUES, 2009, SILVA; ANDRADE, 2015, CORROCHANO; ABRAMO; ABRAMO, 2017).

Um outro, dos importantes avanços alcançados, foi a formulação da Agenda e do Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude, entre 2006 e, até meados de 2015, com apoio técnico da Organização Internacional do Trabalho – OIT (TOMASI; CORROCHANO, 2020). A agenda previa uma série de ações relativas à formalidade do emprego, salário, saúde e segurança, proteção social e direito à sindicalização (CORROCHANO; ABRAMO; ABRAMO, 2017).

Como observa Rodrigues (2009), que recorre a concepção de Sposito (2007), apesar de ter havido um consenso em torno da proeminentemente necessidade da criação de desenhos institucionais específicos para possibilitar o desenvolvimento e gestão de políticas especiais para a juventude, havia também diferentes concepções relacionadas a esse desenho,

observando-se muitas disparidades que provocaram a eclosão de múltiplos conflitos, intensos debates e críticas, atravessados por distintas concepções, ademais que espaços reservados a esse tipo de iniciativa ainda estavam em construção no âmbito do poder público, o que obrigava a pauta competir com outras políticas sociais já consolidadas (RODRIGUES, 2009).

Os processos de constituição dessa agenda juvenil governamental, experimentados em 2004 e 2005, que alcançaram maior organização institucional se comparada às mesmas experiências vivenciadas no decorrer da década de 1990, como demonstrou Sposito e Carrano (2003), frente aos eventuais cortes e possibilidades de reformulações – dada a frágil legitimidade da pasta, como setor específico, além da eminente ausência de articulação dos programas juvenis com as políticas educacionais e com o sistema público de trabalho, emprego e renda – que aconteceram eventualmente, em 2008, fez com que diferentes programas juvenis até então existentes fossem incorporados, sendo criado o Projovem Integrado (SILVA; ANDRADE, 2015, TOMASI; CORROCHANO, 2020).

Na concepção de Silva e Andrade (2015), essas recomendações de readequações das ações anteriores feitas em 2008, na tentativa de criar políticas e programas juvenis em torno de um denominador comum, visando à melhoria da gestão, encontraram grande resistência por parte dos órgãos executores, situação que acabou engendrando um ambiente pouco propício à promoção de mudanças, que visavam resolver problemas desencadeadores de dificuldades, que inviabilizavam a perpetuação saudável das ações, complexificando o cenário das políticas públicas direcionadas ao público jovem (SILVA; ANDRADE, 2015).

No interior do aparelho do estado, a presente diversidade de perspectivas, proposições e interesses inerentes às políticas de ação com jovens, com uma diversidade de operações e diferentes definições de prioridades em face de outras políticas, parecem ter potencializado o cenário de competição e causado o padecimento, na arena pública, das discussões acerca das demandas dos sujeitos desses segmentos (RODRIGUES, 2009, SILVA; LOPES, 2009, SILVA; ANDRADE, 2015); situação agravada “diante do jogo de forças presente entre os atores, na conjuntura de 2015 e 2016, às vésperas do impeachment de Dilma Rousseff” (TOMASI; CORROCHANO, 2020, p. 359).

Diante da mudança desse contexto político, os novos tempos reforçam a constatação de que o Brasil percorre uma nova trajetória histórica, precisando enfrentar uma conjuntura de grave restrição dos gastos na área social, por decorrência da forte restrição fiscal imposta pelo Estado, onde já se observava um esvaziamento de muitos programas sociais existentes voltados para distintos grupos e segmentos sociais, dentre os muitos, como aqueles associados

à juventude (CORROCHANO; ABRAMO; ABRAMO, 2017, TOMASI; CORROCHANO, 2020).

Posto isso, pressupõe-se que a relação entre os jovens, as instituições e a sociedade, por meio das políticas públicas, vem sendo objeto de intensa mobilização. A complexidade desse sistema de proteção, principalmente quando se pensa sobre essas novas alterações no cenário macroeconômico, que introduziu novos elementos a esse debate, aliada à dificuldade no acesso aos meios para lidar com esta nova semântica, impedem o avanço da construção da conquista de um status das ações do segmento jovem, enquanto setor específico.

No âmbito dessas dimensões, essa conjuntura foi contextualizada considerando as experiências vividas por um município mineiro de 70.000 mil habitantes (Viçosa – Minas Gerais). Mesmo obstante a complexidade que essa pauta representa, questões relacionadas a esse problema foram trazidas para a cena pública municipal por uma série de atores sensíveis às causas juvenis, que lutaram para incluí-las nas pautas e debates, iniciando um amplo processo de discussão acerca da emergente necessidade de instauração de ações voltadas para esse público, que efetivamente ganhou relevância em termos de preocupação institucional na cidade.

Esse cenário, portanto, necessita ser melhor conhecido e analisado, justificado pela contribuição empírica das estratégias e desafios das práticas de gestores locais, no que se refere às ações de adaptação e resiliência, apontando para a importância do debate social com relação às características dessas dimensões no período mais recente, no contexto das políticas públicas, comprometido por esse cenário percorrido, de pandemia do novo coronavírus.

3. METODOLOGIA

Em função do desejo de compreender o significado que os sujeitos deram ao fenômeno e a realidade subjetiva dos envolvidos na pesquisa, a coleta dos dados se deu a partir de uma abordagem qualitativa, considerada relevante para o desenvolvimento da pesquisa. Como realidade empírica deste estudo tem-se o município de Viçosa, localizado no estado de Minas Gerais, Região Sudeste do Brasil. O fato dessa cidade ter induzido à definição de uma agenda política acerca da temática juvenil no âmbito municipal e apresentar características que a denotam, enquanto agente proponente de várias frentes de atuação, justifica a escolha por esse município, enquanto delimitante para busca de informações, adequada às pretensões desse texto.

A instrumentalização da pesquisa perpassou etapas nos quais o levantamento e a sistematização de informações referentes ao objetivo argumentado compreendeu como a primeira etapa do processo investigativo. Essa parte da pesquisa foi realizada por meio da coleta de materiais e elementos acerca dos programas e ações desenvolvidas, a fim de compreender a sua essência e apreender informações das práticas concebidas e o mapeamento das iniciativas por meio de pesquisa em páginas na *internet* e publicações às quais foi passível o acesso (site da secretaria municipal de assistência social, site da prefeitura de viçosa, folders de divulgação de ações empreendidas, materiais didáticos, guia de estudos do educando para as diferentes unidades formativas).

Num segundo momento, foi realizada a coleta de dados empíricos primários mediante entrevistas individuais semiestruturadas. Um ponto importante verificado para se alcançar qualidade na obtenção das informações, a partir das quais foi possível estabelecer a análise e chegar à compreensão mais profunda do pontos delineados, foi a definição de critérios para a seleção dos sujeitos que faziam parte do campo de investigação, abordando aqueles indivíduos com elevado grau de representatividade para o objeto do estudo, em especial aqueles que detinham informações e conhecimentos indispensáveis para responder com riqueza de detalhes os tópicos basilares desse texto.

A coleta dos dados foi orientada pela aplicação de um roteiro de entrevista fundamentado em um modelo anteriormente elaborado e aplicado por Bastos (2017) e Carmo (2019), que norteou as entrevistas que tiveram um tempo estimado de realização que variou entre 40 a 60 minutos.

As questões do roteiro foram dispostas em um bloco único, de forma que as questões da coleta de dados enfocassem aspectos aos momentos “vividos”; ou seja, focalizando aspectos da realidade desses participantes, no âmbito das suas experiências, de forma a permitir uma construção compartilhada sobre o que eles viveram e sentiram naquele processo. A estruturação do mesmo foi orientada pela busca de segmentos de questões que permitissem obter tais informações.

O roteiro correspondeu um conjunto de assuntos que objetivaram conhecer o funcionamento de programas e projetos desenvolvidos na cidade, bem como sua realidade, buscando elucidar atributos de sua participação no mesmo, enfatizando as dificuldades, percepções, principais desafios vivenciados, bem como as estratégias adotadas e pontos de vista dos agentes executores. As entrevistas foram realizadas junto a quatro pessoas, abarcando professores, auxiliares, secretários e coordenadores. No entanto, o discurso das entrevistas 2, 3 e 4 se centraram em questões secundárias. Dessa forma, em função do desejo

de abordar o funcionamento do Programa Jovem de Futuro em profundidade, as falas da entrevista 1 se mostraram mais consistentes para a construção desse objetivo, sendo que, suas contribuições foram mais representativas e, por conseguinte, foram mais ressaltadas.

As entrevistas foram realizadas de forma online, através de chamada de vídeo e/ou áudio, a partir de ligações telefônicas e/ou pelo aplicativo WhatsApp ou pela plataforma do Google Meet. A ferramenta de coleta dependeu da maneira escolhida pelo participante, assim como decidir se a entrevista seria gravada ou não. Nos casos em que gravação não foi autorizada, as respostas foram anotadas e lidas para o (a) participante verificar a veracidade das anotações. Uma vez concluída a coleta dos dados, procedeu-se com a transcrição das informações, que foram armazenadas em dispositivo próprio. Os dados da entrevista foram transcritos com o auxílio do Google Docs. As informações foram registradas em um banco de dados, ao qual somente o pesquisador teve acesso. Cada sujeito teve suas respostas registradas de tal modo a permitir a observação das narrativas relatadas.

Foi realizado o arranjo e uma primeira pré-análise do conteúdo reunido. Nessa etapa da pesquisa, o software empregado para operacionalização, organização e exposição dos fatores em explanação foi o Microsoft Word. No que tange ao processo de análise dos dados, esta foi orientada pela técnica de Análise de Conteúdo, baseando-se nas técnicas metodológicas desenvolvidas por Bardin (2011), estabelecendo categorias de análise e focando nos pontos comuns e nos divergentes, nas singularidades e particularidades próprias de cada sujeito.

Vale ressaltar que o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (UFV), sendo aprovado sob o registro CAAE 47107321.1.0000.5153. Além disso, todo o processo de coleta de dados foi viabilizado mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos participantes da pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1- O processo de estruturação do Programa Jovem de Futuro em Viçosa/MG.

Antes de iniciar a contextualização dos dados coletados com os gestores e, assim, conhecer suas vivências, considerou-se importante ter uma visão acerca do Programa Jovem de Futuro (PJF), que parece ser um dos maiores projetos (em número de atendidos) voltadas para as juventudes da cidade. O PJF trata-se de um projeto que visa contribuir com a formação e promover a participação social de jovens nas relações de troca, mediante o oferecimento de cursos de aprendizagem que envolvem, especialmente, a cultura digital e o

empreendedorismo (informática, técnicas de venda e de administração, liderança e desenvolvimento pessoal). No entanto, o programa passou por readequações na sua estrutura pedagógica, conforme relato:

[...] quando eu assumi a pasta da inclusão produtiva foi já em 2016 né. Nós tínhamos diversos projetos para poder tocar eu me encontrei com o Programa Jovens de Futuro encaminhando né, tinha alguns jovens participando do programa; porém, não tinha uma parceria concreta, não haviam sequências de disciplinas a serem seguidas. Então, eu parei e comecei a pensar como que eu iria dar um formato para esse projeto para poder segurar os jovens né, primeiro você tem que ter ideia do projeto, depois você tem que saber como é que você segura o jovens, prendem atenção deles por quase um ano ali trabalhando conosco né para que não fique monótono. A nossa primeira turma ela foi voltada para assistentes administrativos, eu me deparei com uma turma que já estava com 30 alunos e pensei... poxa estou formando 30 jovens para uma profissão né. Vamos dizer, eu vou ter 30 jovens que vão se capacitar em rotinas administrativas e como é que eu vou colocar eles no mercado de trabalho né, não vou ter vaga, não vou ter espaço [...] (Entrevista 1).

Nem sempre o PJF manteve uma estrutura formativa ampla. Inicialmente o projeto oferecia uma formação básica e introdutória de auxiliar administrativo para os jovens beneficiários. Em função da pouca dinamicidade do projeto, os gestores municipais viram a necessidade de realizar ajustes nas diretrizes curriculares do programa. As falas a seguir ilustram tal afirmativa:

[...] então eu fui pensando, fui atrás da UFV, que foi uma das minhas primeiras parceiras [...] eu expus a eles; falei, olha... tem um projeto chamado de jovem de futuro eu estou querendo fazer algumas modificações, transformar esse projeto em um projeto mais amplo que possa dar ao jovem várias oportunidades ao mesmo tempo, não só uma oportunidade de aprender uma profissão de assistente administrativo. (Depois da parceria firmada) nós colocamos para os jovens aula de informática, aulas de inglês, os jovens começaram a viver rotinas administrativas, rotinas financeiras, tiveram acesso a minicursos que foram ministrados por empresas Juniores e por projetos de extensão ligados a UFV que trouxe para nós um enriquecimento muito bom para o projeto [...] (Entrevista 1).

4.2- A estrutura institucional disponibilizada aos jovens que ingressaram no Programa Jovem de Futuro e as formas de seleção dos beneficiários.

Nesse processo de remodelamento, quanto à organização do desenho, o PJF foi desenvolvido e organizado em turnos, que são compostos de duas turmas (uma de manhã e outra à tarde). Os espaços do PJF de Viçosa funcionavam nas dependências físicas de instituições municipais e, completando metade do módulo de ensino, havia mudança do local de concentração de educandos e alunos. A partir do início desse segundo momento do programa, o espaço de referência e local de encontro para os jovens funcionava na Universidade Federal de Viçosa (em uma casa para este fim), como forma de ser um local de busca de informação, de inspiração, de orientação e estudo. Nesse espaço, no Campus da UFV em Viçosa, eram desenvolvidas atividades em grupo, eventos culturais e outras ações, que favoreciam o processo formativo dos alunos, conforme relato:

[...] a nossa sede ela funcionava dentro da Universidade Federal de Viçosa, na Vila Gianetti. Eu tinha um espaço para os jovens lá, então eu comecei a fazer essa troca de energia com jovens, tirando eles do local que eles moravam, na periferia, e trazendo eles para pensar junto comigo dentro da Universidade, conhecendo pessoas que estão graduando e que estavam ali na frente com o propósito de fazer a vida desses jovens se transformar [...] (Entrevista 1).

Desse modo, por mais que o programa funcionasse de forma parcial em uma casa localizada na Vila Gianetti, a maioria das atividades educacionais do programa era oferecidas no Tiro de Guerra. Observando imagens dos locais onde essas atividades educacionais eram desenvolvidas é possível observar logo, na entrada da sala de aula, um espaço com carteiras dispostas em filas verticais. Ao longo das observações feitas por imagens e pelos relatos dos gestores, constatou-se que essa sala era permanentemente utilizada pelos jovens e educadores para concretização de grande parte das matérias teóricas. Ao passo que, na imagem ao qual foi possível o acesso, à frente, havia um quadro médio preto, com escritas e figuras feitas a giz, o que denota que o mesmo era bastante utilizado para o planejamento, discussão de temas, como suporte para a realização de avaliações, bem como pelo grupo cultural formado por graduandos da UFV, que participavam e desenvolviam projetos em formato de co-parceria.

A equipe multidisciplinar do PJF era composta por diferentes núcleos, que possuíam um grupo composto por: equipe pedagógica (graduandos em Engenharia, História, Administração, Economia, Dança, Biologia e Letras); Assistentes Sociais do CRAS e CREAS para trabalhar a ação comunitária; Nutricionistas; Profissionais da Secretaria de Educação Municipal de Viçosa; Coordenação Pedagógica, de Gestão Administrativa e Marketing.

Importante ressaltar que o público-alvo dessas intervenções eram compostos fundamentalmente por usuários dos serviços de assistência social de Viçosa; quase sempre filhos de indivíduos das massas trabalhistas beneficiárias do Programa Bolsa Família, parte de um segmento da sociedade local que vive de maneira mais agravada (mães e pais de família, inseridos numa ordem de situações diferenciadas, acirradas pelo aprofundamento da questão social), como relatado:

[...] nós já temos um público pré-selecionado que é um público que já é atendido e assistido pela rede da assistência social. Como eu te falei existem os equipamentos CRAS e CREAS e o Conselho Tutelar aonde eles já têm os jovens que são trabalhados junto com a família. Esses jovens têm a preferência de estarem participando do projeto, mas também abrimos algumas vagas para jovens oriundos do Programa Bolsa Família, de escolas municipais e estaduais que estejam matriculados e frequentes [...] (Entrevista 1).

As inscrições dos alunos interessados em participar do PJF eram feitas mediante preenchimento de formulário junto à coordenação municipal. Em casos excepcionais, outros jovens também eram abarcados pelo projeto, conforme relato:

[...] às vezes jovens que vem de liberdade assistida em medida socioeducativa que tiverem algum probleminha de furto ou com droga e aí o juiz delibera para que a Assistência Social coloca esses meninos em algum ou atividade que vai ocupar o tempo deles [...] (Entrevista 1).

A partir da análise dos dados concatenados, percebeu-se que o PJF se estruturava em práticas de concepção, que tinham como fio basilar a integração entre a educação e as ações de âmbito cultural, com vista a promoção da equidade e superação da situação de dificuldade em que se encontravam os jovens, considerando as especificidades de seu público alvo.

A proposta de currículo do programa enfocava uma perspectiva de cooperação, abarcada numa dimensão multidisciplinar, que focalizava o desenvolvimento de competências, saberes, conhecimentos, valores e práticas compatíveis com situações vivenciadas no dia a dia desses jovens, de maneira que as questões sociais, de trabalho e de participação cidadã, que eram abordadas nas discussões, se entrelaçassem em um currículo amplo para uma melhor orientação e direcionamento do jovem.

No processo formativo, que tinha duração de 12 meses, os jovens realizavam diversas etapas, conforme material didático. A vivência desse processo pelos jovens era acompanhada pelos parceiros do PJF e por uma equipe de educadores e estagiários do programa. A metodologia utilizada nas ações do processo formativo pressupunha que os conhecimentos eram melhor apropriados pelos jovens durante o fazer, conforme ilustram as falas a seguir:

[...] nós chegamos ao final de 2019, com a ideia de uma incubadora de pequenos negócios, porque todo começo do programa [...] eu pedia para eles que eles desenvolvessem um modelo de negócio, que fosse gerido por eles e eu tive uma surpresa muito boa que eles me apresentaram dois modelos de negócios, no ano de 2019, que me surpreendeu. Eles criaram duas miniempresas, uma de TAG de papel [...]e uma outra ideia foi a venda da kombucha [...] (Entrevista 1).

A partir da análise das informações coletadas com os gestores pelo instrumento qualitativo de coleta de dados, após os estudantes absorverem conhecimentos para compreender conceitos relativos ao empreendedorismo, um conjunto de alunos do projeto chegaram a desenvolver duas ideias de negócios. A primeira, denominada de TAG do Futuro, desenvolveu uma etiqueta para acompanhar produtos alimentícios vendidos em embalagens de isopor e plástico, conforme Figura 1.

Figura 1 – TAG do Futuro - Miniempresa (2019)



Fonte: G1 (Zona da Mata). Extraído de: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2019/12/14/alunos-do-programa-jovens-do-futuro-criam-empresas-em-vicosa.ghtml>. Acesso em: 07 jan. 2022.

A etiqueta, segundo os relatos, era desenvolvida com papel e tinta biodegradáveis, com sementes na sua composição (no interior da etiqueta). A ideia era que o consumidor, ao utilizar a mercadoria, utilizasse a etiqueta plantando as sementes na embalagem do produto adquirido. Assim, depois de um tempo, o recipiente se tornaria um vaso com flores ou outras plantas, de acordo com as sementes que acompanharam o rotulo.

Outros alunos desenvolveram a Scoobyddo-chá, aperfeiçoando um Kombuchá, bebida natural produzida a partir de probióticos acrescidos de sabores de frutas (Figura 2).

Figura 2 – Scoobyddo-chá – Miniempresa (2019).



Fonte: G1 (Zona da Mata). Extraído de: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2019/12/14/alunos-do-programa-jovens-do-futuro-criam-empresas-em-vicosa.ghtml>. Acesso em: 07 jan. 2022.

Em sua proposta, para o desenvolvimento dos conteúdos previstos, os alunos recebiam material didático elaborado especificamente pelo programa e pelas instituições parceiras. A operacionalização do PJJ se dava através de uma estrutura administrativa prevista para funcionar de forma integrada. A coordenação pedagógica era responsável pela organização do material didático e atividades correlacionadas diretamente ao processo de ensino aprendizagem.

A equipe de gestão se incumbia pelas atividades administrativas e de marketing, desenvolvendo ações, como: definição de critérios para a efetivação da matrícula; acompanhamento da frequência e do desempenho escolar dos alunos; gestão das concessões (auxílio transporte, alimentação, uniforme); distribuição de materiais; seleção de pessoal; veiculação de informações; centrais de atendimento; site e web; e, afins.

Algumas instituições parceiras integravam esse sistema, responsabilizando-se, da mesma forma, pela operacionalização de algumas das atividades desenvolvidas (Casa do Empresário de Viçosa e instituições sem fins lucrativos). A Universidade Federal de Viçosa se integrou a esse sistema mediante convênio de Cooperação Técnica firmado com a Secretaria de Assistência Social, atuando em diversos âmbitos do projeto, com o objetivo de operacionalizar algumas das atividades propostas pelo programa: visitas à museus e imersão no ambiente universitário, conforme relatos:

[...] consegui fazer um termo de cooperação técnica entre o município e a UFV para beneficiar o programa Jovem de futuro e isso tudo a gente fazendo junto, a gente escrevendo e já executando o projeto; a casa do empresário, local onde você tem todos os empresários de Viçosa, ali dentro desse local, eu tive oportunidade de ir inúmeros vezes e em grandes palestras ministradas pela casa do empresário e falar do projeto, tanto que eles absorveram os meus jovens para inserir no mercado de trabalho e apresentar o meu projeto para outros empresários [...] então a primeira coisa que eu vi necessidade foram buscar parceiros quem acreditassem no projeto porque você não consegue trabalhar sozinho [...] (Entrevista 1).

De acordo com a análise dos dados coletados com gestores do PJJ, ações de parceira eram desenvolvidas com grupos e instituições diversos, que atuavam desde das áreas de atividades relacionadas à cultura, até oferecimento de estágios e conteúdos relacionados ao empreendedorismo. Em geral, essas atividades referiam-se aos oferecimentos de formações mediante minicursos, percebidos pelos gestores, como possibilidades de contribuir para a formação dos alunos.

Caruso e Posthuma (2020) corroboram essa discussão, assinalando que, pelo mundo afora, modelos de formação por alternância, no qual parte teórica da formação é realizada no ambiente de aprendizagem e uma parte prática é conduzida em empresas. Essas estratégias

são comuns para diminuir o tempo de transição entre a formação e o trabalho, assim como para uma maior aproximação do sistema educacional com o sistema produtivo.

Nesta sistematização, os associados participavam de grande parte das atividades, sendo que estes também traziam contribuições para a coordenação pedagógica. Dependendo das demandas do PJF, novos profissionais eram inseridos na equipe. Assim, o número de membros ativos, seja de coordenação e/ou de educadores, variava a cada ano.

4.3- Dificuldades vivenciadas e o processo de evasão dos alunos admitidos no Programa Jovem de Futuro.

Outro aspecto exposto nas falas dos gestores participantes foi sobre a evasão dos alunos durante o processo de passagem no processo formativo. Foi possível perceber, nos depoimentos desses sujeitos que um dos motivos principais da evasão dos jovens participantes do programa era a necessidade de trabalhar e por problemas relacionados à gravidez na adolescência. Os gestores apontaram que a maior parte desses jovens, que iniciou sua participação nas atividades do programa e depois interrompeu o vínculo com a projeto, era, majoritariamente, de jovens homens com maior idade.

Quando perguntados sobre as estratégias adotadas para contornar ou mitigar essa situação, as falas demonstraram que as estratégias empreendidas foram delimitar a idade de participação no programa, concentrando esforços na população de jovens eletivos para o projeto com idade entre 14 e 18 anos, conforme relato:

[...] nós tínhamos aberto as inscrições dos 14 a 24 anos, seguindo a lei do menor aprendiz [...] mas a gente [...] então [...] reduziu de 14 para no máximo 18 anos a faixa etária de permanência no projeto [...] (Entrevista 1)

[...] sempre os homens mais velhos [...] é que não tinham a pretensão de crescer, isso é notório. Você vai conversar com uma turma de jovens você vai vir um [...] engajado em crescimento e o outro [...] não tá querendo mais ouvir conversa de professor [...] a gente não pode obrigar os jovens [...] a ficar conosco a gente dá um livre arbítrio [...] (Entrevista 1).

O momento percorrido por essa pauta na cidade abriu espaço para a delimitação de outras frentes de atuação relacionadas à juventude. Foram empregados esforços a fim de relatar essas práticas e como essas ações norteadoras para a construção de estratégias afirmativas vêm sendo desenvolvidas para os jovens viçosenses. Para a contextualização dessa dimensão, a categorização dos conteúdos explorados foi feita a partir da análise das informações coletadas pelo instrumento qualitativo de coleta de dados e a concatenação de informações das práticas concebidas e divulgadas em páginas oficiais na internet, que foram

averiguadas como parte do processo investigativo. Os dados estão dispostos no Quadro 1, adiante.

O mapeamento dos programas municipais de juventude possibilitou descrever as principais práticas desenvolvidas, que se processam no interior do supracitado município. No entanto, devido ao surgimento de uma crise econômica, política e social desencadeada pela pandemia do novo coronavírus, com consequências ainda incomensuráveis, imergiu no ambiente social uma infinidade de reflexos e desvelamentos, que comprometeram o cenário de atuação das políticas públicas municipais de proteção social em Viçosa, como o Programa Jovem de Futuro, em específico. As falas imergidas nos discursos dos gestores, assinalam que o surgimento dessa situação forçou a parada das atividades do programa, conforme relato: *[...]infelizmente [...] tivemos que parar [...] o programa jovem de futuro [...]* (Entrevista 1).

Quadro 1 – Mapeamento dos programas municipais de juventude, Viçosa/MG.

PROGRAMAS	AÇÕES
Centro C. Padre Antônio Mendes	Visa a iniciação profissional de jovens, mediante o oferecimento de cursos de informática, treinamento de garçons, atendente de loja, recepcionista e eletricitista amador, dentre outros.
Jovem Aprendiz	Objetiva elevar o grau de escolaridade de jovens de 14 a 24 anos que estejam matriculados e frequentes em escolas da rede pública e/ou privada. O programa prevê a participação de jovens em cursos de aprendizagem teórica oferecidos uma vez por semana condicionados à experiência prática em empresas parceiras. O programa tem duração de até dois anos.
Centro de Inclusão Produtiva	Cursos de curta duração (corte e costura, inclusão digital, técnico em informática, cabelo e maquiagem, dentre outros) direcionadas a qualquer pessoa vinculada aos dispositivos da Assistência Social de Viçosa (CRAS, CREAS, Conselho Tutelar etc) ou que sejam beneficiários do Programa Bolsa Família.
Programa Jovem de Futuro	Direcionado ao oferecimento de ações de aprendizagem com foco na educação empreendedora de jovens em situação de vulnerabilidade social. Tem por finalidade a reinserção social e o desenvolvimento pessoal de jovens com 14 a 18 anos acompanhados pelos diversos segmentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como CRAS, CREAS e Conselho Tutelar, por meio de cursos e atividades profissionalizantes condicionados à experiência prática em empresas parceiras. O programa tem duração de 1 ano.

Fonte: Prefeitura de Viçosa. Extraído de: <https://www.vicosamg.gov.br/detalhe-da-materia/info/inclusao-produtiva-oferece-curso-de-leitura-de-plantas/41154>. Acesso em: 24 jan. de 2022.
Associação Assistencial e Promocional da Pastoral da Oração de Viçosa – APOV. Extraído de: <https://www.apov.org.br/nossos-projetos>. Acesso em: 24 jan. 2022.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber que independentemente do tempo de implementação dessas políticas no município, as experiências vividas (em especial, referente ao caso específico do Programa Jovem de Futuro), denotam que os agentes executores de alguns desses programas podem passar por grandes desafios para sua efetiva execução, dada a condição dessas políticas sociais, associadas, quase sempre, a governos específicos que não se tornaram políticas amparadas de grande regulamentação, o que torna esses programas suscetíveis às questões relacionadas à alternância de poder.

Foi possível perceber também que os programas empreendidos pelo município atendem a uma faixa específica e elas não coincidem com os grupos etários definidos pela política nacional de juventude. Emerge, portanto, o desafio de ampliar as iniciativas que contemplem outros grupos juvenis (18 a 29 anos), diante da constatação de uma oferta reduzida de programas direcionados a essas outras faixas etárias. Há sinais que denotam a existência de práticas setorializadas e certa sobreposição de ações aos sujeitos com 14 a 18 anos.

Entende-se ser fundamental uma ação multidisciplinar a fim de articular estratégias que permitam não somente a efetiva execução de programas, mas à vontade política de ampliar a multisetorialidade no desenvolvimento de projetos associados a condição juvenil.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARREIRO, Rafael Garcia; MALFITANO, Ana Paula Serrata. Retrato das políticas públicas governamentais brasileiras para a juventude nos anos 2000. **Última Década**, nº 40, p. 133-157, 2014.

BASTOS, Rosária Cal. **Avaliação da efetividade do projeto de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar no município de Coimbra, MG**. Viçosa, 2017. 187f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica), Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

CARUSO, Luiz Antonio Cruz; POSTHUMA, Anne Caroline. Subsídios para a Formulação de Políticas Públicas de Juventude no Brasil. **Dossiê: Jovens e Mercado de Trabalho na Pandemia**, p. 1-14, 2020.

CARMO, Nilva Celestino do. **Programa Mulheres Mil: Uma Análise Multidimensional**. Viçosa, 2019. 173f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica), Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

CARVALHO, Flávia Xavier de; NOMA, Amélia Kimiko. Políticas Públicas para a Juventude na Perspectiva Neoliberal: A Centralidade na Educação. **Roteiro**, Joaçaba, v. 36, n. 1, p. 167-186, 2011.

CORROCHANO, Maria Carla; ABRAMO, Helena Wendel; ABRAMO, Laís Wendel. O trabalho juvenil na agenda pública brasileira: avanços, tensões, limites. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**. p. 135-169, 2017.

FREZZA, Marcia; MARASCHIN, Cleci; SANTOS, Nair Silveira dos. Juventude como problema de políticas públicas. **Psicologia & Sociedade**, v.21, n. 3, p. 313-323, 2009.

MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. O jovem no mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Educação**, edição especial, n. 6, p 96-110, 1997.

PEREGRINO, Mônica; PINHEIRO, Diógenes; SOUZA, Luiz Carlos de. Engajamento, educação e trabalho: demandas da juventude no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, v. 31, n. 42, p. 127 – 150, 2018.

SANTOS, Lara do Carmo Pirajá. As contribuições socioeconômica, laboral e cultural do programa Projovem urbano na (re) inserção dos setores vulneráveis. **Revista PROEX**, v 3, n. 5, p. 21 -31, 2015.

SILVA, Carla Regina; LOPES, Roseli Esquerdo. Adolescência e Juventude: Entre conceitos e políticas públicas. **Caderno de Terapia Ocupacional da UFScar São Carlos**, v.17, n. 2, p. 87-106, 2009.

SILVA, Roselani Sodrê; SILVA, Vini Rabassa da. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. **Caderno CRH**, v. 24, n. 63, p 663 – 678, 2011.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; ANDRADE, Carla Coelho de. A política nacional de juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni; ANDRADE, Carla Coelho de (Organizadores). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Brasília, 2009.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. **Rev. Bras. Educ.** [online], n. 24, p. 16-39, 2003.

RIBEIRO, Eliane; MACEDO, Severine. Notas sobre políticas públicas de juventude no Brasil: Conquistas e desafios. **Revista de Ciências Sociais**, DS-FCS, v. 31, n. 42, p. 32 107-126, 2018

ROCHA, Heber Silveira; MELO, Wagner Romão de. Indução federal de políticas públicas de juventude no Brasil. Trabalho preparado para apresentação no **VIII Congresso Latino-americano de Ciência Política**, organizado pela Associação Latino Americana de Ciência Política (ALACIP). Pontifícia Universidade Católica do Peru, Lima, 22 a 24 de julho de 2015.

RODRIGUES, Hila Bernadette Silva. Políticas para a juventude no Brasil: da inserção na agenda política aos processos de construção, p. 131-169. In: **Políticas públicas para a juventude e gestão local no Brasil: agenda, desenho e implementação**. Belo Horizonte, 2009. 328f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

TOMMASI, Livia; CORROCHANO, Maria Carla. Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 34, n.99, p. 353-371, 2020.

ARTIGO 4

SIGNIFICADOS DO PROGRAMA JOVEM DE FUTURO POR PARTE DOS JOVENS EGRESSOS APRENDIZES

RESUMO: O interesse pelas questões da juventude vem assumindo no Brasil crescente relevância, expressas em inúmeras pesquisas sobre a pauta e a instauração de cada vez mais espaços de escuta. Diante disso, objetivou-se refletir que significados os beneficiários egressos do Programa Jovem de Futuro de Viçosa/MG fazem do projeto, tendo como premissa suas percepções para com o mesmo, no que se refere aos efeitos das dimensões educativas da metodologia de trabalho desenvolvida, considerando, também, os reflexos que os egressos atribuíram ao programa decorrente da sua participação. No desenvolvimento da pesquisa privilegiou-se a abordagem qualitativa, enfocando os aspectos intrínsecos enunciados pelos sujeitos que foram participantes, optando pela aplicação de entrevistas individuais semiestruturadas. Dentre os resultados da investigação, evidenciou-se que a metodologia utilizada pelo PJF contribui para que os jovens interpelados participantes das suas ações de intervenção estabelecessem novos circuitos de participação e atuação na cidade, ampliando as esferas de sociabilidade dos mesmos. Ao mesmo tempo, foram observadas mudanças atitudinais que influenciaram nas escolhas profissionais e nas perspectivas de participação social desses jovens. Conclui-se que o funcionamento do programa permite a construção de diferentes significados e motivações, que delimitaram a relação construída com o programa.

Palavras-Chaves: Programas Educativos; Jovens Egressos; Significados.

ABSTRACT: The interest in youth issues has been assuming increasing relevance in Brazil, expressed in numerous researches on the agenda and the establishment of more and more spaces for listening. In view of this, the objective was to reflect on what meanings the beneficiaries of the Programa Jovem de Futuro de Viçosa/MG make of the project, based on their perceptions of the project, with regard to the effects of the educational dimensions of the work methodology developed, considering, also, the reflexes that the graduates attributed to the program resulting from their participation. In the development of the research, the qualitative approach was privileged, focusing on the intrinsic aspects stated by the subjects who were participants, opting for the application of semi-structured individual interviews. Among the results of the investigation, it became evident that the methodology used by the PJF contributes to the young people interviewed participating in its intervention actions to establish new circuits of participation and action in the city, expanding their spheres of sociability. At the same time, were observed attitudinal changes that influenced the professional choices and perspectives of social participation of these young people. It is concluded that the operation of the program allows the construction of different meanings and motivations that delimited the relationship built with the program.

Keywords: Educational Programs; Young Graduates; Meanings.

1. INTRODUÇÃO

O tema “juventudes” auferiu relativa visão pública nos últimos anos no Brasil, ocupando as pautas de debates em diversos espaços, tal qual nos movimentos sociais, ONGs, grupos juvenis, nas universidades e na agenda decisória (processo este iniciado e ainda em curso). Uma das razões desse interesse no olhar para a condição dos jovens e sua construção enquanto agenda de intervenção pública é a constatação de que a transição, seja da escola para o mundo do trabalho, ou da juventude para a fase adulta, são múltiplas e heterogêneas, estando fortemente dependentes de marcadores sociais: condição étnica e de gênero, classe social, local de moradia (urbano ou rural), dentre outros marcadores (SPOSITO; CARRANO, 2003, CORDEIRO; CLEMENTINO, 2012, CARUSO; POSTHUMA, 2020).

Apesar de essencialmente tardio, produziu-se um consenso no Brasil de que é necessário atentar-se para as diversas situações envolvidas quando se trata das juventudes, em função de ser difícil afirmar que os jovens do país partilham das mesmas condições e/ou de condições parecidas para vivenciar essa etapa da vida (CAMPOS; PAIVA, 2018).

A mocidade representa um período da trajetória biográfica em que muitas transições ocorrem simultaneamente. Nesse período, mais do que um momento assinalado por transformações biológicas, a juventude é marcada pelas relações que estes estabelecem no interior do meio social. Sendo assim, esse momento da vida combina elementos diversos, marcado por novas experiências, contato com outros grupos, no qual, esses sujeitos, estabelecem relações pessoais, de educação e de trabalho, processos de preparo para a vida adulta, vivência da formação, da experimentação e da construção de redes de sociabilidade (CORDEIRO; CLEMENTINO, 2012).

O olhar para a condição dos jovens nesse universo metamorfo, o atendimento das demandas e necessidades desses sujeitos e sua concepção enquanto agenda de interposição governamental começou a florescer na década de 1990, no âmbito das primeiras iniciativas políticas juvenis, que foram criadas no Brasil (SPOSITO; CARRANO, 2003). No entanto, em 2005, teve início um importante ciclo de políticas públicas de juventude no país, a partir da promulgação da Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que estabeleceu as bases para uma maior articulação das ações voltadas para os jovens, principalmente, a partir da criação de instâncias de coordenação e articulação das políticas dirigidas a juventude, a partir da

Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada diretamente à Secretaria Geral da Presidência da República (PEREGRINO; PINHEIRO; SOUZA, 2018).

Esse lugar de destaque na arena pública decisória, sinalizava um conjunto de esforços de estruturação de uma política nacional de juventude, que começou a se materializar com a criação de programas que se estruturaram enquanto estratégias de intervenção para oferecer experiências de oportunização, a fim de minimizar dificuldades impostas associadas especificamente à condição juvenil (como o PROJovem, por exemplo). Para que as ações de criação das políticas públicas se perpetuassem, foram necessários diversos instrumentos jurídicos, normativos e institucionais em nível nacional; mecanismos multicausais e indutores para que os governos subnacionais, tanto governos estaduais quanto prefeituras adotassem a agenda de políticas de juventude (SPOSITO; CARRANO, 2003, ROCHA; MELO, 2015).

Diante do exposto, este artigo buscou analisar, qualitativamente, as percepções de jovens egressos do Programa Jovem de Futuro de Viçosa, no que tange a assistência recebida. O objetivo é compreender a repercussão que as atividades assistenciais oferecidas podem gerar para esses indivíduos. Embora o número de estudos relacionados a essas facetas tenham aumentado substancialmente, observa-se, ainda, a necessidade de ampliar as reflexões sobre a realidade juvenil e seus desafios, principalmente, aquelas relacionados à sua formação educacional no âmbito do seu público alvo (CAMPOS; PAIVA, 2018).

Em termos de delimitação e proposição empírica, foi estudado o caso dos jovens egressos do projeto social desenvolvido num município, com pouco mais de 70.000 mil habitantes, situado na porção Sudeste do Brasil, na Zona da Mata Mineira, Viçosa. Trata-se de um programa que visa contribuir com a formação e promover a participação social de jovens nas relações de troca, mediante o oferecimento de cursos de aprendizagem que envolvem, especialmente, a cultura digital e o empreendedorismo - informática, técnicas de venda e de administração, liderança e desenvolvimento pessoal.

Desse modo, infere-se a importância de entender idiosincrasias atreladas aos jovens e as experiências de aprendizagem, como condicionantes na possibilidade de invenção de novos sentidos, perspectivas, possibilidades de ação e atuação social, a fim de contribuir para a difusão de conhecimento científico de importância social e acadêmica sobre juventudes e suas inter-relações com a sociedade, bem como contribuir no fortalecimento da construção de uma política institucional ligadas à projetos públicos que se pontuaram com esse debate em Viçosa e quiçá dialogar com outras experiências brasileiras.

2. REFERENCIAL ANALÍTICO

2.1 Juventude, Participação Social e Políticas Públicas.

A discussão sobre a questão dos jovens e a institucionalização de políticas públicas de juventude só recentemente avançou no Brasil. A formulação e a implementação desses projetos só começaram a figurar no discurso dos diversos setores sociais nas décadas finais do século XX. O processo de reconhecimento da necessidade de políticas públicas, tendo como diretriz a concepção de jovens como sujeitos de direitos, são ainda muito recentes, apesar de, como argumenta Silva e Silva (2011), os marcos legais que deram início à ação do Estado em intervenções para a juventude remontarem a década de 1920 (KERBAUY, 2005, SILVA; SILVA, 2011).

Grande parte desse esforço deve-se à visibilidade conquistada pelos jovens, nos processos de democratização, ocorridos na América Latina, na década de 1980 (KERBAUY, 2005). Nesses moldes, um importante referencial na defesa dos direitos juvenis num âmbito que enfocava sua participação nos espaços decisórios e assegurava a proteção de direitos econômicos, sociais e culturais, não só do público infantil e adolescente Brasileiro, como é o caso do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 1990, que adotou uma nova concepção jurídica no país, bem como da criação da política nacional de juventude a partir de 2005, com ações motivadas pelas demandas apresentadas por diversos movimentos que instituíram inúmeras frentes de atuação (PEREGRINO; PINHEIRO; SOUZA, 2018).

Não obstante, o quadro demográfico e os indicadores sociais que acompanham a situação da juventude, circunscritas às particularidades, neste início de século, são geralmente dramáticas e bastante complexas (SANTOS, 2015). A dinâmica política e social ao qual esse público transita é permeada por um quadro marcado pela exclusão e desigualdade para lidar com os meios, sobretudo para aquele grupo de jovens que lida com dificuldades impostas pelos meios sociais de origem, que sofrem com o efeito de limitadas oportunidades e todo o ônus advindo dessa condição (educação de baixa qualidade e o truncamento no acesso às artes, ao lazer e aos bens e serviços).

A fim de melhorar a incorporação desse público na vida social, se fez necessário consolidar redes de proteção, que tivessem a capacidade de oferecer meios de potencializar instrumentos, capazes de contribuir para a perspectiva de participação desses jovens; emergindo, portanto, propostas preliminares confluentes com políticas públicas implicadas na transversalidade (CORROCHANO; ABRAMO; ABRAMO, 2017). De acordo com Kerbauy (2005) e Silva e Silva (2011), ocorreu uma inflexão nas diretrizes das ações encaminhadas

pelo poder público, que passaram a tomar a juventude como um conjunto social diversificado, circunscrita, não mais, pelo atributo principal dado pela faixa etária⁵.

Desta forma, vivências de uma série de relações (trabalho, educação, saúde, tecnologia, acesso à terra), efetivaram-se com vista ao reconhecimento de problemas que mais diretamente afetam os jovens, estando essas intervenções ancoradas ao uso expresso da palavra “juventudes” no plural, reconhecendo que este segmento constitui identidades e singularidades específicas, de acordo com a realidade de cada um. Ao passo que, a atual política nacional de juventude considera como jovem todo cidadão ou cidadã da faixa etária de 15 a 29 anos (SILVA; SILVA, 2011).

Contudo, Barreiro e Malfitano (2014) ressaltam que as prerrogativas das juventudes e o seu entendimento enquanto sujeitos de direitos ainda é recente. Apesar de ter havido um consenso da eminentemente necessidade da criação de aparelhos voltados para essa fase da vida, muitas disparidades se escancararam em torno desse debate, ao ponto que provocaram a eclosão de múltiplos conflitos, em função dos espaços reservados a esse tipo de iniciativa ainda estarem em construção no âmbito do poder público, o que obriga a pauta competir com outras políticas sociais já consolidadas (RODRIGUES, 2009). Apenas em 2010, como lembra Pereira, Zuffo e Moura (2019), que houve a criação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da juventude, enquanto estímulo para que as juventudes do país tivessem sua inserção oficial no capítulo de direitos e garantias fundamentais na Constituição Federal.

O debate em torno dessas desagregações, no enfoque dessa universalidade das ações prospectivas, o Estatuto da Juventude, Lei número 12.852, de 05 de agosto de 2013, emerge tendo como principal premissa a função primordial de garantia de direitos fundamentais para o desenvolvimento do jovem no Brasil, preconizando que as políticas públicas de juventude deveriam ser regidas observando diferentes diretrizes (cidadania, participação social, trabalho, geração de renda, educação, sustentabilidade, dentre outros).

Dessa forma, o cenário evolutivo do desenvolvimento das políticas de juventude tendo como premissa a experiência vivenciada pelo Brasil, aponta que os jovens percorreram um longo caminho até se depararem com a possibilidade de vislumbrarem, na agenda política do governo, algumas das questões que os afligiam, mas que, ao mesmo tempo, apontam para a

⁵ O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) estabeleceu que a adolescência abrange o período entre os 12 e 18 anos. No entanto, em função da diversidade de situações vivenciadas por esses indivíduos, passou-se a tomar a ideia de que a juventude compreende o período entre 15 e 29 anos de idade, dividida nos seguintes subgrupos: 15 a 17 anos – jovem-adolescente; 18 a 24 anos – jovem-jovem; 25 a 29 anos – jovem adulto (CAMPOS et al., 2018).

consolidação de um novo olhar acerca do modo de conceber essas dimensões, deixando de representar o “estado de coisas”, como argumentaram Sposito e Carrano (2003).

3. METODOLOGIA

Para cumprir os objetivos desta pesquisa, utilizou-se como referência basilar a abordagem metodológica do tipo qualitativa, adequada dentro das proposições desta intervenção, em consonância com a conceituação proposta por Gil (2002). A instrumentalização da pesquisa perpassou duas etapas: (i) o levantamento e a sistematização de informações referentes ao programa argumentado; e (ii) a síntese, a análise e a apresentação dos resultados, todas explicadas adiante.

Preliminarmente, procedeu-se com a coleta de materiais e elementos acerca do Programa Jovem de Futuro, a fim de apreender informações das práticas desenvolvidas e mapeamento das iniciativas do programa por meio de pesquisa em suas páginas na *internet* e publicações às quais foi passível o acesso.

Para aprofundar a compreensão sobre a repercussão da metodologia de trabalho do programa no aperfeiçoamento dos jovens, numa segunda etapa da perquirição, foi realizada a coleta dos dados empíricos primários mediante entrevistas individuais semiestruturadas, o que possibilitou criar espaços de diálogo no qual esses sujeitos puderam se expressar em relação às questões centrais da pesquisa. Para isso, foi construído um roteiro a partir de um modelo anteriormente elaborado e aplicado por Carmo (2019), que norteou as entrevistas que tiveram um tempo estimado de realização que variou entre 20 a 30 minutos.

As questões do roteiro foram dispostas em blocos. Um ponto importante verificado na elaboração do instrumento de coleta de dados foi à concatenação de informações sobre o “vivido”; ou seja, enfocando aspectos da realidade do grupo social pesquisado. A estruturação do mesmo foi orientada pela busca de segmentos de questões que permitissem obter tais informações. A primeira parte do roteiro correspondeu um conjunto de questões que objetivaram conhecer um pouco desse usuário egresso (idade, gênero e *status* laboral e estudantil). Já o bloco final de questões versou sobre as impressões gerais sobre o programa, tais como, acesso e significação pessoal deste na perspectiva desses indivíduos, buscando elucidar atributos de sua participação no mesmo, enfatizando as opiniões, sugestões, críticas, percepções e pontos de vista dos jovens sobre a política.

As entrevistas foram realizadas de forma online, através de chamada de vídeo e/ou áudio, a partir de ligações telefônicas e/ou pelo aplicativo WhatsApp ou pela plataforma do

Google Meet. Essa desagregação dependeu da maneira escolhida pelo participante. Essas ferramentas de intervenção baseadas em adoção de procedimentos, que envolvem contato através de meio virtual ou telefônico, atenderam plenamente às necessidades da pesquisa, sendo ainda de acesso gratuito e versáteis, independentemente das possíveis condições e contextos ao qual os participantes pudessem estar inseridos.

Coube ao participante decidir se a entrevista seria gravada ou não. Nos casos em que gravação não foi autorizada, as respostas foram anotadas e lidas para o (a) participante verificar a veracidade das anotações. Tendo sido feita a coleta dos dados, procedeu-se com a transcrição das informações, que foram armazenadas em dispositivo próprio. Os dados da entrevista foram transcritos com o auxílio do Google Docs. Os dados e informações foram registrados em um banco de dados, ao qual somente o pesquisador teve acesso. Cada sujeito teve suas respostas registradas de tal modo a permitir a observação das mudanças relatadas pelos usuários participantes.

Foi realizado o arranjo e uma primeira pré-análise do conteúdo reunido. Nessa etapa da pesquisa o software empregado para operacionalização, organização e exposição dos fatores em explanação foi o Microsoft Word. No que tange ao processo de análise dos dados, está foi orientada pelos preceitos da Análise de Conteúdo, baseando-se nas técnicas metodológicas desenvolvidas por Bardin (2011), estabelecendo categorias de análise e focando nos pontos comuns e nos divergentes, nas singularidades e particularidades próprias de cada sujeito.

As entrevistas foram realizadas com sete pessoas. Encontrar os sujeitos da pesquisa e acessar o beneficiário fora do local de funcionamento do programa foi um grande desafio com o estudo com egressos. Como forma de mitigação, empregou-se a *Snowball* (bola de neve), técnica de amostragem, como explica Baldin e Munhoz (2011), que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede. No entanto, em sua maioria, os dados dos egressos referentes a endereços e telefones não retratavam a realidade no momento da coleta.

A mobilidade territorial nos bairros populares é alta, assim como a troca constante de telefones. Outro aspecto dificultador encontrado na pesquisa foi a inexistência de todos os dados cadastrais gerados no ato da matrícula no programa por parte do gestor local. Dos jovens interpelados, muitos também se mostraram reticentes em participar. Alguns não compareciam no horário combinado para a aplicação dos roteiros e/ou davam inúmeras desculpas para não serem localizados.

Vale ressaltar que o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (UFV), sendo aprovado sob o registro CAAE 47107321.1.0000.5153. Além disso, todo o processo de coleta de dados foi viabilizado medi-

ante anuência, por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) cedido por cada um dos participantes da pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de iniciar a contextualização dos dados coletados com os egressos do PJJ e assim conhecer suas percepções, considerou-se importante ter uma visão acerca dos jovens que participaram do programa e que, por ventura, foram abordados nessa investigação. Para isso procedeu-se, preliminarmente, com a obtenção de informações referentes à algumas características individuais sociodemográficas dos egressos interpelados.

4.1- Caracterização dos participantes e as principais formas de conhecimento do programa por parte dos egressos.

Um olhar sobre os dados de perfil dos participantes, apontam marcas da condição juvenil de camadas populares. Assim como em outros estudos sobre o perfil de matriculados em programas semelhantes (LEÃO; NONATO, 2012), traçando um perfil dos jovens que se dispuseram a participar, pode-se dizer que se tratavam de jovens com uma escolarização muito recente, ao ponto que todos tinham o ensino médio completo e um participante da pesquisa cursava o ensino superior no período noturno conjugando o tempo com o trabalho. Grande parte ocupava postos de trabalhos, alguns em tempo parcial, ao ponto que quase todos moravam com os pais e todos tinham estudado em escolas públicas e cada egresso indagado havia realizado aprendizagem prática em empresas diferentes.

Boa parte desses jovens compunham famílias pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, o que denota associação desses serviços oferecidos pelo programa jovem de futuro aos benefícios assistenciais proporcionados. Nos relatos que vieram à luz das entrevistas, os jovens indagados nessa pesquisa encontram-se compreendidos entre os 18 e 22 anos de idade, indicando adequação às diretrizes e definições do programa, que limita a idade de matrícula no projeto entre 14 e 18 anos, sendo que o período de matrícula desses sete jovens aconteceu em algum momento entre 2015 e 2019. Foi possível perceber que a entrada desses jovens no PJJ não se deu de maneira isolada, tendo sido influenciada por um conjunto de relações e situações nas quais esses jovens estavam envolvidos. Em todos os casos, a entrada no PJJ integrou-se a um conjunto de relações estabelecidas por esses sujeitos, que se

remente às suas motivações, sonhos e expectativas atreladas às suas histórias de vida, como pode ser observado na fala seguinte:

No início a gente estava visando muito o emprego né. Eu só queria o primeiro emprego na verdade. (Entrevista 3, homem, 20 anos, empregado).

Sob esse mesmo enfoque, os participantes relataram desejo de iniciarem sua inclusão no mercado de trabalho, seja para complementar sua renda pessoal e/ou familiar e/ou seja para concretização de sonhos em relação a si mesmos. Desse modo, constatou-se que a compreensão desses mesmos indivíduos é de que a entrada para participar das atividades do PJJ é equivalente a um “curso” que, possivelmente/hipoteticamente, poderia gerar possibilidades de oportunidades ao final da formação, o que refletiria inversamente o cenário descrito pelos egressos participantes da pesquisa, quando relataram ocasiões de grande dificuldade para a concretização dessa inclusão, conforme relatos:

A gente estava visando muito isso né, só o estágio, mas depois eles foram mostrando que não é de qualquer maneira que você chega na empresa (Entrevista 5, homem, 22 anos, empregado).

Olha tipo assim [...] eu não tinha assim muita expectativa no curso né, mas ao longo do tempo [...] já foi abrindo mais a minha mente e já fui me interessando mais pelo curso e pelas outras coisas sabe. Eu tinha muito interesse entendeu igual pelo mercado de trabalho, que eles falaram né que eu ia conseguir [...] trabalhos pelo curso, então tipo assim eu sou uma pessoa assim que sempre gostei de trabalhar [...] (Entrevista 1, mulher, 20 anos, empregada).

Os gestores utilizavam desse desejo dos participantes para motivar a participação e o engajamento dos mesmos nas atividades, como forma também de diminuir a evasão de alunos. A fala a seguir ilustra tal afirmativa:

[...] ao final do projeto eu inseria os cinco primeiros jovens já direto no mercado de trabalho, em parceria com a casa do empresário e outros parceiros. Eu [...] tinha [...] essas cartas na mão falando... olha aquele que não conseguiu atingir o objetivo não vai conseguir o primeiro emprego né, preciso do foco de todos vocês para que eu possa arrumar um emprego para vocês mudar a vida de vocês. Então esses jovens faziam de tudo para sobressair dentro do projeto para ter o seu primeiro emprego [...] (Gestor 1).

Ao analisar os motivos demonstrados pelos egressos abarcados na pesquisa que levaram esses jovens a participarem do programa, percebeu-se que não apenas a possibilidade de oportunidades de trabalho e de geração de renda aos seus membros se sobressaíram. Segundo a própria fala dos jovens, a relação de interesse pela aprendizagem oferecida também foi um dos motivos principais dos jovens interpelados ao se inscrever no PJJ.

Ainda na tentativa de melhor compreender o perfil do jovem que procurou o programa, esse estudo também se interessou em buscar a principal forma como os mesmos sujeitos tomaram conhecimento sobre o projeto. Quando perguntados sobre essas desagregações, os discursos imergidos apontam a prevalência de maior conhecimento do programa por meio da divulgação via rádio e por relatos de jovens, professores, conhecidos e familiares via publicidade boca a boca, estando alguns desses relatos apresentados abaixo:

Olha eu fiquei sabendo através do rádio, aí minha irmã foi e fez a primeira vez, só que eu não tinha idade qualificada para entrar. Ela gostou muito [...] aí no outro ano eu já consegui [...] participar do curso [...] (Entrevista 1, mulher, 20 anos, empregada).

Foi através da escola. A diretora chegou e chamou a gente né lá na secretaria e aí passou para a gente como seria o projeto aí iniciamos (Entrevista 5, 22 anos, empregado).

[...] foi a patroa da minha mãe que me falou porque [...] ela ficava muito por dentro desses assuntos. Aí ela [...] viu no jornal e falou comigo... tá tendo um projeto da prefeitura com as pessoas mais carentes né, que não tem condição de pagar um curso. Aí ela falou comigo [...] aí eu fui lá e me inscrevi (Entrevista 2, 21 anos, estudante, empregada).

É possível perceber que os jovens indagados estabeleceram uma relação direta entre a escolaridade oferecida pelo programa e mundo do trabalho. Acreditam que, com maiores níveis de escolarização e a concatenação de maior conhecimento, teriam mais chances de competir por vagas e de encontrar alguma oportunidade de trabalho. Estes relatam experiências sobre a necessidade de maior nível de escolarização para sobreviver nesses postos e ter maiores pretensões no meio laboral.

Outro ponto abordado a partir da análise dos dados concatenados, no que tange especialmente à relação com a escolarização dos jovens interrogados depois de sua saída do PJJ, pode-se afirmar que se tratava de uma relação bastante favorável para esses jovens, no qual, apesar de alguns apresentarem distorção idade – série, provavelmente em função do início da vida escolar ter acontecido em idade inadequada e/ou à interrupções dos estudos, observa-se o desejo da manutenção na escola, por meio da perpetuação e concretização de um curso no ensino superior.

As análises das falas dos jovens inquiridos também revelaram que grande parte desses sujeitos, apesar de já terem concluído o ensino médio, estavam fora da escola há algum tempo, com alguns retomando os estudos após e em decorrência do programa, conforme relato das entrevistas 2 e 7, seguindo a ordem: “[...] eu estou trabalhando agora, mas eu quero correr atrás do meu sonho, que é estudar psicologia”. “[...] o programa me ajudou a ter mais conhecimento sobre o que eu queria estudar, que é pedagogia [...]

4.2- Percepção dos participantes acerca das mudanças trazidas para sua vida considerando as experiências no Programa Jovem de Futuro, Viçosa/MG.

Quando os jovens indagados foram perguntados acerca das mudanças trazidas por essas experiências para suas vidas e qual o significado que estes faziam do programa, tendo como premissa suas experiências para com o mesmo. Um ponto interessante levantado por esses indivíduos é que ter a formação oferecida pelo programa aumentou as suas percepções de maiores chances na perpetuação de oportunidades oriundas do meio social, pois, acreditavam que passaram a ser vistos de forma diferente por seus possíveis empregadores (das experiências de estágios extraclasse) e por si próprios, se sentindo mais confiantes e mais preparados para enfrentar processos seletivos mais formalizados, conforme os seguintes depoimentos:

[...] aprendi muita coisa pelo curso sabe, porque por ser um curso da prefeitura as vezes a pessoa pensa que vai ser um curso ruim. O curso foi maravilhoso, não tenho nada que reclamar dos professores, foi tipo assim todos explicavam muito bem, teve o curso de informática que onde nossa foi o curso assim ótimo. Assim eu não tenho que reclamar [...] para mim foi um curso excelente [...] (Entrevista 1, mulher, 20 anos, empregada).

[...] na profissional eu acho que abriu muito a minha mente para várias coisas, várias portas. Vamos dizer assim... coisas que eu não conseguia enxergar antes, que eu não via talvez uma oportunidade naquilo eu consegui um ter uma visão ampla de tudo aquilo. Na vida pessoal foi mais o convívio, porque com o curso [...] eu passei a conviver com mais pessoas (Entrevista 2, 21 anos, estudante, empregada).

O programa me ajudou a ser alguém mais sociável, antes eu era muito tímida (Entrevista 7, mulher, 18 anos, estudante, empregada).

Como aduz Caruso e Posthuma (2020), na perspectiva dos jovens, sua falta de experiência é uma barreira para sua transição no sistema produtivo. Para os autores, essa condição é minimizada quando empregadores participam mais ativamente do aprimoramento e da capacitação de jovens em programas de aprendizagem, sejam oferecendo treinamentos e/ou estágios.

Também transformações sutis, sobretudo, no que se refere as mudanças de atitude, foram, da mesma forma, referidas por esses egressos, afirmando que se sentem mais reconhecidos pelo outro e em relação a si próprio. Relatam ainda que sua autoestima se alterou positivamente trazendo como efeito do programa, para esses mesmos beneficiários, uma relação mais saudável consigo mesmo, permitindo que se arrisquem em voos mais altos que os anteriores possibilitados, desencadeando, além disso, inúmeras outras alterações de atitude, como, por exemplo, sua expectativa e aspirações para o presente e para o futuro,

alterando assim suas perspectivas e possibilidades de ação, que, por sua vez, renovaram pretensões seguintes, abrindo novas margens de inserção no meio social, como relatado:

[...] me tornei uma pessoa melhor, mais madura é mais responsável. Então querendo ou não a gente muda né com as pessoas ao nosso redor, nossa família, então assim eu acho que eu mudei sim [...] ter [...] mais responsabilidade em minhas coisas em tudo e sentido na minha vida. (Entrevista 1, mulher, 20 anos, empregada).

[...] acho que melhorou o convívio [...] assim quando eu comecei o curso eu passei a ter mais convívio [...] porque era escola e casa [...] aí [...] passei a ter convívio com pessoas diferentes aí com aquilo tipo uma coisa levava outras vezes a professora apresentava a gente para outras pessoas e por aí acho que melhorou muito com outras pessoas [...] o fato de saber lidar com mais pessoas o público em si (Entrevista 2, mulher, estudante, empregada).

De uma forma geral, foi possível identificar, a partir das falas dos participantes, um conjunto de sentidos que foram atribuídos pelos egressos e que se correlacionam à formação profissional, com interpretações que ganham significados de mudança e transformação. Concorde-se com Feijó e Macedo (2012), quando assinalam que o fortalecimento do indivíduo e de suas relações com as redes, sejam elas pessoais ou materiais, são pontos centrais para a transformação de segmentos sociais via políticas públicas. Para os autores, não é suficiente apenas oferecer instrumentos práticos para esses sujeitos. É necessário, segundo os mesmos, a prevalência de aspectos que remetem ao desenvolvimento pessoal, como o aprimoramento da assertividade, autoestima, iniciativa, maior visão de si mesmo, relação com o próximo, percepção das necessidades da família e da comunidade.

4.3- Percepções dos Egressos sobre os Pontos Fortes e Fracos do Programa Jovem de Futuro, após implementação do programa.

A seguir, são apresentados os resultados referentes as interpelações que visavam à coleta de elementos que permitiram delinear as percepções diretas dos egressos repreendidos com o programa. Para a contextualização dessa dimensão dois grandes temas de análise foram considerados: aspectos positivos e negativos do PJF. A categorização dos conteúdos explorados nas falas desses ex-alunos foi feita a partir da análise das informações coletadas pelo instrumento qualitativo de coleta de dados e da leitura das transcrições das entrevistas.

Os dados estão dispostos na Tabela 1, adiante, evidenciando que as mudanças positivas percebidas ficaram ancoradas em dimensões, como: aquisição de conhecimentos práticos e pelo maior envolvimento social, que se remetem à busca por maior escolarização e atuação urbana na cidade, maior segurança e confiança em si mesmo, além de outras características que, de acordo com os egressos, estão associadas aos traços de conquista de

uma autoestima positiva. As mudanças vividas estão relacionadas àquelas que afetaram a relação do ex-aluno com a escola, com o trabalho, com a família e com sua própria vida.

Para um melhor diagnóstico das necessidades dos beneficiários houve estímulo para que esses usuários apresentassem sugestões para a melhoria do PJJ. Quando interpelados, os participantes tomavam um postura pré-passiva e, geralmente, não se posicionavam criticamente, apontando apenas problemas e relatos de situações desfavoráveis vividas no decorrer das experiências que passaram, que, quase sempre, se limitavam a refletir sobre possíveis soluções para as questões trazidas por eles.

Quadro 1 - Aspectos positivos e negativos do PJJ, na percepção dos egressos do PJJ, Viçosa/MG

Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
<ul style="list-style-type: none"> – Melhora do desempenho na busca por emprego; – Ampliação de contatos profissionais; – Maior aceitação no mercado de trabalho; – Equipe de apoio (monitores e estagiários); – Conteúdo pedagógico, sobretudo ao módulo de informática; – Sociabilidade, o que desencadeou mudança de atitudes nos egressos (perda da timidez, melhora da fluência verbal, dentre outros); – Aumento da autoestima; – Mudança na forma de se relacionar; – Autoconfiança; – Continuação nos estudos; – Maior acesso a renda; – Ser mais solidário; 	<ul style="list-style-type: none"> – Relação entre os jovens; – Falta de punição para infrações aos alunos do PJJ; – Critérios mais rígidos para seleção dos beneficiários; – Professores específicos por módulos; – Incoerências entre o projeto divulgado e a prática; – Falta de apoio aos ex-alunos; – Capacitação para os dirigentes;

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Durante a coleta dos dados foi comum ouvir desses ex-alunos que os mesmos desejam dar continuidade na formação escolar, em função de terem percebido a importância da perpetuação dessas ações. Apesar de não ter sido consenso, foi possível notar que muitos desses sujeitos, após a finalização das atividades do PJJ, se sentiram perdidos. Muitos dos indagados tinham pretensões, no entanto, sem saber quais são os passos seguintes.

Os mesmos não se referiram a sensação de abandono, mas se o PJJ proporcionasse algum tipo de serviço de orientação aos egressos, como, por exemplo, informação sobre o

sistema nacional de seleção para o ensino superior, indicação de instituições de ensino e programas de concessão de bolsas de estudo, no qual poderiam ser aceitos para continuarem seus estudos; sendo possível pensar que essas indagações percebidas poderiam ser vertiginosamente mitigadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados levantados junto aos interpelados que foram aqui discutidos e contextualizados destacaram pontos importantes sobre as contribuições de ações socioeducativas implantadas no município de Viçosa/MG. Sob esse enfoque, observando os objetivos traçados pelo Programa Jovem de Futuro e articulando-os à reflexão sobre as percepções dos interpelados nessa pesquisa, pode-se pressupor, com base nos dados obtidos, que, no que diz respeito às contribuições do programa em seus contextos de vida, os egressos indagados consideram que a participação proporcionou mudanças em diversos aspectos que constituem suas vidas, principalmente através do anseio de superar limitações impostas pelos seus meios sociais de origem por meio da busca por elevação da escolaridade e formação superior.

Sob esse mesmo enfoque, cabe ressaltar que foi perceptível que o acesso desses jovens à política pública educacional, proposta pelo Programa Jovem de Futuro, contribuiu para além da elevação do conhecimento. Os participantes, em suas falas, consideram que a participação no PJF teve importante contribuição em suas formas de relacionamento com a escola e a família, ao ponto que se sentem mais fortes e confiantes, para mitigar empecilhos que por ventura possam surgir. Todavia, os interpelados também apontaram questões que podem contribuir para melhorar a experiência no programa e após a formação.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Editora Almedina. São Paulo, 2011.

BALDIN, Nelma.; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. *Snowball* (bola de neve): Uma técnica metodológica para pesquisa em Educação Ambiental Comunitária. In. **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE)**, 10.; 2011. Curitiba; Seminário Internacional De Representações Sociais, Subjetividades e Educação (SIRSSE), 1., 2011, Curitiba. Anais... Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2011.

BARREIRO, Rafael Garcia; MALFITANO, Ana Paula Serrata. Retrato das políticas públicas governamentais brasileiras para a juventude nos anos 2000. **Última Década**, n. 40, p. 133-157, 2014.

CARUSO, Luiz Antonio Cruz; POSTHUMA, Anne Caroline. Subsídios para a Formulação de Políticas Públicas de Juventude no Brasil. **Dossiê: Jovens e Mercado de Trabalho na Pandemia**, p. 1-14, 2020.

CARMO, Nilva Celestino do. **Programa Mulheres Mil: Uma Análise Multidimensional**. Viçosa, 2019. 173f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica), Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

CAMPOS, Carolina Cristina de Arruda; PAIVA, Ilana Lemos de. Programa nacional de inclusão de jovens: possibilidades e contribuições na perspectiva de adolescentes participantes. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 30, n. 1, p. 22-29, 2018.

CORDEIRO, Maria Celeste Magalhães; CLEMENTINO, Josbertini Virgínio. Políticas públicas de juventude no Brasil: resgate de uma trajetória em discussão. **O público e o privado**, n. 20, p. 13-27, julho – dezembro 2012.

FEIJÓ, Marianne Ramos; MACEDO, Rosa Maria Stefanini de. Família e projetos sociais voltados para jovens: impacto e participação. **Estudos de Psicologia**, 29(2), p. 193-202, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

JANUZZI, Paulo de Martina. **Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: Uma Introdução aos Conceitos e Técnicas**. São Paulo: Editora Alínea, 2015.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? **Estudos de Sociologia**, Araraquara, 18/19, p. 193-203, 2005.

LEÃO, Geraldo; NONATO, Symaria Poliana. Políticas públicas, juventude e desigualdades sociais: uma discussão sobre o Projovem Urbano em Belo Horizonte. **Educ. Pesquisa.**, São Paulo, v. 38, n. 04, p. 833-848, 2012.

SILVA, Roselani Sodré; SILVA, Vini Rabassa da. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. **Caderno CRH**, v. 24, n. 63, p 663 – 678, 2011.

PEREGRINO, Mônica; PINHEIRO, Diógenes; SOUZA, Luiz Carlos de. Engajamento, educação e trabalho: demandas da juventude no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, v. 31, n. 42, p. 127 – 150, 2018.

PEREIRA, Gislaíne Cristina; ZUFFO, Sílvia; MOURA, Eliana Gonçalves. Juventudes e qualidade de vida. **Pesquisas e Práticas psicossociais**, v.14, n.2, p. 1-9, 2019.

ROCHA, Heber Silveira; MELO, Wagner Romão de. Indução federal de políticas públicas de juventude no Brasil. Trabalho preparado para apresentação no **VIII Congresso Latino-americano de Ciência Política**, organizado pela Associação Latino Americana de Ciência Política (ALACIP). Pontifícia Universidade Católica do Peru, Lima, 22 a 24 de julho de 2015.

SANTOS, Lara do Carmo Pirajá. As contribuições socioeconômica, laboral e cultural do programa Projovem urbano na (re) inserção dos setores vulneráveis. **Revista PROEX**, v. 3, n. 5, p. 21 -31, 2015.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. **Rev. Bras. Educ.** [online], n. 24, p. 16-39, 2003.

ARTIGO 5

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO PROJETO DE VIDA ENTRE JOVENS EGRES- SOS DE PROGRAMAS EDUCATIVOS

RESUMO: Este artigo propôs refletir acerca da articulação entre as experiências de jovens egressos do Programa Jovem de Futuro de Viçosa e suas representações sobre o tempo futuro e a organização de projetos de vida. De natureza qualitativa, a operacionalização da pesquisa se deu mediante aplicação de entrevista semiestruturada, como instrumento para obtenção de dados. Da mesma forma, buscou-se analisar e aprofundar as concepções desagregadas por meio do emprego da Análise de Conteúdo, como método para a organização dos mesmos. Os resultados revelaram que as experiências vividas durante o PJF renovaram e potencializaram perspectivas, que influenciaram as possibilidades de ação desses sujeitos, em especial quanto a capacidade de reflexão sobre si mesmos e a construção de novas concepções e práticas, com reverberações em suas relações frente às suas famílias e seu campo de possibilidades, bem como, com respeito à sua preparação para a vida.

Palavras-chaves: Jovens; Representações, Programas; Projetos de Vida.

ABSTRACT: This article proposes to reflect on the articulation between the experiences of young graduates of the Programa Jovem de Futuro de Viçosa and their representations about the future time and the organization of life projects. Qualitative in nature, the operationalization of the research took place through the application of semi-structured as an instrument for obtaining data. Likewise, we sought to analyze and deepen the disaggregated conceptions through the use of Content Analysis, as a method for their organization. The results revealed that the experiences lived during the PJF renewed and potentiated perspectives, which influenced the possibilities of action of these subjects, especially regarding the ability to reflect on themselves and the construction of new conceptions and practices, with reverberations in their relationships with the their families and their field of possibilities, as well as with respect to their preparation for life.

Keywords: Young; Representations, Programs; Life Projects.

1. INTRODUÇÃO

A vivência da juventude tende a ser caracterizada como um período permeado por experimentações e como um tempo de construção de identidades. De acordo com Serafim, Mezzomo e Pátaro (2016), nessa fase da vida, o jovem torna-se capaz de refletir e de se ver como um indivíduo que participa da sociedade, ao ponto que recebe e exerce influência sobre

ela. Nessa ótica, os sujeitos, portanto, tornam-se capazes de enxergar as mudanças que lhes estão ocorrendo e, por consequência, fazem deste momento um exercício de preparação para sua inserção social como cidadão, conhecendo a si mesmo e tornando-se capaz também de se projetarem para o futuro (SERAFIM; MEZZOMO; PÁTARO, 2016).

Certamente, como apontam Cordeiro e Clementino (2012), a condição juvenil é vivenciada de forma diversa, em função da origem social e das disparidades socioeconômicas; marcadores sociais, que limitam as táticas e meios de atuação de muitos indivíduos. Por essa razão, no momento percorrido, como assinalam Silva e Silva (2011), já é lugar comum falar em “juventudes”, no plural. Em uma sociedade marcada por grandes distâncias sociais, no qual os jovens (sobretudo no século XXI), vivem em um mundo que conjuga um acelerado processo de globalização, compartilhando uma experiência geracional historicamente inédita, são desiguais e diferentes as possibilidades de se viver a juventude, como tempo de preparação.

Dessa forma, reconhece-se que a juventude é afetada por esse contexto social modificado e sofre o impacto de suas significativas transformações de forma diferenciada. Logo, dentre essas temáticas, emergiram, portanto, propostas preliminares confluentes, com políticas públicas no Brasil, implicadas na ótica do jovem, como sujeito de direitos e demandante de características próprias e necessidades diferenciadas, em função da constatação de que os jovens do país não partilham das mesmas condições e/ou de condições parecidas para vivenciar essa etapa da vida (SPOSITO; CARRANO, 2003, CAMPOS; PAIVA, 2018).

Neste sentido, o contexto no qual esses indivíduos estão expostos representa um papel fundamental nesta etapa da vida, permeado por descobertas que fornecem valores, regras e expectativas que fazem o jovem se deparar com perguntas como: Para onde vou? Qual rumo devo dar a minha vida? Questões cruciais no seu processo de amadurecimento e que se remetem aos projetos de futuro.

Estas exposições, de algumas ideias breves, levantaram uma inquietação de quais são as estratégias que os jovens elaboram para lidar com as tantas incertezas vividas e quais são os sentidos atribuídos por estes mesmos sujeitos às políticas públicas inclusivas voltadas para essa fase da vida, que são respostas às demandas de superação desse quadro de desequilíbrio.

Desse modo, o presente trabalho investigou as representações dos jovens sobre o tempo seguinte, considerando as influências da proposta pedagógico-educacional do Programa Jovem de Futuro de Viçosa/MG, nas decisões e nos caminhos que esses egressos elegeram para orientar suas vidas, conhecendo os aspectos que atuaram na constituição dos

projetos de futuro desses sujeitos, a partir de suas experiências de vida, buscando entender as dificuldades e os recursos dispostos em seus campos de possibilidades.

2. REFERENCIAL ANALÍTICO

2.1 Juventude, Contemporaneidade e Projetos de Vida: Algumas Reiteraões.

Todo este processo de fragmentação da estrutura social apresentado de forma breve até nesse tópico – intensificação da globalização, mudanças tecnológicas, precarização, algumas novas configurações associadas ao trabalho, bem como das relações nele estabelecidas – constituem-se como ator plural que reflete diretamente nos espaços de socialização e, conseqüentemente, na condição e nos processos de construção social da juventude, com suas múltiplas e heterogêneas experiências de coletivização.

Posto isso, como elucida Dayrell (2013), a contemporaneidade inaugura novas formas de temporalização e, diante de estruturas sociais cada vez mais fluidas, as aceleradas transformações que vêm ocorrendo na sociedade moderna produzem um ambiente, com novas características, instabilidades, riscos e incertezas, engendrando um conjunto de mutações que vem afetando diretamente o meio social (MAIA; MANCEBO, 2010, DAYRELL, 2013), fazendo com que o “processo de passagem para a vida adulta e a própria noção de juventude⁶, diante de um panorama repleto de paradoxos, no qual o risco e a incerteza permeiam o imaginário coletivo, adquirissem um caráter difuso e múltiplo, que coloca novos desafios para os jovens”, delimitando o universo de suas experiências e seu campo de possibilidades (MAIA; MANCEBO, 2010, p. 378).

Neste contexto, dado ao aspecto transitório dessa fase, ao período de vida mais sensível, marcado por projeções expectáveis sobre o futuro, o jovem situa-se no centro dessas metamorfoses, que engendram um espaço laboral cada vez mais zigzagueante, descontínuo, dinâmico, marcado pela provisoriedade e que leva à uma reelaboração da ideia de momento, especialmente de futuro (DAYRELL, 2013).

É essa conjuntura que enfeixa o surgimento de uma determinada ideia de projeto de vida, significando dizer, como interpreta Dayrell (2013), inspirado na ideia de Schutz (1979), que esses projetos de vida são planos que os jovens constroem a fim de realizar em algum momento do futuro, geralmente em um arco temporal mais ou menos largo, em alguma de

⁶Essa reflexão não propõe retomar todo o debate existente em torno da categorização da juventude, porque fugiria dos limites desse texto.

suas esferas de vida, trabalho, lazer, conquistas profissionais, dentre outras, com o intuito de transformar esses desejos e fantasias que lhes dão sustância em objetivos passíveis de serem perseguidos.

Adicionalmente, como ressaltam Maia e Mancebo (2010), Dayrell (2013) e Weller (2014), projetos de vida são rotinas e/ou condutas do indivíduo de escolher um, dentre os futuros possíveis, representando, assim, uma orientação, um rumo de vida, que implica a elaboração de planos e procedimentos paralelos às perspectivas que o jovem tem com relação ao seu futuro, objetivando atingir determinados fins, em uma tentativa de dar concretude às suas expectativas e circunscrever possibilidades de mudar seus destinos pessoais e de romper, no caso de cidadãos fragilizados, que contam com menos meios e margens de escolhas, barreiras impostas pelos coações estruturais e meios sociais de origem (DAYRELL, 2013, WELLER, 2014).

Dayrell (2013) ainda explica que esses projetos e/ou táticas, por mais que impliquem uma relação com o passado e o futuro, ganham consistência em relação às situações vivenciadas no presente e são ancoradas nas experimentações, anseios, aspirações, fantasias, potencialidades e nos conhecimentos de mundo.

De acordo com Velho (1994), o projeto não é um fenômeno puramente interno, subjetivo. Ao contrário, é formulado dentro de um campo de possibilidades, condicionado aos aspectos culturais, históricos e sociais. Por isso mesmo, esse autor reforça que as expectativas dos jovens estão pautadas sobre interesses individuais, mas também sobre outros fatores, como condição e necessidades de suas famílias. Considerando as transformações vivenciadas pelos jovens ao longo desse processo, seus projetos podem mudar, porque são essencialmente dinâmicos; e o projeto “é permanentemente reelaborado, reorganizando a memória do ator, dando novos sentidos e significados, provocando com isso repercussões na sua identidade” (VELHO, 1994, p. 104).

Carbornari (2007) discute a esse respeito ao afirmar que as possibilidades de escolha de cada indivíduo podem mudar, a partir de suas circunstâncias, valores e interações cotidianas com seu meio, resultando em um fluxo contínuo de ações projetadas, que singularizam o seu percurso ou trajetória de vida. As trajetórias ganham consistência a partir do desenho de projetos com objetivos específicos. Sua viabilidade vai depender de um jogo de interações com outros projetos individuais ou coletivos circunscritos em um campo de possibilidades de cada situação (GUIMARÃES, 2004).

2.2 Representações Sociais e Educação: Complementaridades

Como argumentaram Naiff e Naiff (2008), nos estudos representacionais o universo escolar é foco de grande atenção das pesquisas que utilizam o referencial da teoria das representações sociais em busca de auxílio neste entendimento. Sob esse mesmo enfoque, Lopes (2013) complementa ao assinalar que para a compreensão das dinâmicas sociais, considerando seus aspectos informativos e explicativos quanto à natureza das relações dos laços sociais e das relações dos indivíduos e de seu entorno social, as representações coletivas são indispensáveis.

Essa forma de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada é a que contribui, sob a ótica de Jodelet (2001), para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. São essas trocas e interações que contribuem para a instituição do universo consensual, local onde as representações sociais habitualmente se constroem (JODELET, 2001). Como explica Arruda (2002), o universo consensual seria aquele que se constitui principalmente na conversação informal e nas trocas comunicacionais na vida cotidiana, onde quer que exista uma realidade a ser apropriada e partilhada, seja na família, no trabalho, na escola ou em entre outras dimensões da vida social (NAIFF; NAIFF, 2008).

O conceito de “Representação Social” da sociologia de Émile Durkheim só começou a ser trabalhado em sua dinâmica e diversidade a partir de 1961, quando Serge Moscovici desenvolveu uma proposta de psicossociologia do conhecimento que propôs a investigação da construção social a partir da consciência coletiva (SÊGA, 2000, ARRUDA, 2002). Na perspectiva moscoviciano, após os sujeitos reterem de maneira seletiva uma parte da informação que circula na sociedade sobre conhecimentos particulares a respeito de um determinado objeto, a natureza constitutiva das representações sociais segue etapas sucessivas, recorrendo a dois processos: objetivação e ancoragem (ARRUDA, 2002; LOPES, 2013).

Em se tratando a respeito, Lopes (2013, p. 25160) ainda explica que:

A objetivação é uma operação imaginante e estruturante que dá corpo aos esquemas conceituais reabsorvendo o excesso de significações. Na objetivação o conceito transforma-se em imagem. Na ancoragem, ocorre a inclusão do objeto numa hierarquia de valores, consolidando uma rede de significações em torno dele.

O momento compreendido como sendo da juventude é um período em que muitas escolhas são feitas. Nesse processo, uma série de relações são tecidas e a visão que o jovem tem de si mesmo, das suas aptidões e daquilo que deseja alcançar tendem a ser mais

robustamente construídas, devido, em parte, à pressão sofrida por esses mesmos sujeitos para que escolham e/ou ao menos atinjam um melhor entendimento dos seus possíveis rumos futuros.

3. METODOLOGIA

Para cumprir os objetivos desta pesquisa, utilizou-se como referência basilar a abordagem metodológica do tipo qualitativa, adequada dentro das proposições desta intervenção, em consonância com a conceituação proposta por Gil (2002). A instrumentalização da pesquisa perpassou duas etapas: (i) o levantamento e a sistematização de informações referentes ao programa argumentado; e (ii) a síntese, a análise e a apresentação dos resultados, todas explicadas adiante.

Preliminarmente, procedeu-se com a coleta de materiais e elementos acerca do Programa Jovem de Futuro, a fim de apreender informações das práticas desenvolvidas e mapeamento das iniciativas do programa por meio de pesquisa em suas páginas na *internet* e publicações às quais foi passível o acesso.

Para aprofundar a compreensão sobre os pontos delineados, numa segunda etapa da perquirição, foi realizada a coleta dos dados empíricos primários, mediante entrevistas individuais semiestruturadas, o que possibilitou criar espaços de diálogo no qual esses sujeitos puderam se expressar em relação às questões centrais da pesquisa. Para isso, foi construído um roteiro a partir de um modelo anteriormente elaborado e aplicado por Carmo (2019), que norteou as entrevistas que tiveram um tempo estimado de realização que variou entre 20 a 30 minutos.

As questões do roteiro foram dispostas em blocos. Um ponto importante verificado na elaboração do instrumento de coleta de dados foi à concatenação de informações sobre o “vivido”; ou seja, enfocando aspectos da realidade do grupo social pesquisado. A estruturação do mesmo foi orientada pela busca de segmentos de questões que permitissem obter tais informações. O roteiro correspondeu um conjunto de questões que objetivaram abordar a participação no Programa Jovem de Futuro e suas possibilidades para construção de novas relações, enfocando os planos, projetos e aspirações dos egressos em relação ao futuro, buscando conhecer se eles tinham projetos de vida e se estes se relacionavam com os objetivos do programa.

As entrevistas foram realizadas de forma online, através de chamada de vídeo e/ou áudio, a partir de ligações telefônicas e/ou pelo aplicativo WhatsApp ou pela plataforma do Go-

ogle Meet, sendo que essa desagregação dependeu da maneira escolhida pelo participante. Considera-se que as ferramentas de intervenção baseadas em adoção de procedimentos que envolvem contato através de meio virtual ou telefônico, atenderam plenamente às necessidades da pesquisa, sendo ainda de acesso gratuito e versáteis, independentemente das possíveis condições e contextos ao qual os participantes pudessem estar inseridos.

Coube ao participante decidir se a entrevista seria gravada ou não. Nos casos em que gravação não foi autorizada, as respostas foram anotadas e lidas para o (a) participante verificar a veracidade das anotações. Tendo sido feita a coleta dos dados, procedeu-se com a transcrição das informações, que foram armazenadas em dispositivo próprio. Os dados da entrevista foram transcritos com o auxílio do Google Docs. Os dados e informações foram registrados em um banco de dados, ao qual somente o pesquisador teve acesso. Cada sujeito teve suas respostas registradas de tal modo a permitir a observação das mudanças relatadas pelos usuários participantes.

Foi realizado o arranjo e uma primeira pré-análise do conteúdo reunido. Nessa etapa da pesquisa, o software empregado para operacionalização, organização e exposição dos fatores em explanação foi o Microsoft Word. No que tange ao processo de análise dos dados, esta foi orientada pelos preceitos da Análise de Conteúdo, baseando-se nas técnicas metodológicas desenvolvidas por Bardin (2011), focando nos pontos comuns e nos divergentes, nas singularidades e particularidades, considerando as variáveis e o corpus temático agrupado.

As entrevistas foram realizadas com sete pessoas. Encontrar os sujeitos da pesquisa e acessar o beneficiário fora do local de funcionamento do programa foi um grande desafio com o estudo com egressos. Como forma de mitigação, empregou-se a *Snowball* (bola de neve), técnica de amostragem, como explica Baldin e Munhoz (2011), que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede. No entanto, em sua maioria, os dados dos egressos referentes a endereços e telefones não retratavam a realidade no momento da coleta.

A mobilidade territorial nos bairros populares é alta, assim como a troca constante de telefones. Outro aspecto dificultador encontrado na pesquisa foi a inexistência de todos os dados cadastrais gerados no ato da matrícula no programa por parte do gestor local. Dos jovens interpelados, muitos também se mostraram reticentes em participar. Alguns não compareciam no horário combinado para a aplicação dos roteiros e/ou davam inúmeras desculpas para não serem localizados.

Vale ressaltar que o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (UFV), sendo aprovado sob o registro CAAE 47107321.1.0000.5153. Além disso, todo o processo de coleta de dados foi viabilizado medi-

ante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos participantes da pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de iniciar a contextualização da desagregação dos aspectos já argumentados, no decorrer da coleta das informações dos egressos interpelados do programa, muitos compartilharam memórias atreladas aos seus movimentos de vida. Empregou-se esforços a fim de relatar essas lembranças e recordações, enfatizando os discursos e os sentidos produzidos por cada jovem.

Uma das questões que permeiam o imaginário desses ex-alunos parece ser a relação entre o passado e o futuro. Ao mesmo tempo em que se remetem às narrativas do passado, atreladas as suas trajetórias de vida pessoais, vivem o presente e vislumbram o futuro, resolvendo conflitos e vivenciando novas descobertas, emoções e diferentes maneiras de se relacionar com os outros e com o mundo. Grande parte dos egressos questionados tenderam a colocar em seus planos um olhar para o tempo seguinte/futuro. Um exercício mais amplo para alguns e mais restrito para outros.

Na tentativa de identificar elementos que pudessem remeter às representações sociais de perspectivas de futuro, inicialmente foi solicitado aos jovens participantes que relatassem se tinham preocupações em relação ao seu futuro. As narrativas expressas nas falas se configuraram nas temáticas da conquista de uma profissão e da dificuldade de não conseguir um emprego, que aparecem com as maiores frequências de respostas. Foi possível perceber que a conexão desses itens remetia à percepção, segundo a qual, sem ter as condições possibilitadas por um emprego, inexistiam alternativas para a geração e subsistência para esses sujeitos, segundo seus relatos: [...] *eu tinha a preocupação de demorar conseguir o primeiro emprego [...]* (Entrevista 5, homem, 22 anos, empregado).

4.1 Relação trabalho/futuro.

Ao vivenciar todas as etapas do processo formativo, os jovens imergiram num espaço propício à experimentação, no qual puderam dialogar sobre suas experiências e pontos de vista sobre uma diversidade de temas e questões que faziam parte das suas vidas e eram inerentes a sua própria história. Quando os jovens participantes foram questionados acerca

das vivências através da participação nas ações do Programa Jovem de Futuro, as falas dos participantes expressaram construção de narrativas que denotam mudanças, que foram conquistadas com a contribuição da participação no programa, conforme demonstrado nas seguintes falas:

[...] o programa jovem de futuro abriu muito a minha mente, [...] eles conseguiram tipo que eu conseguisse enxergar um futuro melhor para mim entendeu, [...] algo que eu não tinha que eu não previa [...] eles tipo assim conversavam [...] com a gente né para a gente ter mais interesse no nosso futuro (Entrevista 1, mulher, 20 anos, empregada).

[...] para falar bem a verdade eu ainda tinha dúvida em relação a isso. Não tinha [...] nada formado ainda e eu acho que o curso me ajudou bastante nisso, eu ver o que eu realmente queria, o que eu gostava e para mim seguir naquilo [...] (Entrevista 2, mulher, 21 anos, estudante, empregada).

Dessa forma, pode-se dizer que eles vivenciaram um processo de construção de identidade, que se constituiu e se modelou, de acordo com as relações que cada sujeito conseguiu estabelecer com os colegas de classe, com a equipe interna, os parceiros do projeto e com o mundo social. Quase como um processo de conhecimento e, ao mesmo tempo, de reconhecimento da realidade; só que, dessa vez, mediante a um novo olhar sobre si mesmos e sobre as novas possibilidades de oportunização que se abriram. Essas desagregações, acrescidas da influência do processo de formação face a política pública, interferiram na elaboração dos projetos de vida dos jovens egressos do programa, como as falas a seguir ilustram:

Com certeza. Igual eu falei para você eu peguei com o curso muito gosto pela área de administração. Antes eu não sabia ainda o que eu ia querer o que eu pretendia fazer não passava na minha cabeça, aí com o curso eu fui conhecendo a área em si; quando eu sai do curso eu comecei a estagiar aí sim eu tive uma noção mais ampla do que era e eu pensei... eu gosto disso eu quero fazer isso (Entrevista 2, mulher, 21 anos, estudante, empregada).

Não pensava sobre meu futuro, o programa me ajudou a ter mais conhecimento sobre o que eu queria estudar, que é pedagogia (Entrevista 7, mulher, 18 anos, estudante, empregada).

Tipo assim o que eu queria fazer era terminar o ensino médio arrumar um serviço e tal entendeu, aí no curso jovem de futuro né me fez pensar diferente né que os estudos são importantes na vida da gente né isso tudo é uma coisa que ninguém vai tirar da gente então tipo assim eles conseguiram me incentivar a fazer psicologia entendeu tipo assim que esse seria o meu sonho (Entrevista 1, mulher, 20 anos, empregada).

Quando perguntados sobre os significados atribuídos a formação recebida e os desejos desses jovens para com seu futuro, os egressos participantes da pesquisa expressaram projeções fortemente vinculadas a objetivos profissionais. Grande parte dos jovens demonstrou esse consenso nas suas falas, sendo aspectos importantes na concretização dos projetos de futuro da grande maioria dos interpelados.

Por meio das entrevistas com esses jovens foi possível inferir que os interesses desses indivíduos eram em se consolidar. As falas apontaram para a existência de possibilidades de construir passagens que pudessem oportunizar a construção de diferentes caminhos. Aspectos que parecem ter sido os grandes desencadeadores das falas positivas quanto à contribuição do programa Jovem de Futuro em suas vidas.

Os discursos evidenciaram também que esses jovens desejavam romper com os quadros de dificuldade e desequilíbrio inerentes aos seus contextos estigmatizadores através do estudo e da qualificação, principalmente por meio do desejo de cursar futuramente uma faculdade, como alguns já os faziam. Pelos relatos, esses fatos podem ser interpretados como um possível investimento feito por esses sujeitos, investimentos estes que, hipoteticamente, poderiam se tornar em algo que, num futuro não muito distante, poderia apontar retornos diversos.

As observações de Naiff e Naiff (2008) se assemelham a esses achados ao apontarem que a necessidade cada vez mais proeminente de mão-de-obra qualificada por parte do mercado de trabalho e a pequena remuneração disponível (comum em empregos que exigem baixa qualificação profissional), tendem a trazer novamente tanto os jovens e adultos ao universo escolar.

Ao analisar os relatos desses jovens sobre suas visões em relação ao futuro, esses jovens preocuparam-se expressivamente com questões relacionadas ao trabalho. Para os mesmos, existe uma estreita relação entre as preocupações relacionadas à inserção laboral e à vida futura. Essa preocupação parece estar relacionada a percepção externizada por esses sujeitos de que as possibilidades de uma ascensão em termos de maior acesso a renda contribua para criação de melhores espaços de participação social. Muitos desses indivíduos desejaram estar no Programa Jovem de Futuro ao compreender que o programa poderia ser importante para que novas e melhores perspectivas se abrissem no futuro.

Dessa forma, essas evidências apontam e explicitam um conjunto de sentidos atribuídos por esses egressos, que correlacionam a formação profissional com interpretações que ganham significados de mudança e transformação da forma pela qual percebiam-se a si mesmos. No conjunto dos diversos significados atribuídos pelos egressos à formação profissional, nos relatos desses mesmos indivíduos observou-se diferentes sentidos referentes à contribuição do processo formativo para o despertar de reflexões sobre as possibilidades de intervenção na transformação de suas próprias realidades.

Ou seja, os dados que constituem os relatos de vida desses sujeitos demonstraram que sua participação nessas ações de mitigação parece ter possibilitado a saída de uma condição

de passividade e, até mesmo, de invisibilidade sentida por esses jovens, ao ponto que passaram a se articular com outros segmentos sociais, almejando buscar soluções para as necessidades que fomentam sua inserção social.

4.2 As relações familiares.

As aprendizagens do programa jovem de futuro, a partir das narrativas que imergiram, parecem ter exercido influência também na relação dos egressos com suas famílias. As práticas de atividades corriqueiramente aplicadas por educadores, alicerçadas em brincadeiras, dinâmicas e com conotações no qual existia o exercício do diálogo mútuo e o posicionamento diante das questões que eram abordadas, os ex-alunos (alguns mais que outros) parecem ter “transferido” essas novas habilidades e percepções para sua vida familiar, o que teria, segundo apontam as falas de alguns desses egressos, contribuído para aumentar a harmonia na família.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir, então, a partir da análise realizada, que os sentidos produzidos pelos jovens participantes apontam a forma como o programa tem trazido contribuições à vida desses jovens, visto que esses mesmos sujeitos recorrentemente se enfrentam, segundo seus relatos, dificuldades em acessar os elementos necessários para a concretização de seus planos. A participação desses jovens nas diversas atividades realizadas pelo PJJ, exerceu influência nas suas escolhas em relação ao futuro, principalmente, quanto às escolhas profissionais, sendo estas fundamentais para impulsionar o desenvolvimento de novos interesses e motivações.

Em todos os casos indagados, as escolhas profissionais relacionam-se diretamente com as práticas que eles desenvolveram e aos conhecimentos e habilidades desenvolvidos nesse período, o que denota a necessidade de perpetuação dessas ações.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Ângela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n.117, p. 127-147, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Editora Almedina. São Paulo, 2011.

BALDIN, Nelma.; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. *Snowball* (bola de neve): Uma técnica metodológica para pesquisa em Educação Ambiental Comunitária. In. **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE)**, 10.; 2011. Curitiba; Seminário Internacional De Representações Sociais, Subjetividades e Educação (SIRSSE), 1., 2011, Curitiba. Anais... Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2011.

CAMPOS, Carolina Cristina de Arruda; PAIVA, Ilana Lemos de. Programa nacional de inclusão de jovens: possibilidades e contribuições na perspectiva de adolescentes participantes. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 30, n. 1, p. 22-29, 2018.

CARMO, Nilva Celestino do. **Programa Mulheres Mil: Uma Análise Multidimensional**. Viçosa, 2019. 173f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica), Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

CARBONARI, Paulo Cesar. Sujeito de direitos humanos: questões abertas em construção. In: Silveira, R.M. et. al. **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

CORDEIRO, Maria Celeste Magalhães; CLEMENTINO, Josbertini Virgínio. Políticas públicas de juventude no Brasil: resgate de uma trajetória em discussão. **O público e o privado**, n. 20, p. 13 – 27, julho – dezembro 2012.

DAYRELL, Juarez. A juventude e suas escolhas: as relações entre projeto de vida e escola. In: VIEIRA, Maria Manuel; RESENDE, José; NOGUEIRA, Maria Alice; DAYRELL, Juarez; MARTINS, Alexandre; CALHA, António (Organizadores). **Habitar a escola e suas margens: geografias plurais em confronto**. Instituto Politécnico de Porto Alegre - Escola Superior de Educação, Porto Alegre, p. 65-73, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

JODELET, Denise. “Representações Sociais: Um Domínio em Expansão”. In: JODELET, D. (Org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2001.

LOPES, Telma Jannuzzi da Silva. As representações sociais e a educação. Trabalho preparado para apresentação no **XI Congresso Nacional de Educação - EDUCERE**, organizado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 23 a 26 de setembro de 2013.

MAIA, Ana Augusta Ravasco Moreira; MANCEBO, Deise. Juventude, Trabalho e Projetos de Vida: Ninguém Pode Ficar Parado. **Psicologia Ciência e Profissão**, v.30, n.2, p. 376- 389, 2010.

NAIFF, Luciene Alves Miguez; NAIFF, Denis Giovani Monteiro. Educação de jovens e adultos em uma análise psicossocial: representações e práticas sociais. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 402-407, 2008.

SÊGA, Rafael Augustus. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Sege Moscovici. **Anos 90**, n. 13, 2000.

SERAFIM, Thais; MEZZOMO, Frank Antonio; PATARO, Cristina. Projetos de vida e constituição de identidades juvenis na interface com a religião e a política. **Psicologia Argumento**, 34(86), p. 289-301, 2016.

SILVA, Roselani Sodr ; SILVA, Vini Rabassa da. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. **Caderno CRH**, v. 24, n. 63, p 663 – 678, 2011.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. **Rev. Bras. Educ. [online]**, n. 24, p. 16-39, 2003.

VELHO, G. Memória, identidade e Projeto. In: **Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. p.97-105

WELLER, Vivian. Jovens no Ensino Médio: projetos de vida e perspectivas de futuro. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (Organizadores). **Juventude e ensino médio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 135-000, 2014.

III- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo principal contextualizar o Programa Jovem de Futuro de Viçosa (MG). Especificamente, buscou-se realizar uma pesquisa evidenciando os significados atribuídos por egressos as repercussões das experiências formativas oportunizadas, no que tange aos seus alcances e reflexos nos projetos de vida dos egressos participantes, caracterizando, da mesma forma, o processo de funcionamento do PJF na perspectiva dos seus gestores. O diagnóstico laboral, elaborado a fim de contextualizar o panorama em Minas Gerais, apontou que o público juvenil, juntamente com as pessoas que compõe o público de maior idade, tem menor participação no mercado de trabalho formal mineiro que as demais faixas etárias. Segundo os dados, as maiores admissões de pessoas e os maiores rendimentos auferidos foram registrados na mesorregião metropolitana de Belo Horizonte, especialmente.

O estudo documental, elaborado a partir do mapeamento de discursos originados de interações nas redes sociais, evidenciou diferentes concepções de juventude e a forma como elas influenciam os discursos políticos e sociais. Estes discursos podem, em algum grau, interferir no processo de construção social da juventude. Já no que se refere a análise do Programa Jovem de Futuro, tendo como premissa os relatos do gestor local, os resultados apontaram que o programa poderá passar por grandes desafios para sua efetiva execução, dada a sua condição de política associada a governos específicos que não se tornou política amparada por grande regulamentação, o que tornou esse programa suscetível a questões relacionadas à alternância de poder.

No que se refere aos programas direcionados a juventude empreendidos pelo município, foi constatado que os mesmos atendem a uma faixa etária específica que não coincide com os grupos etários definidos pela Política Nacional de Juventude. Emerge, portanto, o desafio de ampliar as iniciativas que contemplem outros grupos juvenis (18 a 29 anos), diante da constatação de uma oferta reduzida de programas direcionados a essas outras faixas etárias. Há sinais que denotam a existência de práticas setorializadas e certa sobreposição de ações aos sujeitos com 14 a 18 anos. Em resposta aos questionamentos desse presente trabalho, é possível concluir que, no que tange ao funcionamento do PJF, considera-se que deve ocorrer uma reestruturação com ajustes, reavaliação e algumas alterações relacionadas à sua execução. Da mesma maneira, o PJF tem potencial para proceder com ações voltadas para outras faixas etárias além das abarcadas.

Para conhecer o que pensam os egressos a respeito do programa, foi estruturado o artigo que investigou as repercussões do programa na perspectiva dos participantes egressos, uma etapa cerne da pesquisa. Os resultados apontaram que os egressos do PJF consideram que houve melhoras, sobretudo em termos de suas oportunidades sociais, em especial ao aumento do nível de escolaridade e da renda familiar, um fator que influencia, de acordo com os relatos imergidos, no ingresso desses sujeitos no mercado de trabalho.

Essa evidência é um indicativo de que o acesso ao programa para os interpelados tendeu a ter uma conotação mais inclusiva. Esse processo de inclusão econômica, por meio do aumento da profissionalização e do eminente ingresso nas relações de troca, constitui um dos objetivos principais do PJF. Tendo como premissa a percepção dos jovens indagados, a possibilidade de acessar uma política pública educacional e vivenciar os processos de aprendizagem propostos pelo programa, impactou positivamente a atenuação das dificuldades impostas à grande parte desses egressos, por meio da elevação do seu conhecimento, da maior segurança e da maior autoestima conquistada.

A discussão a respeito da influência do PJF nos projetos de vida dos egressos participantes da pesquisa, buscou complementar a análise examinando a participação no programa a outros aspectos da própria vida dos participantes. Por fim, pode-se dizer que as falas imergidas apontaram que os interpelados se sentem mais corajosos e confiantes para conseguirem o que desejam.

IV-APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Roteiro de entrevista adaptado de Bastos (2017) e Carmo (2019) para a pesquisa intitulada “Trajetória da Política de Assistência Juvenil em Viçosa/MG de 2015 a 2020: Relatos do Gestor Local”. (PARTICIPANTE: AGENTES EXECUTORES DO PJJ).

DADOS GERAIS

Data da Entrevista: _____/_____/_____

Nome do Participante: _____

Sexo: _____

Endereço de e-mail: _____

A seguir, serão apresentadas questões que nortearão a entrevista semiestruturada, buscando conhecer o funcionamento do Programa Jovem de Futuro de Viçosa – Minas Gerais, os processos e experiências vivenciados na execução do trabalho junto aos beneficiários, bem como suas percepções e opiniões acerca do programa.

Pergunta 1: O senhor (a) poderia falar/ explicar de onde/quem partiu a iniciativa para a implementação do programa em Viçosa?

Pergunta 2: O senhor (a) poderia falar/ explicar como ocorreu o processo de cadastramento e pré-seleção dos jovens?

Pergunta 3: O senhor (a) poderia falar como são definidos os tipos e o conteúdo dos cursos oferecidos pelo Programa Jovem de Futuro?

Pergunta 4: O senhor (a) poderia falar como esses cursos são oferecidos? Como foi estruturada a questão do espaço e dos recursos humanos, bem como as parcerias realizadas para o desenvolvimento dos cursos?

Pergunta 5: O senhor (a) poderia falar como foi realizado o processo de mobilização para acesso dos jovens aos cursos do Programa? Elas tiveram opção de escolhas? Quais eram suas principais motivações?

Pergunta 6: Há emprego de tecnologias e materiais como facilitadores do processo de aprendizagem?

Pergunta 7: O senhor (a) poderia falar como o material utilizado nos cursos é disponibilizado? Dentre esses materiais disponíveis como é feita a utilização dos mesmos durante as aulas? Há fatores que facilitam ou dificultam essa utilização?

Pergunta 8: O senhor (a) poderia falar se há alguma rede de parceiros? Se sim, quais são as instituições parceiras? O senhor (a) poderia falar como se dá a participação dessa rede de parceiros nas atividades do programa?

Pergunta 9: O senhor (a) tem conhecimento se os egressos permaneceram ou deram continuidade aos seus estudos, após a finalização das atividades previstas pelo Programa? E sobre as formas de inserção dos egressos no mercado de trabalho? Caso contrário, por quais razões?

Pergunta 10: Na opinião do senhor (a), quais são os principais pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades do programa?

Pergunta 11: O PJJ tem como objetivo a elevação da escolaridade e profissionalização do jovem, visando-lhe oferecer possibilidades de mudar seus destinos pessoais e de romper com barreiras impostas pelos meios sociais de origem, seja por meio do acesso ao mercado de trabalho ou por meio do aumento da autonomia e de seu protagonismo. Em função da realidade dos egressos e dos cursos realizados. Na opinião do senhor (a) o programa cumpre com seus objetivos? O senhor (a) acha que os resultados obtidos com esse trabalho social junto aos jovens estão sendo satisfatórios?

Pergunta 12: Há pandemia desencadeada pela COVID-19, traz decorrências muito importantes, principalmente no que diz respeito às ações sociais, pressupondo que a mesma repercute no funcionamento das políticas e programas que buscam atenuar as muitas fragilidades e situações de desequilíbrios sociais presentes na nossa sociedade. Considerando esse momento, o senhor (a) poderia falar de como está sendo o funcionamento do programa no município de Viçosa?

Pergunta 13: A partir das experiências vivenciadas com a gestão do programa e considerando esse período de pandemia. Quais tem sido as maiores dificuldades enfrentadas na gestão do programa?

Pergunta 14: Existem questões ou estratégias utilizadas pelo município que estejam contribuindo com o programa nessa época de pandemia, que você gostaria de relatar?

Pergunta 15: Em sua opinião como será, no futuro, o funcionamento do programa no município de Viçosa?

APÊNDICE 2 – Roteiro de entrevista adaptado de Carmo (2019) para a pesquisa intitulada “Significados do Programa Jovem de Futuro por parte dos Jovens Egressos Aprendizizes”. (PARTICIPANTE: EGRESSOS DO PJJF).

DADOS GERAIS

Data da Entrevista: _____ / _____ / _____
Nome do Participante: _____
Sexo: _____
Endereço de e-mail: _____
Idade: _____
Situação no mercado de trabalho: _____
Escolaridade: _____

A seguir, serão apresentadas questões que nortearão a entrevista semiestruturada, buscando conhecer se existe correlação entre a incidência da formação recebida no Programa Jovem de Futuro de Viçosa – Minas Gerais com a qualificação profissional.

Pergunta 16: Como você ficou sabendo do Programa Jovem de Futuro?

Pergunta 17: O que o (a) motivou você a participar do programa? O que esperava alcançar?

Pergunta 18: Dentre as formações oferecidas, qual curso você concluiu?

Pergunta 19: Você foi consultado (a) sobre qual curso atenderia melhor a sua necessidade?

Pergunta 20: Você teve como escolher o curso ou já encaixaram você?

Pergunta 21: O curso oferecido foi o que você inicialmente gostaria de participar? Se não, qual seria?

Pergunta 22: Como você vê sua participação no curso?

Pergunta 23: Os temas e os assuntos que foram abordados foram satisfatórios, de que forma?

Pergunta 24: Quais os principais desafios do Programa que você observou? Por exemplo, conseguiram cumprir todas as etapas? Tinham infraestrutura adequada? Tinham professores e profissionais com habilidade para ajudar você? Em sua opinião, o que faltou?

Pergunta 25: Você teria alguma sugestão de melhoria para o programa? Qual?

Pergunta 26: Qual a importância que você atribui ao programa na sua vida?

Pergunta 27: Durante o processo de aprendizagem, o que você mais gostou?

Pergunta 28: Qual a relação que você faz entre o programa jovem de futuro e sua vida profissional no presente?

APÊNDICE 3 – Roteiro de entrevista adaptado de Carmo (2019) para a pesquisa intitulada “Representações Sociais do Projeto de Vida entre Jovens Egressos de Programas Educativos”. (PARTICIPANTE: EGRESSOS DO PJF).

DADOS GERAIS

Data da Entrevista: _____/_____/_____

Nome do Participante: _____

Sexo: _____

Endereço de e-mail: _____

A seguir, serão apresentadas questões que nortearão a entrevista semiestruturada, buscando conhecer as principais mudanças vivenciadas pelos egressos após a participação no programa.

Pergunta 29: Você tinha preocupações com seu futuro antes de ingressar no programa? Quais?

Pergunta 30: Você se lembra de qual era o seu projeto de vida antes de ingressar no Programa Jovem de Futuro?

Pergunta 31: Na sua opinião, qual foi a principal mudança que a participação no Programa Jovem de Futuro proporcionou em sua trajetória de vida? De que forma? Essa mudança influenciou a sua família? Como?

Pergunta 32: Na sua visão, com a participação no Programa Jovem de Futuro ocorreu alguma mudança em seus projetos de vida? Em que sentido? Como isso repercutiu em sua família?

Pergunta 33: Qual profissão você pretende seguir? Em que você pretende trabalhar? Que significado você atribui a formação recebida com esses desejos para com seu futuro? O Programa lhe proporcionou autonomia, autoconfiança e novas relações (amizades)? Como?

Pergunta 34: Após ter contato com o Programa Jovem de Futuro você se sente:

- a) Capaz de trabalhar na área do curso? Por quê?
- b) Incluído (a) no mercado de trabalho? Por quê?
- c) Preparado (a) para enfrentar problemas pessoais e familiares? Quais?

APÊNDICE 4 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS BENEFICIÁRIOS EGRESSOS DO PROGRAMA JOVEM DE FUTURO PARA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA.

O/A Sr./Sra. está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “**Funcionamento e Alcances do Programa Jovem de Futuro: Interfaces entre Cenário, Representações e Projetos de Vida**” desenvolvido pelo pesquisador Gustavo Bruno Pereira de Souza, orientado pela Professora Doutora Maria das Dores Saraiva de Loreto, ambos da Universidade Federal de Viçosa. Todas as informações necessárias sobre a pesquisa encontram-se descritas abaixo e, caso haja dúvidas, favor esclarecê-las antes da concordância com o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Os objetivos do estudo são estritamente acadêmicos e pretende-se contextualizar o Programa Jovem de Futuro de Viçosa (MG), considerando as percepções dos egressos do programa, em termos do seu funcionamento e alcances. Dessa forma, especificamente, pretende-se identificar o perfil pessoal dos beneficiários egressos, bem como o grau de apoio que receberam. Além disso, pretende-se contextualizar também, ainda levando em consideração a percepção dos beneficiários egressos, as implicações do programa nos seus projetos de vida.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, será realizada uma entrevista semiestruturada, de forma voluntária, com os participantes que assim desejarem. O tempo estimado para a realização da entrevista é de 20 a 30 minutos. A entrevista será realizada de forma online, através de chamada de vídeo ou áudio, a partir de ligações telefônicas ou pelo aplicativo WhatsApp ou pela plataforma do Google Meet, a depender da escolha do (a) participante. As regras de admissão, funcionamento e da política de privacidade quanto a coleta de informações pessoais, mesmo que por meio de robôs, e o risco de compartilhamento dessas informações com parceiros comerciais para oferta de produtos e serviços da ferramenta e/ou aplicativo utilizado (a) foram consultadas pelo pesquisador e foram, quando possível, empregados esforços para minimiza-las.

Essas ferramentas de intervenção baseadas em adoção de procedimentos que envolvem contato através de meio virtual ou telefônico, atendem plenamente às necessidades da pesquisa, sendo ainda de acesso gratuito e versáteis, independentemente das diferentes condições e contextos ao qual os participantes podem estar inseridos. Tendo consentimento, caso seja de escolha do (a) participante a entrevista via ligação telefônica, o pesquisador assumirá os eventuais custos da ligação. Se pela plataforma do Google Meet, o pesquisador assegurará que somente o (a) participante tenha acesso a chamada, a fim de tornar a videoconferência mais segura e privada.

Caberá ao participante decidir se a entrevista será gravada ou não. Caso a entrevista seja gravada, será feita por meio da própria ferramenta de comunicação utilizada, apenas em áudio e/ou áudio e com vídeo. Caso a gravação não seja autorizada, as respostas serão anotadas pelo pesquisador e lidas para o (a) participante verificar a veracidade das anotações.

Os riscos envolvidos com esta pesquisa estão relacionados ao desconforto e inibição de prestar as informações solicitadas e, nesse caso, o (a) participante poderá se negar a conceder qualquer tipo de informação que cause constrangimento. É assegurado ao participante da pesquisa o direito de não responder qualquer questão, mesmo se haja pergunta obrigatória, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento sem a necessidade de explicar o motivo.

Pode haver também risco de quebra de sigilo, privacidade e risco inerente ao acesso à internet, dado as características remotas da pesquisa. Como forma de minimização, o pesquisador assegurará que as informações fornecidas pelo (a) participante só serão acessadas pelo pesquisador, e serão armazenadas em computador ou aparelho próprio, assegurando ao pesquisador todo o controle sobre o banco de dados. O pesquisador se responsabiliza pelo armazenamento adequado dos dados coletados, implantando procedimentos para assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações do (a) participante da pesquisa.

Caso tenha dúvidas, o (a) participante terá toda liberdade para realizar qualquer tipo de pergunta e questionamento sobre o estudo. Caso, por ventura, ocorra algum problema ou dano com o (a) participante, resultante da sua participação na pesquisa, o mesmo receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal. É garantida indenização ao participante diante de eventuais fatos comprovados, tendo, nesse caso, nexos causal com a pesquisa.

Os benefícios para o (a) participante estão relacionados com a geração de conhecimentos que possibilitarão criar intervenções assistenciais, por parte dos agentes proponentes, baseadas nas necessidades e demandas da população local. E, para a instituição, a Prefeitura Municipal de Viçosa, proporciona dados que possibilitarão fornecer subsídios para aumentar a eficácia de suas atuações junto as causas sociais.

A participação na pesquisa é voluntária, não havendo qualquer incentivo financeiro ou qualquer custo para participar da mesma, tendo o (a) participante plena liberdade de se recusar a participar ou retirar o seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer tipo de penalidade. Os resultados da pesquisa estarão à disposição do (a) participante quando a mesma for finalizada.

Uma vez concluída a coleta de dados, o pesquisador fará o *download* dos dados que serão armazenados em dispositivo próprio, apagando-se todo o material virtual. Os dados co-

letados serão arquivados junto ao pesquisador por um período de 5 (cinco) anos. Após o término da pesquisa e, depois desse tempo, serão destruídos. O (a) participante não será identificado em nenhuma publicação. O nome ou material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. O pesquisador tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizará as informações recolhidas somente para fins acadêmicos e científicos.

Esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) será enviado previamente à entrevista para o (a) participante, através do seu e-mail, para que possa ser lido. O convite a ser enviado por e-mail será individual e terá apenas um remetente e um destinatário. O acesso as perguntas serão dadas somente após o consentimento do participante. No entanto, é assegurado ao participante da pesquisa o direito de acesso ao teor do conteúdo do instrumento (tópicos que serão abordados), antes de responder as perguntas, para uma tomada de decisão informada. Caso concorde em participar, será considerado anuência quando o (a) participante responder à entrevista da pesquisa.

Destaca-se também a importância do (a) participante guardar em seus arquivos uma cópia do TCLE, seja de forma impressa, printando a tela ou da melhor forma a qual o (a) participante preferir. E, caso haja consentimento, o (a) participante deverá responder ao pesquisador por e-mail com a seguinte declaração:

Declaro que entendi as informações contidas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e que fui informado (a) que o uso dos dados por mim oferecidos serão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) de acordo com a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e complementares. E, ao enviar esse e-mail, declaro que li, compreendi e concordo com a participação na pesquisa.

O (a) participante poderá entrar em contato, em caso de dúvidas, esclarecimentos ou qualquer questão referente a pesquisa, com os pesquisadores envolvidos, que são:

Nome do Pesquisador Responsável: Maria das Dores Saraiva de Loreto,

Endereço: Departamento de Economia Doméstica. Campus- UFV/MG.

Telefone: (31) 3612-7606

E-mail: mdora@ufv.br

Nome do Pesquisador Executor: Gustavo Bruno Pereira de Souza,

Endereço: Departamento de Economia Doméstica. Campus- UFV/MG.

Telefone: (31) 997400823

E-mail: gustavobsouza@ufv.br

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, o (a) participante poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Universidade Federal de Viçosa

Edifício Arthur Bernardes, piso inferior

Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário

Cep: 36570-900 Viçosa/MG

Telefone: (31) 3612-2316

E-mail: cep@ufv.br

www.cep.ufv.br

Maria das Dores Saraiva de Loreto
Pesquisadora Responsável

APÊNDICE 5 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA A ENTREVISTA COM OS PROFISSIONAIS (AGENTES EXECUTORES) DO PROGRAMA JOVEM DE FUTURO.

O/A Sr./Sra. está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “**Funcionamento e Alcances do Programa Jovem de Futuro: Interfaces entre Cenário, Representações e Projetos de Vida**” desenvolvido pelo pesquisador Gustavo Bruno Pereira de Souza, orientado pela Professora Doutora Maria das Dores Saraiva de Loreto, ambos da Universidade Federal de Viçosa. Todas as informações necessárias sobre a pesquisa encontram-se descritas abaixo e, caso haja dúvidas, favor esclarecê-las antes da concordância com o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Os objetivos do estudo são estritamente acadêmicos e pretende-se discorrer sobre o Programa Jovem de Futuro de Viçosa (MG), em termos do seu funcionamento e alcances. Dessa forma, especificamente, pretende-se examinar as percepções dos agentes executores desse programa público, visando bem como verificar suas opiniões, percepções, seus principais pontos fracos, fortes, suas ameaças e potencialidades. Além disso, analisar a percepção dos entes executores, no que se refere às mudanças e consequências que possam surgir após a pandemia, especialmente no que diz respeito a operacionalização do programa no município.

Para alcançar o objetivo da pesquisa, será realizada uma entrevista semiestruturada, de forma voluntária, com os agentes envolvidos com o programa que assim desejarem. O tempo estimado para a realização da entrevista é de 20 a 30 minutos. A entrevista será realizada de forma online, através de chamada de vídeo ou áudio, a partir de ligações telefônicas ou pelo aplicativo WhatsApp ou pela plataforma do Google Meet, a depender da escolha do (a) participante. As regras de admissão, funcionamento e da política de privacidade quanto a coleta de informações pessoais, mesmo que por meio de robôs, e o risco de compartilhamento dessas informações com parceiros comerciais para oferta de produtos e serviços da ferramenta e/ou aplicativo utilizado (a) foram consultadas pelo pesquisador e foram, quando possível, empregados esforços para minimiza-las.

Essas ferramentas de intervenção baseadas em adoção de procedimentos que envolvem contato através de meio virtual ou telefônico, atendem plenamente às necessidades da pesquisa, sendo ainda de acesso gratuito e versáteis, independentemente das diferentes condições e contextos ao qual os participantes podem estar inseridos. Tendo consentimento, caso seja de escolha do (a) participante a entrevista via ligação telefônica, o pesquisador assumirá os eventuais custos da ligação. Se pela plataforma do Google Meet, o pesquisador assegurará

que somente o (a) participante tenha acesso a chamada, a fim de tornar a videoconferência mais segura e privada.

Caberá ao participante decidir se a entrevista será gravada ou não. Caso a entrevista seja gravada, será feita por meio da própria ferramenta de comunicação utilizada, apenas em áudio e/ou áudio e com vídeo. Caso a gravação não seja autorizada, as respostas serão anotadas pelo pesquisador e lidas para o (a) participante verificar a veracidade das anotações.

Os riscos envolvidos com esta pesquisa estão relacionados ao desconforto e inibição de prestar as informações solicitadas e, nesse caso, o (a) participante poderá se negar a conceder a qualquer tipo de informação que cause constrangimento. É assegurado ao participante da pesquisa o direito de não responder qualquer questão, mesmo se haja pergunta obrigatória, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento sem a necessidade de explicar o motivo.

Pode haver também risco de quebra de sigilo, privacidade e risco inerente ao acesso à internet, dado as características remotas da pesquisa. Como forma de minimização, o pesquisador assegurará que as informações fornecidas pelo (a) participante só serão acessadas pelo pesquisador, e serão armazenadas em computador ou aparelho próprio, de forma que somente o pesquisador tenha todo o controle sobre o banco de dados. O pesquisador se responsabiliza pelo armazenamento adequado dos dados coletados, utilizando procedimentos para assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações do participante da pesquisa.

Caso tenha dúvidas, o (a) participante terá toda liberdade para realizar qualquer tipo de pergunta e questionamento sobre o estudo. Caso, por ventura, ocorra algum problema ou dano com o (a) participante, resultante da sua participação na pesquisa, o mesmo receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal. É garantida indenização a (o) participante diante de eventuais fatos comprovados, tendo, nesse caso, nexos causal com a pesquisa.

Os benefícios para o (a) participante estão relacionados com a compreensão do trabalho desenvolvido na pasta de Assistência Social da Prefeitura de Viçosa. E, para a instituição, a Prefeitura Municipal de Viçosa, proporciona dados acerca da eficácia dos serviços de atenção assistenciais, especialmente no que se concerne ao objeto da presente pesquisa, e, além disso, pode oferecer a instituição um arcabouço de conhecimento que pode ampará-la e/ou subsidiá-la na elaboração de estratégias que promovam a mudança e a transformação social.

A participação na pesquisa é voluntária, não havendo qualquer incentivo financeiro ou qualquer custo para participar da mesma, com plena liberdade de recusar a participar ou retirar o seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer tipo de penalidade. Os resultados da pesquisa estarão à disposição dos participantes, quando a mesma for finalizada.

Uma vez concluída a coleta dos dados, o pesquisador fará o *download* dos dados que serão armazenados em dispositivo próprio, apagando-se todo o material virtual. Os dados coletados serão arquivados junto ao pesquisador por um período de 5 (cinco) anos. Após o término da pesquisa e, depois desse tempo, serão destruídos. O (a) participante não será identificado em nenhuma publicação. Sua identidade, assim como os dados que possibilitem a sua identificação ficarão em sigilo, a fim de garantir o anonimato. O nome ou material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O pesquisador tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizará as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) será enviado previamente à entrevista para o (a) participante, através do seu e-mail, para que possa ser lido. O convite a ser enviado por e-mail será individual e terá apenas um remetente e um destinatário. O acesso as perguntas serão dadas somente após o consentimento do participante. No entanto, é assegurado ao participante da pesquisa o direito de acesso ao teor do conteúdo do instrumento (tópicos que serão abordados) antes de responder as perguntas, para uma tomada de decisão informada. Caso concorde em participar, será considerado anuência quando o (a) participante responder à entrevista da pesquisa.

Destaca-se também a importância do (a) participante guardar em seus arquivos uma cópia do TCLE, seja de forma impressa, printando a tela ou da melhor forma a qual o (a) participante preferir. E, caso haja consentimento, o (a) participante deverá responder ao pesquisador por e-mail com a seguinte declaração:

Declaro que entendi as informações contidas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e que fui informado (a) que o uso dos dados por mim oferecidos serão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) de acordo com a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e complementares. E, ao enviar esse e-mail, declaro que li, compreendi e concordo com a participação na pesquisa.

O (a) participante poderá entrar em contato, em caso de dúvidas, esclarecimentos ou qualquer questão referente a pesquisa, com os pesquisadores envolvidos, que são:

Nome do Pesquisador Responsável: Maria das Dores Saraiva de Loreto

Endereço: Departamento de Economia Doméstica. Campus- UFV/MG.

Telefone: (31) 3612-7606

E-mail: mdora@ufv.br

Nome do Pesquisador Executor: Gustavo Bruno Pereira de Souza,

Endereço: Departamento de Economia Doméstica. Campus- UFV/MG.

Telefone: (31) 997400823

E-mail: gustavobsouza@ufv.br

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Universidade Federal de Viçosa

Edifício Arthur Bernardes, piso inferior

Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário

Cep: 36570-900 Viçosa/MG

Telefone: (31)3612-2316

E-mail: cep@ufv.br

www.cep.ufv.br

Maria das Dores Saraiva de Loreto
Pesquisadora Responsável